



CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

José Aroldo da Silva

A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza

Orientador: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota

Campina Grande - Paraíba

2024

José Aroldo da Silva

A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), para obtenção do título de Doutor, exigência da Resolução CSPG/UFCG nº 07/2007, que aprova o Regulamento do PPGCS/UFCG.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (PPGCS/UFCG)
Orientador

Profa. Dra. Roseli de Fátima Corteletti (PPGCS/UFCG)
Examinadora

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky (PPGCS/UFCG)
Examinador

Prof. Dr. José Marciano Monteiro (PROFSOCIO/CDSA/UFCG)
Examinador

Profa. Dra. Maria da Conceição Mariano Cardoso Van Oosterhout
(UACS/CH/UFCG)
Examinadora

Campina Grande - Paraíba

2024

S586t Silva, José Aroldo da.
A trajetória da Família Silva e as estratégias para driblar a pobreza /
José Aroldo da Silva. – Campina Grande, 2024.
185 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota".
Referências.

1. Pobreza. 2. Pobre. 3. Modernidade. 4. Capitalismo Dependente. 5.
Desigualdade Social. I. Villota, José Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 364.662(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
 Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

JOSÉ AROLDO DA SILVA

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA E AS
 ESTRATÉGIAS PARA DRIBLAR A POBREZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 30/08/2024

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PPGCS/UFMG
 Orientador

Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky - PPGCS/UFMG
 Examinador Interno

Profa. Dra. Roseli de Fátima Corteletti - PPGCS/UFMG
 Examinadora Interna

Prof. Dr. José Marciano Monteiro - PROFSOCIO/CDSA/UFMG
 Examinador Externo

Profa. Dra. Maria da Conceição Mariano Cardoso van Oosterhout - UACS/UFMG
 Examinadora Externa

https://sei.ufcg.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5256377&infra_siste... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2024, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 05/09/2024, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARCIANO MONTEIRO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/09/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEICAO MARIANO CARDOSO VAN OOSTERHOUT, PROFESSOR 3 GRAU**, em 06/09/2024, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ AROLDO DA SILVA, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em 06/09/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 4743531 e o código CRC CBB011EB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. José Maria de Jesus Izquierdo Villota, pelo apoio, incentivo e dedicação dispensados no processo de orientação para a consecução da tese.

Ao meu pai, minha mãe (*in memoriam*), aos meus filhos e a minha esposa, pelo amor, carinho e apoio que sempre me deram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), por me possibilitar a realização da capacitação em nível de Doutorado.

Aos servidores docentes e técnico-administrativos, com lotação no PPGCS, agradeço pela disponibilidade e presteza no atendimento das demandas dos pós-graduandos nos campos acadêmico e administrativo.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que proporcionou cotas da bolsa de Doutorado, aporte financeiro fundamental para o custeio dos trabalhos de pesquisa e escritura da tese.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), autarquia da qual faço parte como servidor técnico-administrativo, por fomentar a qualificação profissional dos seus servidores.

*Nascido e criado aqui
Sei o espinho onde dá
Pobreza por pobreza
Sou pobre em qualquer lugar
(Luiz Gonzaga)*

RESUMO

A tese, aqui apresentada, leva por título “A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza”. O propósito da tese é analisar a pobreza como uma construção social. Para tanto, mediante o uso de diversas técnicas de coleta de dados e apoiados nas pistas analíticas da sociologia, acompanhamos os registros do percurso de uma família, a família Silva. Uma família que, como tantas outras, abandonou a vida no campo, buscando melhores condições de vida no mundo urbano. A pergunta que norteia nossa pesquisa é a seguinte: quais as estratégias e recursos que uma família pode mobilizar para superar as limitações impostas pela pobreza? Com nosso estudo procuramos contribuir com os estudos da sociologia contemporânea em torno do fenômeno social da pobreza. Dentro dessa perspectiva, observamos que na sociedade contemporânea, os pobres são percebidos como remanescentes da dinâmica econômica capitalista e do processo de globalização, eles são estigmatizados e alvo de processos de exclusão social. Nossa análise parte da hipótese de que tal processo priva esses atores de direitos como acesso à escolaridade, à saúde pública, ao transporte e à moradia, dentre outros direitos sociais fundamentais. Para realizar nosso estudo acompanharemos a trajetória de uma família pobre que migrou do Sertão paraibano para viver na periferia de Campina Grande (PB). Mediante o uso da história de vida (Schütze, 2014; Rosenthal, 2014; 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2010; 2014), resgataremos as vivências de três gerações dessa família, começando na década de 1960; década na qual se constituiu o matrimônio do casal que deu origem ao núcleo amplo da família pesquisada. Os dados a serem analisados em nosso estudo resultam do registro das narrativas de avós, pais e netos. Os dados obtidos nessas narrativas serão cotejados com dados estatísticos sobre a pobreza no Brasil de órgãos como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Oxfam Brasil, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). O cruzamento de dados nos permitirá verificar se a experiência da referida família reflete as informações sobre a produção da pobreza. Acreditamos que o percurso seguido na pesquisa, no qual se cruzam categorias analíticas de teoria social e dados empíricos da vida coletiva, nos ajudou a identificar os obstáculos e potencialidades das famílias para enfrentar a pobreza no Brasil, concluindo que o enfrentamento da pobreza depende de ações do poder público para viabilizar aos pobres trabalho decente, acesso pleno a direitos sociais fundamentais, como educação, saúde, moradia e transporte público.

Palavras-chave: Pobreza • Pobre • Modernidade • Capitalismo • Capitalismo Dependente • Desigualdade Social

ABSTRACT

The thesis presented here bears the title “The Trajectory of the Silva Family and Strategies to Overcome Poverty.” The purpose of the thesis is to analyze poverty as a social construct. To do so, using various data collection techniques and drawing on sociological analytical clues, we tracked the journey of a family—the Silva family. Like many others, this family left rural life behind, seeking better living conditions in an urban setting. The central question guiding our research is: what strategies and resources can a family bring forth to overcome the limitations imposed by poverty? With our study, we aim to contribute to contemporary sociology’s understanding of the social phenomenon of poverty. Within this perspective, we observe that in our contemporary society, the poor are perceived as remnants of capitalist economic dynamics and the globalization process. They face stigmatization and social exclusion. Our analysis begins with the hypothesis that this process deprives these actors of rights such as access to education, public health, transportation, housing, and other fundamental social rights. To conduct our study, we will follow the trajectory of a poor family that migrated from the Sertão region of Paraíba to live in the outskirts of Campina Grande (PB). Using life history methodology (Schütze, 2014; Rosenthal, 2014; 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2010; 2014), we will explore the experiences of three generations of this family, starting in the 1960s—the decade when the marriage of the couple that came before the broader family nucleus took place. The data for our study come from the narratives of grandparents, parents, and grandchildren. We will compare these narrative data with statistical information on poverty in Brazil from institutions such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute of Applied Economic Research (IPEA), Oxfam Brazil, the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE), and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (Cepal). By cross-referencing these data, we hope to determine whether the experiences of this family align with the information on poverty propagation. We believe that the path taken in our research, where analytical categories from social theory intersect with empirical data from collective life, will help identify the obstacles and potentialities families face to overcome poverty in Brazil, concluding that combating poverty depends on actions by public authorities to provide the poor with decent work, full access to fundamental social rights, such as education, health, housing and public transport.

Keywords: Poverty • The Poor • Modernity • Capitalism • Dependent Capitalism • Social Inequality

RÉSUMÉ

La thèse présentée ici s'intitule "La trajectoire de la famille Silva et ses stratégies pour surmonter la pauvreté". L'objectif de la thèse est d'analyser la pauvreté en tant que construction sociale. Pour ce faire, à l'aide de différentes techniques de collecte de données et en s'appuyant sur les indices analytiques de la sociologie, nous avons suivi la trajectoire d'une famille, la famille Silva. Une famille qui, comme tant d'autres, a abandonné la vie à la campagne à la recherche de meilleures conditions de vie dans le monde urbain. La question qui guide notre recherche est la suivante: quelles stratégies et ressources une famille peut-elle mobiliser pour surmonter les limites imposées par la pauvreté? Notre étude vise à contribuer aux études sociologiques contemporaines sur le phénomène social de la pauvreté. Dans cette perspective, nous avons observé que dans la société contemporaine, les pauvres sont perçus comme les vestiges de la dynamique économique capitaliste et du processus de mondialisation; ils sont stigmatisés et font l'objet de processus d'exclusion sociale. Notre analyse repose sur l'hypothèse que ce processus prive ces acteurs de droits tels que l'accès à la scolarisation, à la santé publique, aux transports et au logement, entre autres droits sociaux fondamentaux. Pour mener à bien notre étude, nous suivrons la trajectoire d'une famille pauvre qui a migré de l'arrière-pays du Paraíba pour s'installer à la périphérie de Campina Grande (PB). Grâce à l'histoire de vie (Schütze, 2014; Rosenthal, 2014; 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2010; 2014), nous récupérerons les expériences de trois générations de cette famille, en commençant par les années 1960, décennie au cours de laquelle a eu lieu le mariage du couple qui a donné naissance au large noyau de la famille étudiée. Les données à analyser dans notre étude proviennent des récits des grands-parents, des parents et des petits-enfants. Les données obtenues dans ces récits seront collationnées avec des données statistiques sur la pauvreté au Brésil provenant d'organisations telles que l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE), l'Institut de Recherche Économique Appliquée (IPEA), Oxfam Brésil, le Département Intersyndical de Statistiques et d'Études Socio-économiques (DIEESE) et la Commission Économique pour l'Amérique Latine et les Caraïbes (CEPAL). Le recoupement des données nous permettra de vérifier si l'expérience de cette famille reflète les informations sur la production de la pauvreté. Nous pensons que le chemin suivi dans la recherche, dans lequel les catégories analytiques de la théorie sociale et les données empiriques de la vie collective sont croisées, nous aidera à identifier les obstacles et le potentiel des familles face à la pauvreté au Brésil, concluant que la lutte contre la pauvreté dépend des actions des pouvoirs publics visant à fournir aux pauvres un travail décent et un plein accès aux droits sociaux fondamentaux, tels que l'éducation, la santé, le logement et les transports publics.

Mots-clés: Pauvreté • Pauvres • Modernité • Capitalisme • Capitalisme Dépendant • Inégalités Sociales

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD - Banco Mundial
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único
CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEHAP - Companhia de Habitação do Estado da Paraíba
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CGU - Controladoria Geral da União
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIEUA - Declaração de Independência dos Estados Unidos da América
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIEP - Federação das Indústrias da Paraíba
Fies - Fundo de Financiamento Estudantil
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFPB - Instituto Federal da Paraíba
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRD - Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PBF - Programa Bolsa Família
PEA - População Economicamente Ativa
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
PIB - Produto Interno Bruto
PIB - Produto Interno Bruto
PIBIC - Programa de Bolsa de Iniciação Científica
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
RDH - Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano
SIS - Síntese de Indicadores Sociais
SMN - Salário Mínimo Necessário
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS - Sistema Único de Saúde
TJPB - Tribunal de Justiça da Paraíba
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Unesc - União de Ensino Superior de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	21
1 TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	21
1.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	21
1.2 TIPO DE PESQUISA.....	22
1.3 UNIVERSO E AMOSTRA.....	23
1.4 COLETA DE DADOS.....	23
1.5 ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....	24
CAPÍTULO II.....	33
2 A POBREZA E SEUS PROLONGAMENTOS.....	33
2.1 A MIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA.....	34
2.1.1 Migração, Conceituação, Causas e Tipos de Migração.....	35
2.2 A POBREZA COMO OBJETO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA.....	49
2.2.1 O Conceito de Pobreza no Pensamento Social.....	50
2.2.2 Outras Conceituações de Pobreza.....	65
2.2.2.1 Pobreza e Riqueza não são Autoexplicativas.....	65
2.2.2.2 Pobreza Extrema.....	69
2.2.2.3 Pobreza Multidimensional.....	70
2.2.2.4 Definição Legal de Pobreza no Brasil.....	74
2.2.2.5 Pobreza e Modernidade.....	76
2.2.2.6 Capitalismo e Pobreza.....	78
2.3 POBREZA NA PARAÍBA.....	90
CAPÍTULO III.....	96
3 A EDUCAÇÃO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA.....	96
3.1 A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA.....	98
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL.....	103
3.3 O DESAFIO DE ESTUDAR O DOBRO.....	108
CAPÍTULO IV.....	113
4 TRABALHO E RENDA NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA.....	113
4.1 TRABALHO E VIDA CONTEMPORÂNEA.....	114

4.2 O TRABALHO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA.....	116
4.2.1 A Gente Trabalha Demais e Ganha de Menos.....	128
4.3 A RENDA DA FAMÍLIA SILVA <i>VERSUS</i> A RENDA DE FAMÍLIAS RICAS DA PARAÍBA.....	131
CAPÍTULO V.....	143
5 OS DIREITOS SOCIAIS E A REDE DE APOIO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA.....	143
5.1 SAÚDE.....	144
5.2 MORADIA.....	146
5.3 PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	153
5.4 REDE DE APOIO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS.....	164

INTRODUÇÃO

Como conceito sociológico, a pobreza só pode ser compreendida como fenômeno relacional. Ela nos remete a diversos aspectos associados à existência humana. A pobreza nos encaminha à falta de recursos para ter acesso a bens essenciais à sobrevivência e conforto humanos, ao sofrimento por causa de uma vida precária; na frustração e impotência humana pela carência de acesso a recursos que permitiriam a realização de sonhos e projetos pessoais. São abundantes as pesquisas sociológicas que tratam da pobreza¹.

Consideramos estudar a temática da pobreza, uma vez que na dissertação de mestrado, intitulada “O êxodo rural nos romances O Quinze e A Bagaceira”, realizada no Programa Interdisciplinar em Ciências da Sociedade (2000 — 2003), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), trabalhamos como a temática da migração rural, consultando documentos de órgãos governamentais e não-governamentais, dados estatísticos e obras que tratam da seca e migração, situações enfrentadas pela população do sertão e semiárido nordestinos.

Posteriormente, na graduação em Direito (2010 — 2016), concluída na Universidade Estadual da Paraíba, escrevemos a monografia, para o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, abordando a temática da reserva do possível, enfatizando como o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) julga as demandas que tratam de direitos fundamentais sociais, a exemplo de saúde, educação, dentre outras, apresentadas por famílias pobres que não dispõem de recursos para custear prestações como medicamentos e tratamentos de saúde de alto custo, bem como o acesso dos filhos dessas famílias à creche.

Assim, os estudos com temas afetos aos direitos fundamentais sociais, bem como fenômenos sociais relacionados a famílias menos favorecidas economicamente têm feito parte do nosso percurso acadêmico, experiência que nos levou a propor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), um estudo que envolvesse a trajetória de uma família pobre, migrante do mundo rural do Sertão paraibano, que veio em busca de melhores condições de vida no mundo urbano, especificamente, na cidade de Campina Grande (PB).

¹Grupo de Estudos sobre Pobreza e Desigualdade (UFC); Grupo de Pesquisa sobre Economia Política da Pobreza e da Desigualdade (UFF); FGV Social; Núcleo de Etnografias Urbanas (Cebrap); MEDEIROS, M. **Os ricos e os pobres: o Brasil a desigualdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.; LAPA, J. R. do A. **Os excluídos: contribuição a história da pobreza no Brasil (1850 – 1950)**. São Paulo: Edusp, 2008.; AMMANN, S. B. **Expressões da pobreza no Brasil: análise a partir das desigualdades regionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

O primeiro contato com a família se deu com um membro dos Silva — pintor de parede; pedreiro — que trabalhou nas obras da reforma de uma Escola Municipal em Boqueirão na qual trabalhamos como professor de Educação Básica. Em uma conversa informal, Aldenor Silva falou sobre a vinda da família Silva no início dos anos 1980 para a região metropolitana de Campina Grande, fugindo das duras condições de vida encontradas no campo, em decorrência da seca e da falta de incentivos e programas públicos capazes de assegurar a sobrevivência e, conseqüentemente, a permanência da família no Sítio Juazeiro, no município de Passagem. O relato de Aldenor Silva nos chamou a atenção, despertando o interesse para uma pesquisa que buscasse reconstruir a trajetória da família na mudança do campo para a cidade, bem como as estratégias empregadas para driblar a situação de pobreza que a família vem enfrentando durante décadas.

Sabemos que existem diversas formas de construir representações da vida social. Os romancistas, por exemplo, buscam elementos da vida real para construir uma narrativa ficcional, situação que levou Goldman (1988), tratando da sociologia do romance, a sustentar que há homologias do ficcional com o mundo real. Quanto à pesquisa social, há elementos que a distinguem de outras formas de representar o social, pois nessa se faz necessário construir um problema de pesquisa, estabelecer hipóteses e objetivos a serem alcançados, estabelecer a amostra a ser analisada, buscar na literatura acadêmica especializada estudos já realizados sobre a temática que se pretende estudar, rudimentos que não, necessariamente, devem estar presentes em um romance, em uma crônica ou matérias de jornal.

Nessa compreensão, consideramos relevante o estudo da pobreza, tendo como amostra uma família do Sertão da Paraíba, do mundo rural, que buscou melhores condições materiais de vida no mundo urbano. A pesquisa empreendida na nossa tese lançou luz sobre a trajetória de três gerações (1980 — 2023) de uma família pobre, com amparo em uma metodologia estada em entrevistas narrativas biográficas, analisou as estratégias usadas pela família para driblar o fenômeno da pobreza que aflige milhões de pessoas no Brasil.

Evidentemente, que a temática da pobreza nos levará a discutir, também, questões que se relacionam com essa no pensamento social, a exemplo, de modernidade, capitalismo, globalização, exploração da mão de obra, precarização do trabalho, consumismo e a desigualdade social, que perpassa a vida da família pesquisada — família paraibana, sertaneja, por nós cognominada família Silva — cujo núcleo familiar constituiu-se a partir dos anos de 1960, passando por períodos democráticos e pelo regime ditatorial brasileiro.

Como veremos neste trabalho, a dinâmica da vida política afeta os arranjos da organização familiar. Os primeiros registros da família Silva datam do período da ditadura militar. A sociedade brasileira conviveu com um período ditatorial, que se iniciou em 31 de março de 1964 com o Golpe Militar de 1964, estendendo-se até a redemocratização, que teve início no mandato presidencial do General João Baptista Figueiredo (1979-1985)

No ano de 1982 aconteceram eleições para Governadores de Estados e os Poderes Legislativos Federal e Estaduais e, posteriormente, em 1985, a eleição presidencial, realizada de forma indireta pelo Congresso Nacional, ocasião em que foi eleito Tancredo de Almeida Neves, político mineiro, filiado, à época, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Comandado pelo Regime Militar, o Brasil teve um aumento da desigualdade social. Segundo a publicação Indicadores Sociais: relatório 1979, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando grupos de rendimento mensal até um salário mínimo, era 45,3%, em 1976, os que recebiam mais de vinte salários mínimos 1,5% da PEA. Os dados dos Indicadores Sociais (1979) revelam, ainda, que os 45,3% da PEA, que recebiam até um salário mínimo, representavam 8% dos rendimentos, enquanto aqueles que recebiam mais de vinte salários mínimos abarcavam 21,1% dos rendimentos em 1976. Esses dados demonstram, assim, uma disparidade considerável da renda dos mais pobres em relação à PEA.

Para Rezende (2020), os Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano (RDH), divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir dos anos 1990, demonstram haver uma relação entre os regimes ditatoriais, que se instalaram no mundo, a partir dos anos 1960, e a deterioração das condições de vida das pessoas pobres.

É constatável — deduz-se de estudos e pesquisas diversas — que as desigualdades sociais e políticas, a concentração de renda e riqueza e o aumento da exclusão, da pobreza e de vulnerabilidades diversas cresceram grandemente nas sociedades comandadas por ditadores de toda e qualquer espécie (Rezende, 2020, p. 332).

No caso da ditadura militar instalada no Brasil (1964 — 1985), a autora sustenta que o aprofundamento das desigualdades, a miserabilidade e a pobreza não se resumiam apenas a questão da renda, “mas também de acesso à educação e às oportunidades de sair da condição de miserabilidade” (Rezende, *op. cit.*, p. 336). Assim, “Expandia-se a exclusão social e política à medida que não era possível, a muitos segmentos, ter qualquer voz ativa na defesa e/ou reivindicação de direitos” (Rezende, *ibidem*).

Com o advento da redemocratização e a eleição de um civil para administrar o Brasil, tivemos a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987, que, em 5 de outubro de 1988, promulgou a Constituição da República Federativa do Brasil (CFRB/1988), a qual prevê a erradicação da pobreza e das desigualdades (art. 3º, III) e assegura direitos sociais fundamentais aos indivíduos, baseados no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

O objetivo de erradicar a pobreza e as desigualdades, certamente, confronta com o pensamento neoliberal. A política neoliberal no Brasil começa com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e se consolida com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder (1994-2002). Dentre as medidas neoliberais adotadas, destacamos: privatizações das estatais de telefonia, de bancos públicos e empresas como a Embraer, Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); redução do quadro de servidores públicos através de programas de demissão voluntária e a terceirização de serviços no âmbito da administração pública.

Ademais, as políticas de formatação neoliberal, amparadas na conceituação de um estado mínimo, reduzem gastos em ações e programas sociais que visam combater as desigualdades e, conseqüentemente, a pobreza, fenômeno social que castiga um percentual grande da população brasileira (10,8% da população — dados de 2021 da FGV Social²) que vive na pobreza ou na pobreza extrema.

Para exemplificar, uma ação da política neoliberal recentemente adotada no Brasil, foi a fixação do teto de gastos públicos – Governo Temer (2016 - 2018), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, aprovado em 13 de dezembro de 2016. Podemos apontar como impacto direto dessa medida a diminuição dos gastos do governo destinados ao financiamento de programas e ações sociais, que beneficiam a população economicamente mais vulnerável e, por isso, dependente dos serviços públicos prestados pelo Estado, fazendo, assim, aumentar a desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza no País.

O teto de gastos foi substituído pelo arcabouço fiscal, proposto pelo Governo Lula (PT), aprovado pela Lei Complementar nº 200/2023, que mantém a lógica do teto de gastos do

² Brasil tem 7,2 milhões de novos pobres, diz FGV Social, em estudo que fala sobre 'montanha-russa da pobreza'. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/15/brasil-tem-72-milhoes-de-novos-pobres-diz-fgv-social-em-estudo-que-fala-em-montanha-russa-da-pobreza.ghtml>

Governo Temer (MDB), uma vez que limita os investimentos e gastos do governo com serviços públicos ao aumento da arrecadação tributária.

É evidente que décadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a pobreza, quantificada monetariamente, atinge 52,5 milhões de pessoas no Brasil. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgados em 06 de novembro de 2019 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números do IBGE consideram vivendo na pobreza pessoas com rendimento diário inferior a U\$ 5,50, parâmetro adotado pelo Banco Mundial para caracterizar a pobreza em países em desenvolvimento como o Brasil. Segundo os dados da SIS,

Em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 145, ou U\$ 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Esse número é equivalente à população de Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. Embora o percentual tenha ficado estável em relação a 2017, subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5% em 2018, um recorde em sete anos (Nery, 2019, p. 1).

Da leitura da SIS, é possível deduzir que existe uma quantificação monetária para expressar o que é pobreza e para caracterizar as pessoas que vivem na extrema pobreza, pois essas têm como renda mensal *per capita* um valor inferior a R\$ 145,00, ou seja, U\$ 1,90 por dia (valores de 2019), critério, também, previsto pelo Banco Mundial para determinar a pobreza e pobreza extrema.

Há uma profusão de metodologias para se medir a pobreza. Adotamos nesta tese uma metodologia multidimensional que vai para além do critério renda, englobando acesso a serviços públicos básicos como saúde, educação, moradia, emprego, alimentação, dentre outros. A metodologia que considera a pobreza um fenômeno multidimensional é mais adequada a um estudo da produção social da pobreza, uma vez que a caracteriza partindo de situações de privações, a exemplo de falta de habitação ou condições precárias de moradia, educação, emprego, para construir uma argumentação desse fenômeno no universo do capitalismo dependente. Para Arruda (2018, p. 80) “o acesso dessa população a seis direitos básicos: educação, informação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento. A ausência de um ou mais desses direitos, já configura uma situação de pobreza”.

Optar por caracterizar a pobreza considerando, apenas, critérios monetários não se avançará na discussão desse fenômeno tão complexo, mesmo entendendo que a componente

renda é muito forte como qualificadora da pobreza. Segundo o relatório do ano de 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um bilhão de pessoas não pode satisfazer nem mesmo as necessidades elementares (Bauman, 2008, p. 145), pois são indivíduos privados de acesso à infraestrutura básica, água potável; vivem em moradias precárias, com baixa escolaridade e sem dispor de serviços médicos e sanitários. Nesse sentido, a desigualdade é um empecilho à consecução dos direitos das pessoas?

Conforme o Panorama Social da América Latina e do Caribe 2019, houve um aumento dos estratos de renda média na Região; situação que associa a uma tendência de redução da pobreza e da pobreza extrema. No entanto, os estratos sociais de renda média enfrentam vulnerabilidades que vão além da questão renda, sendo possível identificar baixo nível educacional, baixa qualidade para se inserir no mercado de trabalho, além de insuficiência das prestações no sistema de aposentadorias. “Apesar dos importantes avanços registrados entre o início da década passada e meados da presente, desde 2015 houve retrocessos, que se expressam particularmente no aumento da pobreza extrema quando se considera a média regional” (Cepal, 2019, p. 8).

O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina não diminuiu a pobreza. Pelo contrário, os percentuais de pobreza e pobreza extrema aumentaram. Então, podemos afirmar que a pobreza não diminuiu apenas com o aumento do PIB. Há outros fatores, além da renda, que influenciam os números sobre a pobreza? “No período 2014-2019 o PIB da América Latina e do Caribe cresceu em média 0,3% ao ano” (Cepal, 2020).

Depreende-se, então, que a pobreza está para além da questão renda. Logo, a igualdade não pode ser associada apenas à renda, ativos produtivos e financeiros e propriedades. A questão da pobreza deve se vincular, também, a privação de direitos; ou seja, dificuldade de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao emprego, ao saneamento básico, prestações estatais necessárias a consolidar uma vida material decente, que respeite o princípio da dignidade da pessoa humana.

Para a consecução da tese “A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza”, mediante o uso da história de vida (Schütze, 2014; Rosenthal, 2014, 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2014), resgatamos as vivências de três gerações de uma família — que denominamos família Silva, resguardando, assim, o respeito à intimidade, a vida privada e a

honra das pessoas. Segundo o site Forebears³, no Brasil existem 5.875.328 pessoas designadas com esse sobrenome.

Identificando a família que colaborou com nossa pesquisa, fazemos referência a um núcleo populacional que representa significativamente as condições socioeconômicas de grande parte da população brasileira. Os Silva que participaram de nossa pesquisa integram uma família pobre oriunda do Sertão da Paraíba e que hoje mora em um bairro da periferia da cidade de Campina Grande. Nos diálogos estabelecidos com a família, resgatamos a memória de sua trajetória de vida desde a década de 1960; década na qual se constituiu o matrimônio do casal que deu origem ao núcleo amplo da família pesquisada. Registramos na escritura da tese as narrativas de avós, pais e netos.

Adotamos o sobrenome Silva, um patronímico encontrado como cognome de famílias da Paraíba. No entanto, Silva não consta do rol daquelas famílias que, durante décadas, influenciaram e ainda influenciam, a política paraibana, dominada por Gadelha, Cunha Lima, Maranhão, Mota, Figueiredo, Gaudêncio, Ribeiro Coutinho, Veloso Borges, Vital do Rêgo, dentre outras que, do Litoral ao Sertão, ditam a dinâmica da vida política e econômica do Estado; usufruindo de capital econômico e político, definem os destinos da maioria dos paraibanos.

A família pesquisada é numerosa. O casal raiz tem treze filhos, sendo sete filhos e seis filhas. Quanto à escolaridade, a maioria não concluiu o Ensino Fundamental. O pai, o Senhor Adamastor Silva — nome modificado para salvaguardar a intimidade e a vida privada da família — frequentou a escola por apenas noventa dias. Ele contou: “Fui à escola somente noventa dias. Tinha aquelas meninas mais avoadas, mas eu só queria estudar. Nesse pouco tempo, aprendi ler, fazer conta”.

Nas circunstâncias expostas, o homem pobre, pai de família numerosa, chefe de família como se autodeclara, necessitava de artifícios para sobreviver às débeis condições de vida impostas pela pobreza. Adamastor Silva, que cultivou a terra por um determinado período da vida — de criança à maioridade — para o plantio de algodão, milho e feijão; casado, com Dona Albanisa Silva e pai de filhos — descobriu um veio artístico, transformando-se, por uma fase da vida, em poeta, repentista cantador de viola.

³ <https://forebears.io/>

Parafrazeando o poeta português Fernando Pessoa, diremos que o violeiro cantador é um fingido(r). Contudo, o poeta cantador Adamastor Silva não finge; fala nas entrevistas de uma realidade Severina — árdua, difícil, pesada, penosa, custosa — que afeta a maioria da população pobre que vive na Paraíba, sobretudo, em condições precárias de moradia e com ocupações laborais de baixa remuneração.

Na primeira interação com o Senhor Adamastor Silva, elaboramos um quadro, no qual apareciam todos os membros da família, com informações preliminares que nortearam as entrevistas narrativas biográficas, a exemplo de escolaridade, emprego, estado civil, moradia, presença de filhos ou não, informações consideradas sensíveis à consecução e prosseguimento do recolhimento dos dados empíricos para a tese. A família, que forneceu os dados empíricos para a escritura da tese, aceitou conceder as entrevistas e autorizou a gravação dos áudios.

Os dados obtidos nas entrevistas narrativas biográficas foram cotejados com dados estatísticos sobre a pobreza no Brasil de órgãos como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Oxfam Brasil, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), assim como matérias de jornais e outros documentos que contêm elementos e informações sobre a pobreza.

O cruzamento de dados nos permitiu verificar se a experiência da referida família reflete as informações dadas por diversos institutos sobre a produção da pobreza. Acreditamos que o percurso seguido na pesquisa, no qual se cruzara categorias analíticas de teoria social e dados empíricos da vida coletiva, nos ajudará a identificar os obstáculos e potencialidades das famílias para enfrentar a pobreza no Brasil.

Denzin e Lincoln (2006) defendem que o pesquisador ao utilizar metodologias qualitativas proceda nas análises dos dados como um *bricoleur*, isto é, recorra aos materiais de pesquisa coletados de diversas fontes — entrevistas narrativas biográficas, documentos, fotografias, matérias de jornais, dados de órgãos governamentais e não governamentais —, situação que se configuraria em uma colcha de retalhos como procedimentos para corroborar e validar informações.

Como *bricoleur* ou confeccionador de colchas, o pesquisador qualitativo utiliza ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente quaisquer estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance (Denzin e Lincoln, 2006, p. 18).

Amparada nesta perspectiva metodológica, entre outras demandas, a pesquisa visa responder às seguintes questões: como a família que participa de nossa pesquisa tem sido afetada pela desigualdade na distribuição de renda? Quais as razões que levaram o casal, com treze filhos para cuidar, a migrar da zona rural sertaneja para a “cidade grande”? Como tem sido o desempenho do Estado na assistência aos membros dessa família? Como têm ocorrido as mudanças no mercado de trabalho nas seis décadas abordadas em nosso estudo? Qual o impacto dessas mudanças nos diversos membros da família por nós observada? Quais aspectos têm influenciado nas mudanças da renda recebida pelos membros dessa família? Qual é a renda mensal percebida pelos avós? Qual é o rendimento mensal dos pais? Quais os rendimentos salariais dos filhos? Como se deu o acesso à escolarização pelos avós, pais e filhos? Quais são as condições de moradia? A família dispõe de acesso a serviços básicos de saúde? As respostas a questionamentos como esses constituirão o corpo da nossa tese, na expectativa de alcançarmos conceitualizar e compreender a produção social da pobreza no Estado da Paraíba.

Para começar nossa reflexão, nos perguntamos: em que consiste a pobreza? As respostas para esse questionamento podem ser diversas. No entanto, se levarmos em consideração as observações de autores como Dieterlen, Estenssoro, Lewis, Schwartzman, Bauman ou Simmel, podemos afirmar que a pobreza, como fenômeno social, é produzida por causas multidimensionais. Essa percepção multidimensional nos permitirá estudar a pobreza a partir da perspectiva teórica da teoria da dependência e da sociologia dos países subdesenvolvidos. De fato, a pobreza como construção social só pode ser compreendida de forma relacional. Temos então a articulação pobreza e desemprego, pobreza e trabalho precário, pobreza e baixa escolaridade, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, à segurança social, qualidade da habitação, serviços básicos na habitação (saneamento básico; água potável), bem como o acesso à alimentação.

Para ordenar a pesquisa e orientar a escritura da tese, pesquisamos nas obras de cientistas sociais como Friedrich Engels, Georg Simmel, Anthony Giddens, Óscar Lewis, Milton Santos, Alba Zaluar, dentre outros, elementos que pudessem caracterizar, por exemplo, quem são os pobres para esses estudiosos da sociedade, associando esses elementos a critérios utilizados para aferir a pobreza, tais como serviços públicos básicos — educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho e renda, exclusão social ou baixo consumo de bens materiais. Essas representações relativas à pobreza, como construção social, nos serviram de

arcabouço para sustentar ou refutar as discussões teóricas dos mencionados sociólogos à luz dos fundamentos das narrativas de vida, cruzando os dados coletados nas entrevistas realizadas com a família pesquisada com os dados estatísticos oferecidos por fontes como o IBGE, IPEA, DIEESE, Oxfam Brasil, Cepal, dentre outros. Dessa maneira, buscaremos demonstrar como a pobreza é produzida socialmente.

Para empreender a tarefa de analisar a pobreza como uma construção social, tendo a trajetória de vida de uma família pobre como lastro, dividiremos a tese em cinco capítulos. A metodologia empregada para a coleta dos dados empíricos necessários à descrição da trajetória das três gerações da família Silva — amparada em autores como Schütze, 2014; Rosenthal, 2014, 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2014 — e as estratégias que utilizou para driblar a pobreza é explicitada no capítulo I.

No capítulo II, consta a discussão da migração, primeira estratégia utilizada pela família Silva para driblar a pobreza; a apresentação de conceituações de pobreza e a forma como esse fenômeno é abordado em obras sociológicas. Consta, ainda, no capítulo II, abordagens como capitalismo e pobreza, pobreza e modernidade e a pobreza no Estado da Paraíba.

No capítulo III, discorremos sobre o trabalho e a renda na trajetória da família Silva. O trabalho, precário, informal e com baixa remuneração sempre esteve presente na história de vida da família pesquisada como uma estratégia para driblar a pobreza. No mencionado capítulo, construímos quadros comparativos entre a renda de famílias paraibanas ricas e a renda dos Silva para mostrar que a pobreza que acompanha os Silva por décadas faz a riqueza das famílias que decidem a vida política e econômica da Paraíba.

A educação como estratégia para driblar a pobreza é discutida no capítulo IV. Neste capítulo, explicitamos a escolaridade da família Silva, mostrando a baixa escolaridade do casal raiz e da maioria dos filhos, pois apenas quatro destes concluíram o Ensino Médio; os demais não concluíram o Ensino Fundamental. Fica evidente no capítulo em descrição a relação entre baixa escolaridade, empregos precários e baixa remuneração.

É mostrado no aludido uma evolução da escolaridade na vida dos Silva. Alguns netos do casal raiz, em número de quatro, concluíram cursos superiores e há uma neta graduanda. Aparece, também, neste capítulo, a referência a programas sociais como o Bolsa Família, programas de apoio a estudantes de baixa renda, a exemplo do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), bem como a política de ações afirmativas, que tem assegurado vagas a estudantes de baixa renda para ingresso em instituições federais de ensino (Lei de

Cotas), programas e ações estatais essenciais à vida estudantil dos netos de Adamastor e Albanisa Silva.

O capítulo V, por sua vez, explana os direitos sociais e a rede de apoio presentes na trajetória da família estudada em nossa tese. Direitos sociais como saúde, moradia e previdência social são discutidos nesse capítulo. Relatamos a importância de uma rede de apoio como estratégia dos Silva para driblar a pobreza. Dentre os direitos e programas apresentados pelo Poder Público para as pessoas pobres, destacamos o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como renda importante para as famílias pobres driblarem a pobreza. Na família Silva, há membros que encontram no BPC a principal fonte de renda para a sobrevivência material.

Na consecução da tese, dissertamos sobre as condições estruturais que, em certa medida, perpetuam a reprodução da pobreza. Sob tal perspectiva, abordamos a teoria da dependência, com base em estudiosos como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, dentre outros. Esses autores afirmam que os problemas políticos, econômicos e sociais das sociedades latino-americanas, a exemplo da pobreza, devem ser estudados levando em consideração a posição de dependência dessas sociedades no contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional.

A situação de dependência, que ocorre na sociedade brasileira e paraibana, é percebida como sendo resultado da articulação da dinâmica do capitalismo internacional e as elites capitalistas locais. E, por fim, apresentamos as considerações finais, em que retomamos a alusão às estratégias utilizadas pela família Silva para driblar a pobreza, concluindo que o enfrentamento da pobreza pelas famílias pobres não depende unicamente das estratégias e esforços familiares individuais; depende, também, da presença de programas governamentais que amparem os pobres em suas estratégias diárias para driblar o complexo fenômeno da pobreza.

CAPÍTULO I

1 TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Realizar nosso percurso desde a década de 1960, para tentar captar a forma como uma família se arranja para driblar a pobreza, nos instigou a mergulhar na perspectiva sociológica. A partir de fundamentos teóricos e estratégias metodológicas que consideramos pertinentes, buscamos compreender as formas através das quais a pobreza é criada e vivenciada, tanto material como simbolicamente. Em nossa pesquisa, visamos identificar tanto as causas e os processos que geram a privação de bens de consumo e as suas consequências, assim como a forma pela qual o discurso sobre a pobreza é construído, bem como as respostas e reações dos mais desfavorecidos a essas situações de privação.

Como salienta Bourdieu (1997), a Sociologia é uma ciência que incomoda, não só porque revela coisas ocultas, mas porque são coisas que certos indivíduos ou certos grupos preferem esconder ou dissimular, dado que aquilo que se quer esconder perturba convicções ou interesses de grupos mais favorecidos. É o caso dos medos, preconceitos e estereótipos naturalizados e fortemente internalizados nos diversos setores sociais sobre “os pobres” e as diversas formas de vida que eles adotam. Ao convertê-los em objetos de reflexão sociológica, pretende-se evidenciar os mecanismos através dos quais são socialmente construídos. No entanto, esse desafio não é fácil. Ele nos impõe uma série de demandas que implicam categorias analíticas diversas e o uso de estratégias e técnicas de coleta de dados adequadas.

1.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Os estudos sociológicos com famílias são defendidos, dentre outros estudiosos, por Jelin (1984); Burch (1976). Esses autores consideram a família como uma unidade complexa que se encontra inter-relacionada com as demais instituições sociais que integram a sociedade, sendo possível estudá-la para compreender diversos aspectos que a envolvem, por exemplo o grau de estabilidade na composição das unidades domésticas, as regularidades, padrões de mudanças ocorridos na família ao longo dos anos, as relações de poder no interior das famílias e o acesso das famílias quanto a serviços básicos essenciais, tais como saúde, educação, trabalho e condições de moradia, fazendo uso da metodologia da história de vida como ferramenta fundamental à realização de pesquisas com unidades familiares (Jelin, 2000), pois a família é considerada uma célula básica de toda a sociedade.

Na nossa tese, será descrita a trajetória de vida da família Silva. Essa família — cujo patronímico é comum a muitas famílias sertanejas, paraibanas e brasileiras pobres — é formada por quinze membros — treze filhos e o casal raiz. A trajetória dos Silva comporta migração, condições precárias de moradia, empregos informais, desemprego, negação de direitos sociais fundamentais e, conseqüentemente, pobreza, contra a qual a família pesquisada, ao longo de três gerações, utiliza diversas estratégias na busca para superá-la.

Segundo Bertaux (2010), “O pesquisador que se engajar no estudo genérico de ‘trajetórias sociais’ não especificadas previamente correrá o risco de confrontar-se com tal variedade, que esta ultrapassaria a sua possibilidade de análise” (p. 28). Neste sentido, para afastar uma possível generalização do tema proposto para a pesquisa, delineamos como objeto de estudo a trajetória da família Silva, com enfoque em três gerações desta família sertaneja numerosa — pais, filhos e netos — tendo como objetivo demonstrar as estratégias que a família utilizou por décadas para driblar o fenômeno da pobreza, sendo os dados empíricos coletados por meio de entrevistas narrativas biográficas com membros do mencionado grupo familiar. Desta forma, esperamos focar a análise nos dados coletados nas entrevistas narrativas biográficas.

Assim, o objeto de análise da nossa tese são as estratégias que uma família — a família Silva — pertencente às classes populares, ou seja, uma família pobre — numerosa; treze filhos, mais o casal raiz — oriunda do Sertão paraibano, que migrou nos anos 1980 para a região metropolitana de Campina Grande — manejou e maneja para driblar a pobreza. “Este conhecimento é indispensável para delimitar e situar em seu contexto as unidades familiares, objeto da análise [sociológica] e que haverão de se definir [na etapa inicial da pesquisa]” (Torrado, 1981, p. 14).

Na consecução da tese, está retratada a trajetória da família Silva e as estratégias — a migração, o trabalho, a educação, as redes de apoio e os programas e benefícios sociais acessados pela família Silva — utilizadas por ela para driblar a pobreza ao longo de três gerações, pois entrevistamos o casal raiz, filhos e netos para a coleta dos dados empíricos da unidade familiar, objeto da presente pesquisa.

1.2 TIPO DE PESQUISA

Objetivando demonstrar as estratégias de uma família pobre para driblar a pobreza, fizemos uso de uma abordagem etnográfica qualitativa, envolvendo narrativas biográficas

exploradas a partir de entrevistas em profundidade com três gerações dessa família — período compreendido entre a década de 1960 — ano de matrimônio do casal raiz e o ano de 2023.

Para escritura da tese, foram confrontados os dados empíricos coligidos por meio das entrevistas com os membros da família pesquisada com dados sobre pobreza obtidos de fontes, órgãos governamentais e não governamentais, a exemplo do IBGE, IPEA, DIEESE, Oxfam Brasil e Cepal, dentre outros, triangulando as argumentações e explicações apresentadas por autores como (Schütze, 2014; Rosenthal, 2014, 2017; Brandão, 2007; Bertaux, 2010; 2014), os quais defendem as narrativas biográficas como método teórico-metodológico para o estudo de problemas sociais. Nessa perspectiva, esperamos demonstrar que as vivências da família Silva espelhem a experiência social da maior parte da população pobre do Brasil.

1.3 UNIVERSO E AMOSTRA

A família pesquisada — família Silva — migrou do Sertão da Paraíba para a região metropolitana de Campina Grande, localizada no Agreste paraibano, procurando melhores condições de subsistência material para enfrentar a pobreza. A família ampliada, hoje, é composta pelo casal raiz — Adamastor e Albanisa Silva — treze filhos, onze netos e três bisnetos.

As entrevistas narrativas foram realizadas com três gerações da família Silva — pais, filhos e netos, objetivando coletar os dados empíricos referentes às estratégias dispensadas pela família para o enfrentamento da pobreza. Ao final da consecução da nossa tese, esperamos ter demonstrado que a experiência de vida narrada pela família Silva reflita as estratégias da maioria das famílias brasileiras de classes populares na busca para superar a pobreza. Foram realizadas entrevistas com o casal raiz, sete filhos e quatro netos. Todas as entrevistas foram gravadas, com a autorização dos entrevistados; transcritas e analisadas, integrando o material empírico da tese.

1.4 COLETA DE DADOS

Na primeira entrevista com o Senhor Adamastor Silva — que foi gravada como a anuência do narrador — o pesquisador solicitou que o entrevistado falasse de sua vida desde os tempos em que viveu no Sítio Juazeiro, município de Passagem, até a migração para Boqueirão e Campina Grande, expondo aspectos como trabalho, condições de vida, sobre os

membros da família, escola, saúde, moradia, informando a Seu Adamastor Silva que ele só seria interrompido, caso o pesquisador desejasse esclarecimentos de algum assunto que merecesse um maior destaque e complementação de dados.

Dito isso, o Senhor Adamastor passou a falar de como era a vida no Sítio Juazeiro, como havia estudado, em quais atividades trabalhava, como tinha acesso à saúde, transporte e quais foram as dificuldades enfrentadas para sobreviver materialmente no Sertão paraibano, região historicamente castigada por secas severas que provocam escassez de trabalho, renda e, conseqüentemente, fome e pobreza.

A trajetória de vida da família Silva é repleta de obstáculos econômicos e sociais. Havia adversidades a vencer na busca por melhores condições de vida no Sítio Juazeiro. Havia e há barreiras a superar para uma subsistência material minimamente digna, também, na periferia de Campina Grande, onde os Silva enfrentam privações de direitos básicos como saúde, educação, moradia digna, emprego e renda, transporte público, trabalho decente, regularização fundiária – não possuem o título de propriedade do imóvel no qual residem - dentre outros.

Do enfrentamento da pobreza pelos Silva, consta, dentre outras circunstâncias, morar em condições precárias, como ocorreu com a residência da família localizada às margens do canal de Bodocongó, nas dificuldades financeiras enfrentadas para adquirir um terreno necessário à construção de uma nova moradia no bairro Malvinas, situação em que foram ajudados por amigos que disponibilizaram a mão de obra para a edificação do imóvel sem cobrar o *pro labore*, o que evidencia a existência de uma rede de apoio à disposição dos Silva no enfrentamento da pobreza, rede essa que compreende membros do grupo familiar, vizinhos, ex-patrões, que prestaram ajuda financeira a Aldenor Silva durante a recuperação de traumas decorrentes de um acidente de motocicleta que o deixou sem condições para o exercício de atividades laborais por alguns meses no ano de 2023.

1.5 ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

Para captar os arranjos e estratégias de uma família na luta pela superação da pobreza, é essencial um instrumental metodológico adequado. Para tanto, consideramos apropriado adotar uma metodologia que envolva entrevistas narrativas biográficas. Nas ciências sociais, essa metodologia é defendida por autores, dentre outros, tais como Fritz Schütze, um sociólogo alemão, Doutor em Sociologia pela Universidade de Münster, livre-docente pela

Universidade de Bielefeld (Alemanha); professor emérito da Universidade de Marburg. Nos anos 1970, Schütze desenvolveu um método de geração e análise de dados empíricos conhecidos como entrevista narrativa biográfica, cuja característica principal é a exploração de narrativas improvisadas, que são relatos nos quais o entrevistado produz informações e exposição de fatos sem preparação e sem interrupção do entrevistador. No Brasil, o método de Schütze foi difundido especialmente através do capítulo “Entrevista narrativa” incluída em um manual organizado por Bauer e Gaskell (2002).

Para Schütze (2014), o pressuposto básico da análise sociológica de narrativas é que “a história concreta narrada não tenha a ver só com contextos pessoalmente vividos de modo subjetivo ou até fictício, e sim com contextos de ação ocorridos” (p. 11). Dessa maneira, a história concreta narrada não pode ser de fatos isolados relacionados apenas ao narrador. Essa deve encontrar conexão com acontecimentos ocorridos temporal e casualmente, correlacionados com o portador da história e as ações efetivamente comprovadas. A análise sociológica de entrevistas narrativas biográficas deve amparar-se em fatos e eventos contemporâneos à retrospectiva narrada e ainda minimamente existentes quando da narração. A capacidade de narrar histórias está à disposição de todo membro da sociedade que não seja portador de uma enfermidade que o incapacite para a referida tarefa. Essa capacidade de expor fatos foi constatada nas entrevistas com membros da família Silva, os quais explanaram histórias sobre a migração da família, atividades laborais exercidas durante a trajetória dos Silva, dentre outras informações atinentes às vivências da família por três gerações.

Por exemplo, Adamastor Silva revelou ter sido beneficiário das Frentes de Trabalho, programa do Governo Federal que visava o enfrentamento das dificuldades trazidas pelas secas à população do semiárido nordestino e descreveu os empréstimos bancários que contraía junto ao Banco do Brasil — no final dos anos 1970 — para atividades agrícolas que explorava na pequena propriedade rural no Sítio Juazeiro. Narrou, ademais, que trabalhou como auxiliar de limpeza na empresa Mimonor — empresa que produzia artefatos de plásticos no Distrito Industrial de Campina Grande. As informações prestadas foram corroboradas na escritura da tese, confirmando as entrevistas narrativas biográficas como metodologia de pesquisa para coleta e análise de dados em pesquisas nas ciências sociais.

Neste sentido, Rosenthal (2014, p. 228) defende a história de vida como método adequado à coleta de dados para a pesquisa de fenômenos sociais, sustentando a necessidade de oportunizar outras fontes para corroborar as informações coligidas. Assim, as informações

cotizadas nas entrevistas narrativas biográficas, realizadas com a família pesquisada, foram confrontadas com eventos, fatos, acontecimentos e situações e bases de dados sobre pobreza armazenados em órgãos como IBGE, DIEESE, Oxfam Brasil, CEPAL, dentre outros, objetivando corroborar ou afastar informações, como também preencher lacunas identificadas durante as entrevistas, buscando demonstrar que as vivências da família narradora refletem as experiências e condições de vida material das classes populares do Brasil.

O pesquisador pode comparar a história criada por ele mesmo a partir de recortes de jornais, correspondência, material audiovisual, dentre outros com as informações obtidas em entrevistas narrativas biográficas. Pensamos que o inverso também pode ser realizado. Utilizando as informações obtidas em jornais, documentos históricos, narrativas ficcionais, discursos e outros registros, é possível corroborar as informações obtidas na coleta de dados empíricos cotejados nas narrativas biográficas de histórias vivenciadas pelos informantes.

Assim, o pesquisador pode comparar a história (ou história parcial) criada por ele mesmo com as histórias obtidas dos informantes. Esse procedimento, naturalmente, só faz sentido quando as observações próprias e o material documental do pesquisador não estão completos e não são suficientemente autênticos para que o pesquisador possa construir uma história bem-acabada, incluindo as capacidades de ação dos atores envolvidos na história, a partir da abrangência de sua própria atenção científica, e/ou caso o pesquisador queira comparar sua própria perspectiva com a de pessoas que também vivenciaram a história (ou a vivenciaram posteriormente) para poder assumir um ponto de vista “mais objetivo”, que considere diversas perspectivas vivenciais (Schütze, 2014, p. 42).

Rosenthal (2014) fala das diferenças entre vivenciar, recordar e narrar ou falar, situação que dever ser cuidadosamente analisada pelo pesquisador para fazer as modulações necessárias durante o processamento da análise das entrevistas narrativas biográficas. Por causa destas diferenças entre vivenciar, recordar e narrar ou falar ou também escrever, na análise de autoapresentações biográficas, precisa-se fazer uma diferenciação analiticamente cuidadosa entre as situações vivenciadas no passado, as modificações desses passado vivenciado nas diversas fases da vida, os processos recordativos no presente da narração, a moldagem linguística e comunicacional, bem como os enquadramentos interativamente produzidos da situação narrativa (p. 232).

Segundo Brandão (2007, p. 10),

a história de vida permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes e aos determinismos macrosociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual. E é neste aspecto que as metodologias qualitativas se distinguem, verdadeiramente, do modelo científico hegemônico: reconhecendo que o saber científico se não confunde com o saber comum, assumem, igualmente, que este deve ser incluído na análise se se pretende verdadeiramente perceber como o social e o individual se recriam mútua e constantemente.

Sob essa perspectiva, Ramalho (2016) sustenta que, como forma complementar as informações coligidas nas entrevistas narrativas biográficas, o autor pode confrontar a narração com outros registros, documentos, entrevistas com terceiros que tenha alguma relação com o entrevistado. Assim, o pesquisador pode

recorrer à análise documental: registos médicos e jurídicos, testes psicológicos, entrevistas a familiares ou pessoas próximas. O objetivo deste tipo de estudo é, fundamentalmente, apreender e compreender a vida conforme é relatada e a forma como o próprio indivíduo interpreta a sua história. Do lado do investigador importa salientar o aspecto da capacidade de escuta e de reflexão. Através das histórias de vida individuais podemos caracterizar a prática social de um grupo, família ou indivíduo (p. 2).

Este movimento de cotejamento das informações recolhidas, no caso específico da família pesquisada, pode-se exemplificar com o relato de seu Adamastor Silva que informou ter trabalhado em uma empresa denominada Mimonor, do ramo de produtos plásticos, localizada no Distrito Industrial de Campina Grande. Pesquisando sobre a existência da referida empresa, constatamos que se tratava de uma fábrica de produtos plásticos, beneficiária de incentivos fiscais, instalada em Campina Grande nos anos de 1980, conforme se observa em matéria de jornal publicada à época.

No Rio Grande do Sul, o sr. Ronaldo Cunha Lima se avistará com grupos empresariais daquele Estado, objetivando novos investimentos em Campina Grande. O Chefe da Municipalidade campinense se encontrará com dirigentes do Grupo Azaléia, buscando agilização da filial campinense daquela indústria. Os mesmos contatos serão travados pelo Prefeito em São Paulo, onde manterá entendimentos com dirigentes da empresa Mimonor — Plásticos do Nordeste (brinquedos e

utilidades domésticas), com objetivo de acelerar o funcionamento daquela indústria no Distrito Industrial campinense (JORNAL A UNIÃO, 12 abr 1983).

A Mimonor Plásticos do Nordeste S/A, beneficiária de recursos de fomento de agência governamental, foi demandada judicialmente pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em ação de obrigação de fazer, para cumprir com obrigações certamente assumidas para a instalação no parque industrial de Campina Grande com as quais se encontrava inadimplente.

Banco do Nordeste do Brasil S/A ajuizou a presente Ação de Cumprimento de Obrigação de Fazer em face da Mimonor Plásticos do Nordeste S/A, alegando que a empresa ré foi beneficiária de recursos públicos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR, e como deixou de cumprir várias obrigações legais atinentes ao referido benefício, dentre outras, a publicação de demonstrações financeiras e das respectivas atas das assembleias gerais de aprovação, necessário se fez o ajuizamento da presente demanda (APELAÇÃO CÍVEL nº 0011039-21.2010.815.0011).

Assim, resta provado que as informações coletadas durante a realização das entrevistas narrativas biográficas podem ser confrontadas com outras fontes e documentos, a exemplos de matérias de jornais, sentenças judiciais, fotografias, dentre outros materiais que são capazes de corroborar os dados coligidos. Ainda, quanto à existência da empresa Mimonor, para a qual Seu Adamastor prestou serviços, temos:

No Rio Grande do Sul, o Senhor Ronaldo Cunha Lima se avistará com grupos empresariais daquele Estado, objetivando novos investimentos em Campina Grande. O Chefe da Municipalidade campinense se encontrará com dirigentes do Grupo Azaléia, buscando agilização da filial campinense daquela indústria. Os mesmos contatos serão travados pelo Prefeito em São Paulo, onde manterá entendimentos com dirigentes da empresa Mimonor — Plásticos do Nordeste (brinquedos e utilidades domésticas), com objetivo de acelerar o funcionamento daquela indústria no Distrito Industrial campinense — grifo nosso — (JORNAL A UNIÃO, 12 abr 1983).

Desta maneira, firma-se documentalmente e por meio de matéria de jornal o relato produzido pelo narrador — Adamastor Silva — assegurando-se que a metodologia da história de vida pode ser uma fonte confiável para a consecução de uma pesquisa sobre fenômenos sociais para além de dados puramente quantitativos ou qualitativos amparados na aplicação de questionários, entrevistas estruturadas, dentre outras metodologias de pesquisa.

A participação da lembrança pode variar muito em relação à narração de vivências, situação que deve ser conhecida pelo pesquisador que vai se utilizar das informações das

entrevistas narrativas biográficas na consecução do texto final da pesquisa. Assim, “Além disso, deve-se levar em consideração que, no processo da narração de vivências feitas pela própria pessoa, a participação da lembrança pode variar muito” (Rosenthal, 2014, p. 230). Logo, a narração de histórias deve ser vista como uma forma particularmente complexa da ação social e não pode ser analisada de modo reducionista, extraída do contexto da ação, o que é possível na análise de performances discursivas de determinados questionamentos linguísticos (Schütze, 2014, p. 24).

Assim, Lahire (2005) defende que o pesquisador não pode aplicar os mesmos procedimentos de coleta de dados e de análise aos grupos e aos indivíduos indistintamente. O pesquisador deve recorrer ao emprego de métodos, metodologias e instrumentos de análises compatíveis com o tipo de pesquisa e o objeto de estudo. No caso específico desta tese “A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza”, nos pareceu coerente o uso das entrevistas narrativas biográficas como metodologia para coleta dos dados, bem como a análise dos mesmos, pois foi possível a partir dos dados e informações trazidos pela família demonstrarmos as estratégias da família Silva para driblar a pobreza.

Segundo Rosenthal (2014, p. 213), as narrativas biográficas ou relatos de vida pessoais “configuram dado ideal da investigação sociológica [...] para a reconstrução de mundos da vida em geral e da aplicação de seus resultados na busca de respostas para questões originadas na práxis social”. Portanto, o conjunto social escolhido para a pesquisa, uma família pobre, envolvendo três gerações, permitirá observar as transformações ocorridas a partir da promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 até 2022, no que se refere à temática da pobreza.

Evidentemente, não esperávamos apresentar uma exatidão que não possa ser contestada, mas nos aproximamos de tipos idealmente construídos que espelham a pobreza fundamentada em dados empíricos coletados de estudos desenvolvidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Oxfam Brasil, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com enfoque nos dados que se referem à pobreza no Brasil.

Tratando dos mundos sociais, Bertaux (2010) argumenta que:

No interior do macrocosmo que constitui a sociedade global, os mundos sociais constituem, de algum modo, mesocosmos e cada um deles é formado por numerosos

microcosmos, padarias, escolas primárias, delegacias de polícia, agência dos Correios, consultorias em defesa da nutriz e da criança (p. 26).

Dentre os numerosos microcosmos que constituem a sociedade global, podemos apontar a família, seja essa nuclear ou expandida. Nesse sentido, Bertaux (2010) defende que é possível a partir das narrativas biográficas uma observação aprofundada desse mundo social — que pode ser uma família pobre — buscando “identificar suas lógicas de ação, seus mecanismos sociais, seus processos de reprodução e de transformação” (p. 26). No caso específico da família Silva, buscamos demonstrar as estratégias dispensadas pela família, ao longo de três gerações, para enfrentar as adversidades impostas pela pobreza.

Bertaux (2010) reconhece a aplicação das narrativas de vida nos estudos sociológicos, uma vez que se mostram eficazes, “pois esta forma de coleta de dados empíricos se ajusta à forma das trajetórias [permitindo] identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçam para administrar essa situação e até mesmo para superá-la” (p. 26).

Assim, para a consecução da tese “A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza”, o pesquisador fez uso das narrativas de vida abraçadas, dentre outros estudiosos, por Bertaux (2010), pois que os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas narrativas biográficas do tipo em que o narrador é estimulado a falar sobre sua trajetória de vida sem que haja interrupções patrocinadas pelo entrevistador. Caso sejam necessárias interrupções, essas serão mínimas e para buscar esclarecer informações trazidas pelo narrador(a) que, em dado contexto, não se mostrem suficientemente claras ao pesquisador.

Acreditamos que a teoria metodológica proposta por Bertaux (2010) atende de forma satisfatória à realização da tese proposta que é demonstrar as estratégias adotadas pela família Silva, ao longo de três gerações, para superar a pobreza, pois os dados empíricos que foram coletados por meio das entrevistas narrativas biográficas nos permitiram expor a situação na qual a família pesquisada se encontra e os esforços envidados para suplantar a pobreza durante uma trajetória temporal de algumas décadas.

A história de vida, segundo Menezes (1984), não é apenas uma técnica para a coleta de dados empíricos, mas se “constitui [em] uma abordagem teórico-metodológica” (p. 155). Logo, a história de vida da família Silva, nesta pesquisa, constituiu-se como uma abordagem

teórico-metodológica para a compreensão das estratégias utilizadas para driblar a pobreza ao longo de três gerações.

Nesta mesma compreensão, os autores Santos; Oliveira; Susin (2014) enfatizam que, desde a década de 1940, as pesquisas nas ciências sociais no Brasil têm utilizado as narrativas biográficas — relatos de vida. A narrativa biográfica, também, tem sido considerada em pesquisas envolvendo outras ciências como a história, serviço social, psicologia, educação e antropologia.

No que tece às pesquisas mais recentes na área de história de vida e de biografia, deve-se destacar que estas têm crescentemente adotado um referencial teórico e metodológico que ressalta a construção social na configuração de história de vida e biografias (p. 367). Estudaram-se estratégias da família Silva para driblar a pobreza, ou seja, as ações cotidianas que membros da classe popular realizam em busca de condições de sobrevivência material.

Bertaux (2010) argumenta que o pesquisador que faz uso das narrativas biográficas não deve buscar, inicialmente, verificar hipóteses, vai a campo “se dirige às pessoas [...] agentes, atores, membros do mundo social ou que vivem a situação estudada” (Bertaux, 2010, p. 29), as quais assumem a condição de informantes, fornecendo, assim, dados empíricos que serão descritos e analisados pelo pesquisador. Nesta perspectiva, o pesquisador — autor da tese — no dizer de Bertaux (2010) tem consciência da sua ignorância.

Segundo Bertaux (2010, p. 31), os dados coletados por meio das entrevistas “não conduzem a descrições estatísticas, eles não têm mais vocação de verificar hipóteses, mas permite ver como “funciona” um mundo social, ou uma situação social”. Na nossa tese, os dados empíricos coletados nas entrevistas com a família Silva serviram para descrever e analisar a trajetória de uma família pobre e suas estratégias para driblar a pobreza. “Nessa perspectiva, a função dos dados não é de verificar hipóteses elaboradas anteriormente, mas ajudar na construção de um corpo de hipóteses” (Bertaux, 2010, p. 34).

Portanto, Bertaux (2010) nos orienta a articular os dados empíricos coletados, por meio das entrevistas narrativas biográficas, com outras fontes de documentação. “Não nos enganemos: não se trata de pleitear a utilização exclusiva das narrativas de vida, mas de propor sua articulação com outras formas de observação e outras fontes de documentação” (Bertaux, 2010, p. 30). Conforme a orientação da metodologia proposta Bertaux, confrontamos as narrativas biográficas da família Silva, quanto às estratégias para driblar a

pobreza, com dados de órgãos tais como o IBGE, IPEA, DIEESE, Oxfam Brasil, dentre outros que se dedicam à coleta de dados, estudos e análises da pobreza no Brasil.

CAPÍTULO II

2 A POBREZA E SEUS PROLONGAMENTOS

A pobreza pode ser estudada e vivenciada das mais diversas formas. Seu estudo pode ser realizado a partir das perspectivas acadêmicas tradicionais, como são as visões economicistas e estáticas. A abordagem de tais perspectivas nos leva a compreender a pobreza como uma manifestação da realidade, como um fato que limita o acesso dos pobres a bens de consumo e a uma renda permanente.

Como relatamos na introdução desta tese, nossa pesquisa procura contribuir com o debate contemporâneo sobre o tema e, de alguma forma, ajudar a transcender uma determinada compreensão estreita da pobreza. Noções como precariedade, privação relativa de direitos, deficiente qualificação profissional, vulnerabilidade ou exclusão social, têm permitido consolidar a visão da pobreza desde uma perspectiva multidimensional e dinâmica. Contudo, gostaríamos de começar nosso debate abordando a migração como expressão e causa da pobreza.

No âmbito do estudo da pobreza, refletir em torno da migração nos permite entender a pobreza como um processo, como uma realidade que decorre a partir da trajetória de vida de uma pessoa ou de um grupo humano que, por diferentes circunstâncias, precisa enfrentar experiências de rupturas, encontros, desencontros, apegos e desapegos na busca de melhores condições de vida. Neste capítulo, acompanharemos a saga da família Silva, de um casal com filhos que, perante as condições de vida precárias que o Sertão paraibano lhes oferecia, decidiu abandonar sua terra na década de 1980 e migrar para as zonas urbanas do Estado, acalentando a esperança de dias melhores para a família. Como sabemos, em razão da dinâmica econômica do capitalismo, que com o passar do tempo vai ganhando novas configurações, as maiores transformações nas condições de vida acontecem nas cidades. Nos habitantes do mundo rural, esse fato gera a expectativa de uma vida nova, diferente da vida que eles conhecem, carimbada pela rudeza do campo.

Desde o século XIX, como descreve Engels (2010), a dinâmica socioespacial, orquestrada pelo capitalismo, fez com que a população das metrópoles mantivesse uma linha contínua de crescimento. No entanto, a perspectiva de uma vida melhor, para muitos migrantes, ficou apenas na expectativa. Como revelam os dados estatísticos da Oxfam, uma das tendências das cidades no Brasil é a de relegar amplos setores da população a condições

precárias, obrigando-os a lutar para sobreviver a cada dia. Na visão dos migrantes, em muitos casos, as possibilidades de uma vida melhor na cidade parecem distantes, por vezes inatingíveis.

Como veremos a seguir, a migração da família Silva decorre das condições precárias da vida rural, mas o ato de abandonar a terra de origem, em seu imaginário, oferece possibilidades, alternativas para que seus membros se reinventem e procurem realizar seus sonhos. É como se na cidade as oportunidades de trabalho, moradia, estudo e serviços de saúde estivessem mais acessíveis para eles, como se na cidade houvesse mais recursos para enfrentar as dificuldades que os atingem, se comparadas com as que teriam se continuassem no campo.

2.1 A MIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA

Com o avanço do capitalismo muito se fala sobre o fenômeno da migração. O estudo deste tema traz uma série de complexidades, as quais nos levam a perceber que a migração não pode ser estudada sem a devida conexão com questões de política, geografia, direitos humanos, saúde, meio ambiente, gênero, raça e classe social. Todos estes eixos representam aspectos do emaranhado social que se tece na vida contemporânea. Sair do lugar de origem para se adaptar às demandas do lugar de destino exige mudanças profundas no migrante, transformações necessárias sem as quais não seria possível estabelecer o estilo de vida que o lugar que acolhe demanda. As mudanças não são relativas apenas a um sujeito social. Elas atingem o nível familiar, social, cultural, econômico e psíquico, afetando positiva ou negativamente os diversos atores sociais que participam do processo migratório.

Como descreveremos adiante, em nossa pesquisa percebemos que os efeitos migratórios são bastante complexos. Pela lente da família Silva, observamos que a vivência da migração afeta homens, mulheres, crianças e idosos. Ouvindo os depoimentos dos pais e dos filhos mais velhos da família Silva, lembramos das migrações de trabalhadores para canaviais ou zonas cafeeiras nas décadas de 1970 e 1980. Lembramos, ainda, que a migração tem ciclos e que a batuta que define o espaçamento desses ciclos é a possibilidade de emprego e os arrochos da pobreza.

As migrações fazem parte da vida contemporânea. Elas ocorrem em escala global ou regional. Seguindo as pegadas da família Silva, acompanharemos o processo de migração

dessa família, um processo que pode servir como referência para compreender as causas, o desenrolar e as consequências da migração de muitas famílias nordestinas.

2.1.1 Migração, Conceituação, Causas e Tipos de Migração

O deslocamento humano maciço ao longo da História apresenta causas diversas, em cada lugar e época. Em comum há o instinto de sobrevivência e a busca de melhores condições de vida.
(CGN, 19.10.2023)

A movimentação de pessoas de um lugar para outro, de uma região para outra, de um país a outro, igualmente entre continentes, não é uma questão recente na história do mundo. Os seres humanos migram por diferentes motivos. Migram para fugir da guerra — recentemente os ucranianos migraram para diferentes partes do mundo após o território da Ucrânia ter sido violado pelo regime de Vladimir Putin, presidente russo; — migram para sobreviver a regimes ditatoriais; os palestinos — que são obrigados a deixar a Faixa de Gaza, migram para fugir dos ataques perpetrados pelas tropas israelenses. Citemos, também, como exemplo de pessoas que migram, os venezuelanos que buscaram no Brasil um refúgio ao regime implantado por Nicolás Maduro na Venezuela. Assim, as circunstâncias para a migração são as mais diversas.

A migração de pessoas se dá, também, devido a eventos climáticos extremos — migração climática. A seca, fenômeno climático que afeta a vida de milhões de nordestinos que vivem no semiárido brasileiro, tem forçado, ao longo dos anos, a migração de pessoas para outras regiões do Brasil. Logo, de forma simplória, as pessoas migram para garantir a sobrevivência material — como estratégia para enfrentar a pobreza. Ante ao que expomos, podemos afirmar que pretendemos responder em nossa tese o seguinte questionamento: o que as pessoas fazem para driblar a pobreza?

Quanto à migração, no contexto brasileiro, tivemos o grande fluxo migratório de estrangeiros para o Brasil durante a Primeira República. Estima-se que entre os anos 1889 e 1930, o Brasil recebeu aproximadamente 3,5 milhões de imigrantes italianos que vinham ao País para trabalhar na agricultura, atividade econômica de modelo agroexportador que informava a economia brasileira à época.

Tratando do processo de migração de nordestinos pelo Brasil, Fusco e Ojima (2015) afirmam que:

Em meados do século 19 a Amazônia experimentou crescimento econômico em função da extração da borracha, atraindo numerosos migrantes para a região como

consequência do uso extensivo de mão de obra. No decorrer do período que vai de 1839 (quando da descoberta da vulcanização da borracha) a 1932 (final da grande depressão), essa região recebeu uma grande quantidade de nordestinos, procedentes, em sua maioria, das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Segundo os aludidos autores, os nordestinos migravam por distintos motivos: expulsos pela seca crônica, que aflige secularmente o Nordeste ou em busca de oportunidades econômicas de sobrevivência em outras regiões brasileiras. Torrado (1981) utiliza a conceituação de Estratégias Familiares de Vida, que seria um conjunto de comportamentos socialmente determinados pelos quais os agentes sociais incrementam as condições materiais de subsistência na sociedade. Na consecução desta tese, utilizaremos a nomenclatura estratégias para driblar a pobreza — dentre estas a migração — que são ações e mecanismos utilizados pela família Silva durante três gerações para sobreviver materialmente nas sociedades paraibana e brasileira marcadas pela desigualdade e pobreza que afetam milhões de famílias.

A família Silva, cuja trajetória de vida é retratada nesta tese, migrou, nos anos 1980, do Sítio Juazeiro, no município de Passagem, Sertão paraibano, para a região Agreste da Paraíba, especificamente, a região metropolitana de Campina Grande. No contexto da migração dos Silva, temos a seca severa, que afetou o semiárido nordestino na década de 1980, dificultando as atividades econômicas de sobrevivência material da população sertaneja que vivia no meio rural. Sem trabalho e, conseqüentemente, sem renda, aos Silva a migração se apresentou como estratégia de sobrevivência para a busca de condições materiais mais favoráveis.

Segundo Giddens (2008, p. 260),

Embora a migração não seja um fenômeno novo, é um fenômeno que parece estar a acelerar como resultado do processo de integração global [...] Estimou-se que, em 1990, a população mundial migrante era de mais de 80 milhões de pessoas, 20 milhões das quais refugiadas. Este número parece estar condenado a crescer nos primeiros anos do século XXI, levando alguns teóricos a rotulá-lo como “era da migração”.

A seca, que sempre castigou o semiárido nordestino, foi, também, a causa da migração da família do autor da tese da Paraíba para a Bahia no final dos anos 1970. Meu pai, que era pescador, morador do Cariri Oriental da Paraíba, diante da situação climática — seca — adversa que afligia a vida das pessoas nessa região paraibana, principalmente, daquelas mais

vulneráveis, migrou para o Sertão do Estado da Bahia com a nossa família, composta de sete filhos, mais pai e mãe, para pescar nas águas do Rio São Francisco no município de Sento Sé (BA), circunstância que revela ser a migração — migração Estado-Estado, dentro de uma mesma região brasileira — uma estratégia para driblar a pobreza e, assim, tentar superar a falta de perspectivas no que se refere a trabalho e renda.

Beneficiário de recursos a fundo perdido, disponibilizados por bancos públicos para pescadores, meu pai adquiriu uma canoa, um pequeno barco a motor, redes de pesca e outros equipamentos e materiais requeridos para o exercício da pesca nas águas do “Velho Chico”. Minha mãe, que era do lar, diante das dificuldades inicialmente enfrentadas no Sertão baiano, buscou nas casas de farinha, locais em que se produzia farinha e amido de mandioca, ocupação que lhe garantisse trabalho e uma pequena renda para, dessa forma, ajudar no sustento da família extensa e pobre.

Conforme discorrido, o autor da tese, como os Silva, é membro de uma família numerosa, formada pelo casal raiz — Irene da Silva e Antonio Renovato da Silva — e sete filhos, tendo enfrentado dificuldades para estudar, uma vez que na infância trabalhou em atividades rurais no município de Boqueirão (PB), pois os recursos financeiros percebidos pelos genitores eram insuficientes para atender as demandas da família com alimentação, vestimentas, educação, saúde, dentre outras despesas necessárias a uma vida material minimamente digna.

Quando entrei em contato com a família pesquisada, a qual fugiu do Sertão para o Agreste paraibano — migração dentro do mesmo Estado — em busca de sobrevivência material, reconheci aquilo que nos anos 1980 aconteceu com a minha própria família, obrigada a migrar para outro Estado brasileiro como estratégia para driblar e enfrentar as dificuldades impostas pela pobreza.

Semelhante à família do pesquisador, a família pesquisada — a família Silva — é impelida a migrar, nos anos 1980, deixando o sítio em que vivia no município de Passagem, Sertão da Paraíba, localizado na região polarizada pela cidade de Patos, em busca de condições materiais para atender às necessidades básicas dos familiares. Nessa peregrinação de retirada, chega à cidade de Boqueirão, município que integra a região metropolitana de Campina Grande (PB), para trabalhar nas plantações de tomate, pimentão, dentre outras culturas praticadas às margens do açude Epitácio Pessoa, um dos maiores reservatórios de água do Nordeste brasileiro.

A família sertaneja que sobrevivia da agricultura e da pequena criação de gado encontra no trabalho realizado nas atividades agrícolas desenvolvidas em Boqueirão (PB) a sua fonte de renda. Essa circunstância nos chamou a atenção, uma vez que esses sertanejos deixaram o mundo rural de origem e abraçaram atividades laborais do mundo rural no destino. Situação que demonstra uma repetição das condições de vida, explicada certamente pela falta de qualificação profissional da família para outras atividades geradoras de emprego e renda. Conforme explicitaremos nesta tese, atividades que requerem baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional sempre fizeram parte da vida dos Silva.

Na seca de 1979, o narrador — Adamastor Silva — se refere a um Programa de Frentes de Trabalho, que pagava uma pequena quantia remuneratória a cada trabalhador alistado no programa emergencial de combate à seca, quantia essa considerada por ele como insuficiente para custear as despesas da família, porém era o único recurso financeiro disponível para satisfazer as necessidades básicas da população que vivia no interior da Paraíba e demais Estados do Nordeste castigada pelas intempéries causadas pelas secas recorrentes.

Quando é um ano abundante, a gente se sai [saía] bem e quando não é... é sacrifício... Era pra mim. Mas mesmo assim eu lutava. Quando foi passando dos tempos e... veio outro tempo ruim: 79. Aí fizeram um programa de emergência do governo, que ele dava a cada proprietário é... é uma turma de cinco, de cinco operários para trabalhar... aí quando era todo mês eles pagavam aquele dinheiro pouco, mas era o jeito não tinha outro (Adamastor Silva).

Os programas emergenciais destinados ao enfrentamento das dificuldades que as secas traziam à população do semiárido nordestino foram previstos na Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Art. 11. Será elaborado pela SUDENE, com a cooperação dos órgãos que atuam no Nordeste, um plano de emergência para o combate aos efeitos das secas e socorro às populações atingidas, durante sua incidência, o qual será periodicamente revisto, de modo que possa ser aplicado imediatamente, sempre que for necessário.

[...]

Art. 13. Compete ao Conselho Deliberativo:

[...]

e) submeter à aprovação do Presidente da República plano especial de obras, de abastecimento e de assistência às populações flageladas, para ser executado na emergência de seca;

A primeira estratégia utilizada pela família Silva para driblar a pobreza foi, sem dúvida, a migração. Segundo Almerinda Silva, que nos anos 1980 tinha treze anos, ela e demais membros da família deixaram o Sítio Juazeiro, no município de Passagem, Sertão paraibano, deslocando-se até a cidade de Boqueirão, no Cariri Oriental da Paraíba, em busca de trabalho e renda para sobreviverem materialmente, pois passaram a lidar no lugar em que viviam com a escassez de bens e de comida.

Almerinda Silva recorda que tomaram uma caminhonete que fazia o transporte de pessoas do Sítio Juazeiro até a localidade de Café do Vento — BR 230 — Sertão paraibano, de onde pegariam um ônibus com destino a cidade de Patos e, posteriormente, viajariam para Campina Grande e Boqueirão. Em sua narrativa, Angelina Silva — irmã de Almerinda, afirma que:

Veio de camioneta até o meio do caminho... depois apanhou o ônibus aqui para Campina Grande. Quando a gente chegou na rodoviária, desceu de um ônibus e apanhou outro para Boqueirão... era 02 de setembro de 1980. Eu me lembro como se fosse hoje... a empresa era dos Florindo (Angelina Silva).

A empresa de transporte intermunicipal, que fazia o transporte intermunicipal de passageiros Campina Grande-Boqueirão-Campina Grande, nos anos 1980, chamava-se Viação São Francisco e pertencia à família Florindo, especificamente, a Rosimildo Florindo Barbosa, advogado na cidade de Boqueirão, que à época — anos 1980 — era, também, oficial do Cartório de Registro Civil da mencionada cidade.

A entrevistada — Angelina Silva — que estudou até a terceira série do Ensino Fundamental, narra que no Sítio Juazeiro frequentou a escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), programa de alfabetização criado em 1967 pela Lei nº 5.379/196 e extinto em 1985, que previa a alfabetização e a educação continuada a adolescentes e adultos. Não prosseguiu nos estudos, pois, ao chegar em Boqueirão (PB), necessitava trabalhar em plantações de tomates juntamente com Adamastor Silva, seu pai, e Almerinda Silva, Aldenor Silva e Anielda Silva, seus irmãos, para custear as despesas familiares.

Após quatro ou cinco anos vivendo em Boqueirão, a família Silva constatou que os recursos financeiros advindos das atividades laborais em plantações de tomate e serviços domésticos em residências de famílias da pequena cidade do Cariri paraibano eram insuficientes para atender as despesas dos Silva com aluguel, comida, vestimentas e outros gastos essenciais a uma vida minimamente digna do ponto de vista material.

Nesse sentido, a família continua a migração. Adamastor Silva resolve transferir, no ano de 1985, a família para Campina Grande. Angelina Silva descreve que na Rainha da Borborema passa a trabalhar como doméstica e diarista, em residências de famílias ricas da Cidade. Pessoas que exerce(ia)m cargos públicos eletivos nas esferas estadual e federal. Lamenta, na sua narrativa, que nas atividades laborais não contou com o amparo dos direitos trabalhistas, pois morava nas casas em que trabalhava — dormia tarde e acordava cedo para o trabalho — e não possuía registro na carteira de trabalho. Dessa forma, por mais de vinte e dois anos de trabalho não recolheu as contribuições previdenciárias necessárias a lhe assegurar uma aposentadoria custeada pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O trabalho exercido nas casas de pessoas reconhecidas como ricas pela sociedade campinense não lhe permitiu — a Angelina Silva — por exemplo, uma melhor colocação no mercado de trabalho. Situação justificada pela pouca escolaridade da entrevistada, pois só conseguiu integralizar até a terceira série do Ensino Fundamental.

O trabalho nas plantações de tomate — Boqueirão (PB) — e como doméstica — em Campina Grande (PB) — não permitia que a entrevistada estudasse, uma vez que tanto na agricultura quanto nas atividades domésticas era obrigada a passar a semana no trabalho. Nas plantações de tomate, vivia no sítio Bertioiga, onde ficava da segunda à sexta-feira, chegando aos sábados em casa, dia em que fazia as compras, lavava as vestimentas utilizadas no trabalho e, no domingo, se preparava para voltar à atividade na segunda-feira, circunstância na qual não havia margem de tempo nem condições para estudar. Lembremos que se tratava de adolescentes com quatorze, quinze, dezesseis anos de idade em média.

A família pesquisada foi expulsa do campo pelas condições desfavoráveis existentes, a exemplo da seca e pragas — como o bicudo — que nos anos oitenta dificultaram a cultura do algodão, bem como a ausência de financiamentos e programas governamentais capazes de mantê-la nas atividades laborais do campo, pois o programa emergencial denominado Frentes de Trabalho pagava uma retribuição financeira muito pequena, insuficiente para manter os agricultores no meio rural. Neste contexto, expulsos do campo, os nordestinos pobres se deslocam às metrópoles, passando a viver de trabalhos informais, muitas vezes em condições sociais degradantes.

Sob tal perspectiva, Alves, (2021, p. 93) sustenta que:

Deste modo, as cidades incharam com a presença dos proletários de origem rural que, conduzidos [por um] sonho de vida melhor, abandonaram a vida de miséria no

campo. A nova via de objetivação do capitalismo brasileiro de cariz hipertardio (via colonial) caracterizou-se pela articulação entre o moderno (a indústria) e o arcaico (o latifúndio de origem escravista).

Tratando da migração no Brasil, Menezes (1985) afirma que há migrações inter-regionais, ou seja, movimento de pessoas entre regiões de um mesmo estado. Na Paraíba, por exemplo, é possível verificar que há movimento de pessoas entre regiões do Estado, pois moradores do Sertão paraibano costumam(vam) migrar, empurrados pela seca, para o Brejo paraibano. É possível também constatar a migração do Sertão para o Agreste paraibano, bem como a migração para outros Estados da Federação, não só de paraibanos e famílias paraibanas, mas, também, de outros Estados nordestinos.

Para ilustrar os fenômenos migração e pobreza, obras literárias da Literatura de 30 no Nordeste são ricas em relatos dessa relação que aflige um número considerável da população que habita a região Nordeste, historicamente castigada pelas intempéries das secas e explorada em sua mão de obra. Evidente que a literatura não é realidade. Sabe-se, no entanto, que os ficcionistas buscam em eventos reais a inspiração para a construção da narrativa de ficção, situação que demonstra ser a obra literária uma transposição da realidade para o mundo da ficção, guardando, assim, uma homologia com a vida real, discussão realizada por Goldman (1988) em sua sociologia do romance.

Continuando a discussão do tema migração e pobreza, observa-se que o processo de movimentação de pessoas entre regiões brasileiras é uma constante. Castro (1967) faz referência à migração da família Silva — família nominada na obra “Sete palmos de terra e um caixão” — lembrando que não é a família pesquisada nesta tese — a qual deixou o Sertão e foi abrigar-se nos mangues de Recife.

A família Silva mora nos mangues da cidade de Recife, num mocambo que a família fez quando chegou de cima. A família é originária do sertão. Desceu do Cariri na seca, perseguida pela fome. Fez uma paradinha no brejo, para tentar o trabalho das usinas, mas não pode aguentar com os salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter, nem ao menos o recurso de xiquexique e da macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse (p. 161).

Conforme se depreende da leitura do texto de Castro (1967) — obra literária que guarda homologia com a realidade social — o êxodo — a migração — é uma maneira encontrada pelas famílias sertanejas, castigadas pela seca e exploradas em sua mão de obra pelos proprietários de terra, para buscar melhores condições de vida e, conseqüentemente, se

afastar das condições de pobreza. Nem sempre o resultado é alcançado, pois fogem da pobreza no Sertão para uma situação de pobreza em outras regiões ou em cidades do mesmo Estado da federação brasileira do qual são oriundos.

O núcleo familiar, constituído por Adamastor e Albanisa Silva, fugiu da seca e da pobreza no Sertão da Paraíba e continua pobre em Campina Grande. Tal situação demonstra o quanto é difícil a mobilidade social das famílias de classes populares em suas longas trajetórias e estratégias para driblar a pobreza.

Continuando com as narrativas — ficcional ou real — de sertanejos pobres que são obrigados a deixar Sertão — o personagem Zé Luiz de “Homens e caranguejos” (2003), de Josué de Castro, “Não tinha prometido contar ao filho, um desses dias, a sua odisseia descendo do sertão até encontrar os mangues? Contaria hoje. E contou...” (p. 39).

Até então, a gente vivia feliz no sertão de Cabaceiras. É verdade que é o município mais seco do Nordeste e, de vez em quando, a gente se aperreava com a falta de chuvas. Mas eu sempre me arranjei [...] O trabalho era duro, é verdade, mas tinha suas compensações. “Eu cuidava do gado do coronel Virgílio Maracajá e plantava um pequeno roçado (Castro, 2003, p. 39-40).

Em “Vidas secas”, Graciliano Ramos narra a saga da família do vaqueiro Fabiano que deixa o sertão nordestino em busca de melhores condições de vida material em outras regiões do Brasil. O romancista alagoano espelha a migração de nordestinos — que fogem da seca, da fome e, conseqüentemente, da pobreza — para estados do sudeste do Brasil, a exemplo de São Paulo.

Publicado em 1938, “Vidas secas” enfatiza, também, a exploração do trabalhador nordestino, o que pode ser exemplificado com a atitude do patrão do personagem Fabiano ao cobrar preços abusivos pelos gêneros alimentícios que são adquiridos pelo vaqueiro e ao agir de forma desonesta no momento de realizar o ajuste das contas devidas pelo migrante.

Sequencialmente, Raquel de Queiroz, romancista cearense, em “O quinze”, obra publicada em 1930, baseou-se na grande seca que assolou o Nordeste em 1915 — daí o nome da obra — para escrever sobre a vida do vaqueiro Chico Bento, que foi obrigado a deixar o Quixadá, região do Sertão do Ceará, e migrar para Fortaleza em busca de subsistência material para si e para a família, uma vez que a seca afetava negativamente a atividade do agricultor, vaqueiro, homem do campo, piorando ainda mais a situação de pobreza em que vivia.

No bilhete, a moça fazia o possível para comover a destinatária; e a senhora, apesar de já se ter habituado a esses pedidos que falavam sempre numa pobreza extrema e em criancinhas famintas, achou jeito de desentulhar uma pá, e ela mesma guiou o vaqueiro aturdido, com seu ferro na mão, e o entregou ao feitor (p. 77).

Queiroz (2012) não se furta em relatar a exploração do trabalhador rural que, no campo, trabalhava de sol a sol. “O cigarro o envolvia em branco nevoeiro; Vicente foi recordando sua vida de trabalho ininterrupto, desde os quinze anos — trabalho de sol a sol, sem descanso e quase sem recompensa...” (p. 36).

Prosseguindo com os relatos de migração e pobreza no universo ficcional, “Seara vermelha”, de Jorge Amado, publicado em 1946, romance que encerra o período literário denominado de Literatura de 30 no Nordeste, é a história de Jerônimo e Jacundina, dentre outros personagens pobres da seca que, ao serem expulsos pelos latifundiários, seguem em uma migração em busca de trabalho e, conseqüentemente, de meios necessários ao sustento material.

Na citada obra, o narrador toma como enredo a trajetória de uma família numerosa, composta por onze retirantes, afetados pelas intempéries das secas e, sobretudo, pela pobreza e condições de miserabilidade, provocadas, também, pela exploração dos agricultores — trabalhadores rurais — pelos patrões, os proprietários das terras. A família Silva, da nossa tese, quando migrou para a região de Campina Grande, era formada por doze membros, família numerosa para os padrões atuais de arranjos familiares.

O percurso migratório a ser percorrido pelos retirantes de “Seara vermelha” é do sertão baiano à cidade de Juazeiro e, em seguida, São Paulo, objetivando fugir da fome, da pobreza e das humilhações impostas pelos donos das terras. Há na saga desses nordestinos sempre uma esperança de dias melhores advindos de uma sonhada superação da pobreza. Os Silva sonhavam com uma vida materialmente confortável na região de Campina Grande, daí a migração.

Dona Albanisa e Adamastor Silva, em suas narrativas biográficas, descrevem que a vida no Sítio Juazeiro — do ponto de vista da sobrevivência material — era muito difícil. Segundo o casal Silva, não havia emprego formal, a escola para os filhos era “fraca”, a água para consumo doméstico era coletada de uma fonte — água salgada — situação que — dentre outras circunstâncias de dificuldades — os fez migrar.

Pois, vivendo em um contexto de seca, no ano de 1980, Adamastor Silva toma a decisão, que foi adotada por personagens como Zé Luís — “Homens e caranguejos”, Chico

Bento — “O quinze”, Fabiano — “Vidas secas”, Valentim Pedreira — “A bagaceira”, ou seja, reúne a família e migra do Sertão para outra região do Estado da Paraíba — Cariris Velhos, cidade de Boqueirão — e posteriormente para o Agreste — Campina Grande, em busca de melhores condições de subsistência material para a família.

Mais quando foi em 80 eu fui embora pra Boqueirão e morei lá quatro anos... e depois vim embora aqui pra Campina [...] 79 pra 80. Aí, foi é... quando vi que lá não dava aí deixei a emergência e vendi o gadin e saí de lá [município de Passagem — região polarizada pela cidade de Patos (PB)].

A migração de pessoas, como temos dito, é um fenômeno social atual que tem afetado milhões de seres humanos por distintas causalidades. Logo, temos migrantes econômicos, pessoas que deixam seus países atingidas por guerras, fome, perseguição política, religiosa, indo em direção a nações ou regiões economicamente mais desenvolvidas, almejando alcançar melhores condições de subsistência material. Assim, as pessoas que se tornam redundantes, “refugos humanos” — no dizer de Zigmunt Bauman — pobres, fazem o movimento de deslocamento na esperança de encontrar, distante de seu lugar de origem, um cenário mais favorável à existência material. Por conseguinte, será a migração — para os pobres — uma estratégia para driblar à pobreza?

Seu Adamastor Silva afirma que viveu trinta e nove anos no Sítio Juazeiro, município de Passagem (PB), Sertão paraibano, trabalhando na agricultura em uma propriedade de trinta hectares, que lhe pertencia. Ao completar quarenta anos, almejando melhores condições materiais de vida, migrou para a região metropolitana de Campina Grande (PB). Seu Adamastor explica que os anos 1970 foram dominados por secas, sendo o ano de 1979 afetado por uma grande seca, a qual dificultou demais a vida de quem sobrevivia da agricultura no Sertão.

Lá eu morei esses tempos. Primeiro [n]a propriedade de meu pai, depois a gente passou a ser proprietário também; eu e minha esposa. Aí, quando eu vi que lá não dava, resolvi sair de lá do Sertão pra cá... pra Boqueirão e Campina [Grande (PB)]. [- Essa propriedade tinha quantas hectares?]. A minha tinha trinta hectares (Adamastor Silva).

A família Silva é um exemplo daquelas pessoas que realizaram uma migração inter-regional — do Sertão para o Agreste paraibano. Menezes (1985) aponta a migração como uma estratégia de sobrevivência às famílias pobres, situação que se verifica no movimento da família Silva, que viu na migração uma forma para se deslocar e evitar a pobreza enfrentada

no Sertão paraibano. Segundo Menezes (1996, p. 149), “A migração representa um importante papel na sobrevivência das famílias camponesas”, pois “Os camponeses migram comumente para as metrópoles dentro e fora do Nordeste” (Menezes, *ibidem*).

Nesta perspectiva, elencaremos ações, comportamentos, situações (estratégias), a exemplo da migração, utilizados pela família Silva para driblar a pobreza. A migração foi a primeira estratégia da qual se valeu a família Silva para enfrentar o fenômeno da pobreza. A família instalou-se, inicialmente, em Boqueirão (PB), município que — à época da migração da família e hoje ainda — oferta(va) trabalho informal em plantações de hortifrutigranjeiros (tomate, pimentão, repolho, batata-doce), empregando adultos e crianças, pessoas atingidas pela pobreza.

Aldenor Silva, que nos anos 1980 tinha dezoito anos, relatou que veio do Sertão, inicialmente, com o pai Adamastor Silva até Boqueirão (PB). Em seguida, vieram Dona Albanisa — a mãe — e demais filhos e filhas — em número de doze, pois um dos filhos nasceu em Campina Grande. Na viagem de migração, utilizou-se um caminhão no qual vinham os móveis e utensílios de casa, necessários à acomodação da família em outra cidade, e um ônibus, veículo que conduziu os membros da família.

A gente veio embora para Boqueirão no ano de 1980 e aí ficamos lá... trabalhando nos campos de tomate com meus irmãos e minhas irmãs. Eu não... Eu trabalhava lá de funcionária doméstica... Depois a gente veio para Campina Grande... continuava do mesmo jeito (Angelina Silva).

A entrevistada — Angelina Silva — afirma que as condições materiais difíceis vivenciadas pela família permaneciam inalteradas. Em Boqueirão, trabalhando em plantações de hortifrutigranjeiros, ou em Campina Grande, como empregados domésticos, assalariados na construção civil, executando outras atividades, como auxiliares em lanchonetes ou realizando pequenos serviços de manutenção em residências, continuavam recebendo baixas remunerações insuficientes para o custeio de uma vida material minimamente digna.

Menezes (1984, p. 151), discutindo sobre a migração de camponeses paraibanos em pesquisa realizada sobre a referida temática, assegura que a análise que realizou “estava centrada nas mudanças socioeconômicas do camponês. Eles foram submetidos a um processo de pauperização e a migração era uma estratégia de sobrevivência da família camponesa”. A autora, em referência, chama a atenção dos pesquisadores de migração sobre as classificações taxonômicas rígidas dos processos de migração. No entanto, não propõe o fim das

classificações migratórias, porém sugere “constantes revisões e ajustamentos a fim de compreender as especificidades de mobilidade de grupos e espaços migratórios” (p. 36).

Tratando das novas tipologias e conceitos de migração, Menezes (2012) discorre sobre os migrantes safristas, migração temporária, migrações de retorno e migração definitiva, pois segundo a autora os novos estudos sobre migração necessitam de outras abordagens teórica e metodológica para explicar um fenômeno tão complexo. No dizer de Menezes (*op. cit.*, p. 24), “a liberdade de movimento deve estar articulada [...] ao direito de melhoria nas condições de vida”.

No caso da família Silva, a migração realizada para a região metropolitana de Campina Grande (PB) foi definitiva, uma vez que não voltou mais a residir ou trabalhar no local onde nasceu no Sertão paraibano, ou seja, se fixou de forma definitiva no local para o qual migrou, na busca de melhorias nas condições de sobrevivência material, pois havia no casal raiz a vontade de que os filhos estudassem e trabalhassem em condições mais favoráveis do que aquelas que experienciaram no Sítio Juazeiro.

Como migrantes, os camponeses têm experimentado relações de trabalho, culturas e atividades políticas diferentes. Algumas vezes, eles são trabalhadores temporários e em outros proletários urbanos. Ser um trabalhador assalariado em uma colheita de cana-de-açúcar ou um proletário em uma fábrica ou no setor de serviço não é uma mera escolha pessoal. Depende das oportunidades de trabalho, do ciclo de vida, das amizades, parentesco e julgamentos pessoais sobre essas opções (Menezes, 1996, p. 150).

No caso específico da nossa tese, que não tem foco em uma discussão aprofundada do tema migração, é suficiente considerar que temos no evento da família Silva uma migração familiar, ou seja, da totalidade da família — pais e filhos — em um processo de migração que se tornou definitivo — até o momento da nossa pesquisa — uma vez que nenhum membro da família pesquisada manifestou, durante as entrevistas narrativas biográficas, o desejo de fazer a migração de retorno ao Sertão paraibano, lugar do qual se deslocou nos anos 1980.

Dona Albanisa lembra com saudade do sítio do Sertão paraibano onde nasceu, morou e constituiu família antes de migrar para a região metropolitana de Campina Grande (PB), porém não manifestou em nenhum momento das entrevistas o desejo de retornar ao Sítio Juazeiro. Recordar-se da vida que levava junto ao pai e irmãos — pois era órfã de mãe — especialmente no que diz respeito à função que desempenhava: cuidar das lidas domésticas e dos irmãos mais jovens. A entrevistada lembra, ainda, que o pai trabalhava com o cultivo,

compra e venda de algodão, sendo Dona Albanisa Silva a responsável pelas anotações das operações comerciais que a família fazia com o algodão, fonte de renda e subsistência material da família.

Durante as entrevistas com membros da família Silva, o tema migração foi mencionado por Aldenor Silva, segundo filho do casal Silva, que relatou ter migrado nos anos 1990 para o vizinho Estado de Pernambuco, onde trabalhou como caseiro e vaqueiro, em granjas e fazendas do Agreste pernambucano, especificamente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Como pedreiro e pintor de paredes em residências, Aldenor Silva migrou, ainda, para Teresina (PI) para trabalhar em construções de imóveis de alto padrão em condomínios horizontais. A migração realizada por Aldenor Silva era temporária, pois se movimentava para trabalhar em outros Estados — Pernambuco e Piauí — mas retornava para Campina Grande.

Ainda quanto à migração dos filhos e netos, apenas Aldenor Silva chegou a migrar temporariamente. Aos netos da família Silva — Oduvaldo e Capistrano Silva — o pesquisador questionou se esses já haviam cogitado a possibilidade migrar como fizeram os avós nos anos 1980. Como resposta, alegam que não se sentem confortáveis quando pensam na possibilidade de romper com questões afetivas e interromper a rede de apoio que encontram na família.

Ademais, convivem com a probabilidade da migração não ser satisfatória, ou seja, não alcançar êxito e, assim, se sentirem constrangidos e incomodados para voltar e justificar o fracasso. Sustentam que a migração dos avós — acompanhados dos filhos — se deu com a totalidade da família nuclear, ou seja, não houve um rompimento dos laços afetivos e de apoio familiar. Ponderam que uma migração deles — os netos — de forma individual é difícil de considerar.

Das declarações dos entrevistados, constatamos argumentos apresentados por Menezes (1994), Lewis (1961), Lomnitz (1975), dentre outros autores que afirmam que as pessoas migram para um lugar no qual irão encontrar pessoas do convívio que, anteriormente, migraram e que, em tese, vão assegurar apoio principalmente afetivo com aqueles que chegam. Isto é, não se migra para um lugar onde não haja a perspectiva de encontrar um suporte capaz de atender, de forma imediata, a sobrevivência material.

A família Silva chega a Boqueirão, cidade onde, segundo Adamastor Silva, havia parentes seus e de Dona Albanisa Silva. Estes, tendo migrado anteriormente ao casal, foram

quem os encaminharam para as atividades agrícolas nas plantações de tomate, pimentão e outras culturas existentes às margens do açude Epitácio Pessoa. Um tio de Albanisa Silva, conhecido como Martinho Silva, retornou ao Sertão paraibano anos depois de haver migrado, uma vez que considerou não ter obtido nenhuma melhoria nas condições materiais de vida com o processo migratório.

A família Silva ficou na região de Campina Grande (PB) de forma permanente, pois membros da família, em particular as mulheres, encontraram trabalho — ainda que informal — fonte de renda indispensável à sobrevivência da família. Foi em ocupações, notadamente domésticas, em residências de famílias de classes média e alta, que adquiriam receita para o custeio de alimentação, vestimenta, água, luz, aluguel e outras despesas essenciais da numerosa família.

Além das obras ficcionais e textos acadêmicos sobre migração, na mídia, é possível constatar relatos de pessoas que migraram de outras regiões do Estado da Paraíba — Sertão e Agreste — para a região litorânea do Estado. Inslândia Medeiros veio do município de Patos junto com o marido, duas filhas pequenas e grávida do terceiro filho. Mora em um barraco sem banheiro há nove meses. Ela narrou que chegaram em João Pessoa procurando onde morar e encontraram a ocupação. Com um sorriso no rosto, ela revela seu desejo: “A gente fica aqui porque todo mundo é igual a gente, todos carentes, e é o jeito lutar pela moradia. Todo dia eu acordo com a certeza que vai dar certo, que um dia a gente vai ter a 'escriturinha' da casa da gente e vai ficar sossegado” (Adissi, 2018).

Em outro relato narrativo, Dona Maria revela que veio da área rural de Campina Grande para João Pessoa há pouco mais de dois anos. De início, ela morava de aluguel no mesmo bairro da ocupação. Porém, sustenta que com o passar do tempo ficou difícil se manter e resolveu, com seu esposo, ir morar na ocupação. “A gente quer e precisa de uma moradia. Porque não é fácil você ter que pagar um aluguel; acordar e saber que é dia de pagar suas contas e não ter de onde tirar”, conta a moradora” (Mídia Nacional, Clickpb, 24 ago. 2022).

Continuando a narrativa migratória da família Silva, após deixar Passagem, Seu Adamastor Silva explana que trabalhou em Boqueirão (PB) no cultivo de tomate, pimentão e outros produtos hortifrutigranjeiros cultivados às margens do açude Epitácio Pessoa, considerado um dos maiores reservatórios de água do Nordeste do Brasil. A migração da família não se encerra em Boqueirão. Em 1985, transfere-se para Campina Grande, objetivando melhores condições de vida, uma vez que os recursos financeiros advindos das

atividades nas plantações de hortaliças e verduras em Boqueirão se mostravam insuficientes para atender despesas básicas como aluguel da moradia, alimentação, água e energia elétrica.

Adamastor Silva, hoje com oitenta e três anos, declara que viveu no Sítio Juazeiro até os quarenta anos de idade, migrando nos anos 1980 para Boqueirão com o objetivo de proporcionar melhores condições materiais de sobrevivência à família. Essas transformações que ocorrem na vida de um indivíduo são nominadas por Caetano (2021) como crises biográficas. Na vida de Adamastor Silva, podemos identificar vários pontos de ruptura e transição. Casar, virar chefe de família, migrar. Nessas crises, sempre é possível identificar um antes e um depois. Podemos também constatar se ocorreram transformações sociais na vida do sujeito. Quanto à pobreza, verificamos que essa insiste em permanecer, acompanhando os Silva por três gerações.

Passaremos a discorrer, a partir do tópico seguinte, sobre a pobreza como objeto de estudo da sociologia, bem como outras conceituações importantes para a consecução da tese que, pela temática abordada, enfrentará breves discussões sobre modernidade e capitalismo, relacionando-as com a pobreza.

2.2 A POBREZA COMO OBJETO DE ESTUDO DA SOCIOLOGIA

Podemos dizer que o discurso sobre a pobreza é construído em diversas situações e universos sociais. Como afirma Bourdieu (2008), a realidade é compreendida a partir do lugar social onde o observador se situa. Sobre a pobreza temos diversas percepções, tais como: a imprensa, a literatura, bem como por sociólogos, antropólogos, literatos, pesquisadores de áreas como saúde, economia, direito, dentre outras; órgãos governamentais e não governamentais, que coletam dados sobre o fenômeno da pobreza.

Não há um discurso uníssono sobre o fenômeno da pobreza. O discurso sobre a pobreza visto nesta tese não é o reflexo de um conjunto de textos. Vai além. Busca na prática discursiva, ou seja, nas ações desenvolvidas por sujeitos, uma compreensão do social, isto é, no caso específico, uma explicação da produção social da pobreza, envolvendo a narrativa biográfica de uma família pobre, a família Silva, moradora da periferia de Campina Grande (PB) e textos de autores tais como Engels, Simmel, Lewis, Giddens e dados referentes à pobreza recolhidos por órgãos com o IBGE, IPEA, Oxfam Brasil, dentre outros, considerando, assim, que o discurso sobre a pobreza é construído a partir de informações

sociológicas, jornalísticas, literárias e de dados coletados por órgãos governamentais e não governamentais que se dedicam ao estudo desse fenômeno.

2.2.1 O Conceito de Pobreza no Pensamento Social

O fenômeno da pobreza tem ocupado um lugar destacado dentro do pensamento sociológico. Karl Marx (2004, 2011; 2013), por exemplo, faz referência, em suas obras, à pobreza e ao desamparo dos operários pelo sistema capitalista, que tem na maximização dos lucros sua maior preocupação. Pois, no modo capitalista de produção, o trabalhador é separado dos seus meios de produção e passa a vender sua força de trabalho em troca de uma remuneração que muitas vezes é insuficiente para atender às necessidades básicas da família.

Friedrich Engels, também, escreve sobre a situação dos trabalhadores explorados pelo sistema capitalista, relatando como esses viviam na Inglaterra da Revolução Industrial, circunstância em que os indivíduos deixaram o campo e passaram a viver nas cidades industriais. A reflexão sobre a descrição etnográfica que Engels (2010) faz sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, nos leva a pensar na trajetória de vida da família Silva. Essa trajetória é narrada nesta tese. A família Silva deixou a zona rural do município de Passagem (PB), passando a morar, até os dias atuais, em Campina Grande (PB). O contexto no qual os Silva deixaram a pequena propriedade de terra que cultivavam em Passagem não era o da Revolução Industrial e sim o cenário de seca e pobreza.

Marx (2004; 2011) e Engels (2010) esboçaram uma discussão sobre o empobrecimento da classe operária, porém é o sociólogo alemão Georg Simmel que envida esforços, na obra “El pobre”, para definir quem eram os pobres na sociedade. Assim, para Georg Simmel, os pobres são aquelas pessoas que necessitam de assistência material para preservar o *status quo* social, assegurando o interesse da totalidade social, uma vez que em uma concepção sociológica a manutenção da pobreza traz danos à sociedade ou ao equilíbrio da sociedade. “Mas como, em vez disso, a assistência intervém no interesse da totalidade social — no interesse do contexto político, familiar ou de qualquer círculo sociologicamente determinado — não tem nenhum motivo para socorrer o sujeito além do que exige a preservação do *status quo* social”⁴ (Simmel, 2014, p. 32).

⁴ De forma livre, traduzimos as citações deste livro da versão publicada em espanhol

Segundo Giddens (2008), no contexto dos países industrializados ou em industrialização predomina os Estados Assistenciais, conceituados como “estados nos quais o governo desempenha papel central na redução das desigualdades dentro da população, providenciando ou substituindo certas mercadorias e serviços” (p. 272). Assim, o Estado Assistencial fornece serviços básicos necessários à subsistência material das pessoas, prestações como: educação, saúde, moradia, complementação de renda e auxílios a grupos vulnerabilizados como pessoas com deficiência (PcD), pessoas em situação de desemprego, condições que agravam negativamente as condições de vida das pessoas pobres.

Nessa compreensão, cabe ao Estado a assistência aos pobres, destinando a esses recursos que garantam alimentação, moradia, saúde e educação, dentre outros serviços públicos básicos, medida que objetiva proporcionar àqueles que vivem na pobreza um mínimo existencial, ou seja, condições mínimas de sobrevivência material, respeitando, desse modo, a dignidade da pessoa humana.

O direito de reclamar, segundo Simmel (2014), é daqueles que contribuem financeiramente com o Estado por meio de tributos, cuja aplicação deveria beneficiar de forma efetiva aos pobres. Dessa maneira, o direito de se insurgir contra a inação estatal na assistência aos pobres não recai sobre esses e sim a quem financia as ações estatais por meio de contribuição fiscal.

o Estado tem o dever de socorrer o pobre, mas este dever não tem como correlato o direito do pobre a receber socorro [...] Portanto, em caso de assistência insuficiente, não seria o pobre que poderia reclamar ao Estado, mas unicamente os outros elementos indiretamente afetados por essa carência (Simmel, 2014, p. 33).

Logo, para o aludido autor há uma correlação entre dever do Estado e o direito do pobre. O direito do pobre deveria ser reconhecido indiretamente por aqueles que sustentam o Estado por meio do pagamento de tributos. No entendimento de Simmel (2014), o indivíduo considerado pobre não é apenas pobre; é, também, um cidadão e, como tal, é sujeito de deveres e direitos assegurados pelo Estado. O “pobre não é apenas pobre, é também um cidadão. Como tal, participa dos direitos que a lei concede ao conjunto dos cidadãos como correlato do dever do Estado de socorrer os pobres” (Simmel, 2014, p. 38).

Na consecução desta tese, restará demonstrada que, por meio de programas sociais, financiados com recursos da sociedade brasileira, chegou alguma ajuda do Estado brasileiro à família Silva, beneficiando, por exemplo, os netos de Adamastor Silva com programas de

auxílio estudantil para universitários e alunos de curso técnico de Instituições Federais de Ensino (IFES), bem como benefícios da assistência social, a exemplo, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende o casal raiz. A presença do Estado brasileiro na trajetória da família Silva, na forma de prestações sociais, é explanada no Capítulo IV desta tese.

Simmel fala de uma consciência moral da coletividade que a move a ajudar ou socorrer aos pobres, cujo objetivo é amenizar a situação de dificuldades advindas da pobreza material. Assim, “existe uma terceira, que é a que costuma dominar em nossa consciência moral: a coletividade e as pessoas acomodadas têm a obrigação de ajudar o pobre, obrigação cujo objetivo se limita a aliviar a situação do pobre” (Simmel, *op. cit.*, p. 50).

Segundo Simmel (2014), há um limite estabelecido pela sociedade para definir a assistência aos pobres, ou seja, não se pode permitir que os pobres recebam uma ajuda tão pouca que não seja capaz de minorar as dificuldades impostas pela pobreza nem tampouco destinar uma ajuda considerada demasiada, situação que poderia levar os pobres à ociosidade.

Giddens (2008) apresenta duas abordagens diferentes adotadas por sociólogos e pesquisadores para conceituar a pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa. O sociólogo inglês sustenta que a pobreza absoluta, amparada na concepção de subsistência material dos indivíduos, é universalmente aceita para a discussão do fenômeno pobreza, uma vez que considera que os padrões de sobrevivência das pessoas são equivalentes em qualquer parte do mundo. De modo conseqüente, se alguém vive abaixo de determinado padrão de provisão material será considerado pobre. Assim,

O que é a pobreza e como deve ser definida? Os sociólogos e investigadores têm favorecido duas abordagens diferentes sobre a pobreza: a da *pobreza absoluta* e a da *pobreza relativa*. O conceito de pobreza absoluta está enraizado na ideia de *subsistência* — as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Diz-se que pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana — tal como comida suficiente, abrigo e roupa — vivem em situação de pobreza. Considera-se que o conceito de pobreza absoluta é universalmente aplicável (p. 313).

Dona Albanisa Silva, a matriarca da família Silva, não apresenta nas entrevistas narrativas uma conceituação para pobre ou pobreza. No entanto, quando se recorda que encontrou a proprietária do terreno que comprou para construção da moradia atual dos Silva diz que se sente desconfortável para falar com pessoas ricas, ou seja, pessoas com uma

condição financeira melhor do que aquela auferida pelos Silva; situação em que Dona Albanisa reconhece a condição de pobreza enfrentada pela família.

Anthony Giddens, o sociólogo inglês da modernidade reflexiva, esboça uma preocupação com a adoção de um critério único para aferir a pobreza, pois medi-la a partir de um padrão de privação universal desconsideraria as particularidades de cada sociedade culturalmente constituída. Nesse sentido, “Argumentam [os estudiosos] que é mais apropriado utilizar o conceito de pobreza relativa, que relaciona a pobreza com o padrão de vida geral prevalente numa determinada sociedade” (Giddens, *op. cit.* p. 313).

No entanto, a adoção do conceito de pobreza relativa traz, também, dificuldades para o estudo deste fenômeno social, pois as sociedades mudam, e bens materiais, classificados como supérfluos em determinado momento do desenvolvimento de uma dada sociedade, podem passar a ser considerados como necessários ao conforto material das pessoas, alterando, então, a abordagem da pobreza relativa para classificar quem vive e quem não vive na pobreza.

Contudo, o conceito de pobreza relativa apresenta problemas próprios. Um dos principais reside no facto de à medida que as sociedades se desenvolvem o que se entende por pobreza relativa deve também mudar. À medida que as sociedades se tornam mais prósperas, os padrões de pobreza relativa são gradualmente ajustados num sentido ascendente. Por exemplo, numa dada altura, os carros, os frigoríficos, o aquecimento central e os telefones foram considerados bens de luxo. Porém, na maioria das sociedades industrializadas de hoje são vistos como necessidades básicas de uma vida plena e activa (Giddens, *ibidem*).

A discussão promovida por Giddens (2008) é uma apresentação da situação da pobreza na Grã-Bretanha nos anos 1990, onde segundo o autor,

Após o crescimento dramático da pobreza nos anos 80, os níveis de pobreza permaneceram praticamente constantes durante a década de 90. Dados dos finais dos anos 90 revelaram que aproximadamente 10.7 milhões de britânicos estavam a viver abaixo de metade do rendimento médio (p. 314), [dados que apontavam os rendimentos percebidos pelas famílias como pagamento pelas atividades laborais realizadas].

Giddens (2008) cita Peter Townsend que buscou, em suas pesquisas sobre a pobreza, inserir critérios subjetivos para aferir o valor médio de remuneração necessária a atender às demandas de uma família por bens materiais suficientes a uma subsistência confortável. No Brasil, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

(DIEESE), o salário mínimo, hoje R\$ 1.320,00 deveria ser de R\$ 6.439,62⁵, quantia vista como minimamente aceitável para atender uma família com moradia, alimentação, vestimenta e outras prestações materiais julgadas essenciais a uma vida materialmente digna. O DIEESE trabalha com a perspectiva do Salário Mínimo Necessário (SMN) e Salário Mínimo Nominal. Isto posto, o SMN seria 6.439,62 e o salário mínimo nominal, aprovado em lei, de R\$ 1.320,00.

À vista disso, a base para o cálculo do SMN, adotada pelo DIEESE, é o Decreto-Lei nº 399/1938, do qual constam os treze produtos alimentícios e as quantidades mínimas desses especificadas no citado normativo legal, suficientes a atender uma família composta por quatro membros — sendo dois adultos e duas crianças — tendo em consideração que o dispêndio diário de uma criança é a metade daquele que um indivíduo adulto consome.

Os treze produtos elencados no Decreto-Lei nº 399/1938 fazem parte da cesta básica, cujo custo é, mensalmente, pesquisado pelo DIEESE e divulgado pelos meios de comunicação. Desta maneira, para o mês de julho de 2022, segundo o DIEESE, a cesta básica apresentava valores médios menores em Aracaju (SE) — R\$ 516,76 — e João Pessoa (PB) — R\$ 548,33 — e valores médios maiores em São Paulo — R\$ 749,28 — e em Florianópolis (SC) — R\$ 747,59. Os valores médios menores apresentados para a cesta básica exaurem aproximadamente 42% do salário mínimo nominal e os valores médios maiores absorvem aproximadamente 57% do valor fixado para o salário mínimo nominal. Registre-se que a composição da cesta básica é diferente nas regiões Norte e Nordeste.

Analisando a situação econômica do Brasil em 2022 no texto “Economia lenta, pobreza acelerada” (DIEESE, ago, 2022), sustenta-se que “O aumento da pobreza está diretamente ligado à perda de rendimentos e aumento do custo de vida” (p. 3). O incremento atual do custo de vida no Brasil pode ser demonstrado pelo dispêndio maior de recursos financeiros para a aquisição dos produtos integrantes da cesta básica, situação que atinge significativamente a população mais vulnerável — pobre.

Quanto à renda, a maioria dos membros da família Silva tem remuneração de um salário mínimo nominal, fixado, por lei, para vigorar em janeiro de 2024, em R\$ 1.412,00, comprometendo um percentual significativo dessa renda com a cesta básica. Para exemplificar, Albanisa, Angelina e Adamastor Silva, beneficiários do Benefício de Prestação

⁵ Dados de dezembro de 2023

Continuada (BPC), percebem, como renda mensal, um salário mínimo nominal, quantia que custeia as despesas da família destes membros dos Silva.

Avançando na discussão, a pobreza é um fenômeno que persiste ao longo dos anos na sociedade brasileira, oscilando em diminuições temporárias, porém se mantendo sempre em patamares altos de famílias vivendo sem as condições materiais mínimas necessárias a uma vida que respeite o princípio da dignidade da pessoa humana. O noticiário diário relata com frequência a situação da população que vive ou é levada à pobreza por questões econômicas adversas que constantemente impactam o Brasil, o que pode ser ilustrado com a seguinte matéria jornalística.

Número de famílias em extrema pobreza salta 1,8 milhões em 2022. Número cresceu 11,8% nos primeiros dois meses do ano, mostram dados do Cadastro Único. O Brasil registrou 1,8 milhões de famílias a mais em situação de extrema pobreza nos dois primeiros meses de 2022, um aumento de 11,8% em relação ao final de 2021. Ao todo, o país soma 17,5 milhões de famílias vivendo com renda per capita mensal de até R\$ 105, segundo dados do Cadastro Único [...] Em 2021, eram 15,7 milhões de famílias na faixa de extrema pobreza, e, em março de 2020, início da pandemia, eram 13,5 milhões. De lá para cá, a alta foi de 22,8% (Número..., Ig, 09 mai. 2022).

A temática da pobreza consta da importantíssima obra de Friedrich Engels sobre a “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, na qual o pensador alemão relata a transformação dos artesãos e agricultores em proletários explorados pela classe média industrial inglesa, que enriquecia enquanto a classe trabalhadora era impelida à miséria.

a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a ela, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria (Engels, 2010, p. 61).

Membros da família Silva, a exemplo de Almerinda Silva, trabalharam como empregados domésticos em residências de famílias de Campina Grande. Estas famílias eram reconhecidas na sociedade campinense como ricas, pois são pessoas que exerciam e exercem cargos políticos de destaque nas esferas municipal, estadual e federal. Almerinda relatou durante a entrevista que laborou por mais de vinte anos na residência de uma família sem que fossem recolhidos os direitos trabalhistas, situação que tem dificultado o seu acesso à

aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência. O relato de Almerinda demonstra a exploração que vivenciou durante a prestação de serviços, uma vez que direitos básicos dos trabalhadores, a exemplo do recolhimento da contribuição previdenciária, lhes foram negados.

Continuando com a discussão da pobreza como objeto dos estudos sociológicos, Óscar Lewis, antropólogo americano, que compreendia a pobreza como um modo de vida herdado de geração em geração, através de linhas familiares, é autor, dentre outras obras de estudos sobre a pobreza, do livro “Los Hijos de Sanchez”⁶, no qual relata uma pesquisa realizada na periferia da Cidade do México, com uma família pobre. Na citada obra, Lewis sustenta que:

Na Cidade do México, por exemplo, a maioria dos pobres tem níveis de educação muito baixo, não pertence a sindicatos operários, não é membro de um partido político, não participa da assistência médica, dos serviços de maternidade e de velhice prestados pela Agência Nacional de Proteção Social, conhecida como Seguro Social, e faz muito pouco uso dos bancos, dos hospitais, dos grandes armazéns, dos museus, das galerias artísticas e dos aeroportos da cidade (Lewis, 1961, p. 12).

Lewis (1961) desenvolve o estudo sobre a pobreza na Cidade do México, relacionando as condições de vida dos habitantes de dois bairros pobres: Bella Vista e Magnólia. O autor faz comparações quanto às ocupações, renda *per capita* mensal, os utensílios e equipamentos domésticos utilizados pelos moradores em suas habitações, dentre outras associações.

As ocupações dos membros da família Silva estão associadas ao trabalho informal. Exemplificando, Aldenor Silva é pintor de paredes, atividade que exerce informalmente para famílias ricas e de classe média e empresas de Campina Grande e região metropolitana. Durante as entrevistas, Aldenor informou que pintou um prédio de uma empresa na região de Campina Grande, atividade exercida e paga pelos dias trabalhados, remuneração que não inclui nenhum direito trabalhista. Possivelmente, ao atingir a idade para a aposentadoria, Aldenor não terá recolhido as contribuições previdenciárias que lhe assegure o benefício previdenciário previsto em lei para os trabalhadores. Logo, membros da família Silva, em sua maioria, não têm sido contemplados com direitos, benefícios e serviços ofertados ou prestados pela sociedade capitalista, dentre estes destacamos a aposentadoria.

Avançando com as argumentações sobre as atividades laborais realizadas pelas classes populares, na descrição de Lewis (1961), constam das ocupações desenvolvidas pelos

⁶ De forma livre, traduzimos as citações deste livro da versão publicada em espanhol.

moradores de Bella Vista atividades consideradas informais, a exemplo de sapateiros, vendedores de doces e frutas; atividades laborais realizadas pelos homens, enquanto as mulheres costumam para terceiros.

Os habitantes de Bella Vista ganham a vida em uma ampla variedade de ocupações, algumas das quais são realizadas dentro do bairro. As mulheres lavam ou costuram roupas de outras pessoas; os homens são sapateiros, limpadores de chapéus ou vendedores de frutas e doces. Alguns saem para trabalhar em fábricas ou oficinas, ou como motoristas e em pequenos comércios. Os padrões de vida são baixos, mas não os mais baixos da Cidade do México, e as pessoas que moram nas proximidades consideram Bella Vista um lugar elegante (Lewis, 1961, p. 32-33).

Continuando, ao tratar das moradias das pessoas que residiam em Bella Vista e Magnolia, o antropólogo da cultura da pobreza afirma que as habitações dos pobres eram precárias, com um baixo percentual atendido com água encanada. Assim, Lewis (1961) relaciona a pobreza com as condições desfavoráveis das moradias localizadas nas periferias da Cidade do México. Neste sentido, questionamos: quais as condições de moradia da família pesquisada? As condições de moradia são apresentadas, também, no tópico 4.2 Moradia, no capítulo que trata dos direitos sociais e a rede apoio na trajetória da família Silva.

Atualmente, a família Silva — o casal Adamastor e Albanisa Silva e as filhas Almerinda e Albertina Silva — reside em uma casa localizada no bairro Malvinas, periferia de Campina Grande. O imóvel, erguido com baixo custo de produção, como são construídas as moradias das famílias pobres, inclui terraço, sala, três quartos, cozinha, banheiro; uma lateral esquerda da residência que conta com lavanderia e varais para roupa. Há, ainda, um pequeno jardim onde Dona Albanisa e Seu Adamastor cultivam plantas medicinais e ornamentais.

A residência da família Silva dispõe de energia elétrica, água encanada e coleta de lixo. O esgoto produzido pela habitação é lançado no Canal de Bodocongó, canal que exala uma fedentina que incomoda quem precisa se locomover nas proximidades do citado desaguadouro. Falta no domicílio dos Silva local para armazenamento. Podemos apontar características da pobreza presente no imóvel da família pesquisada: em um mesmo terreno foram construídos ao menos três domicílios, nos quais moram aproximadamente quinze pessoas de três gerações dos Silva, com baixa escolaridade e exercentes de atividades laborais informais com baixa remuneração. A aglomeração de pessoas em pequenos imóveis, segundo dados da Cepal, é um aspecto que evidencia a pobreza.

Retomando a discussão de Óscar Lewis, observa-se a preocupação do antropólogo americano em buscar relacionar a pobreza com suas causalidades. Logo, quanto à escolaridade Jesus Sanchez, o pai da família pesquisada na Cidade do México, era analfabeto. Assim, “Em Magnólia, o nível de frequência escolar era de 2,1 anos — não havia um único licenciado da escola primária; 40% da população era analfabeta — e 46% dos agregados familiares eram formados no âmbito do sistema sindical livre” (Lewis, 1961, p. 35). O casal Silva e alguns outros membros da família não integralizaram o Ensino Fundamental. A escolaridade é um tema discutido de forma mais detalhada no capítulo da tese que explicita a educação como uma estratégia dos Silva para driblar a pobreza.

Prosseguindo com a discussão sobre a pobreza em textos produzidos por cientistas sociais, avancemos com Engels (2010), o qual sustenta que em torno das fábricas instaladas na Inglaterra se formavam pequenas vilas que abrigavam os operários. Vilas que progrediam para a formação de grandes cidades, nas quais só havia uma classe rica e uma classe pobre, esta última formada por empregados da indústria e artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros, de cujos trabalhos dependiam as edificações, bem como os demais trabalhadores que atendiam à demanda da indústria.

Na cidade grande, Engels considera que ocorre uma guerra social de todos contra todos. Desse modo, segundo o autor, “cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida” (Engels, 2010, p. 68).

Seguindo essa linha de raciocínio, Bauman (2009) afirma que as grandes cidades espelham as desigualdades impostas pelo capitalismo, uma vez que é nos grandes centros urbanos que se encontram as oportunidades desfrutadas pelos ricos e a miséria a que são submetidos os mais pobres.

Em suma, a cidade socialdemocrata que se afirmou no segundo pós-guerra torna-se ameaçada em suas fundações, pois o tecido social é submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente: os ricos tendem a se tornar ainda mais ricos, desfrutando as oportunidades disponibilizadas pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria, destituídos de sistemas de proteção social (Bauman, 2009, p. 8).

Falando de grandes cidades europeias, Bauman diz que em Milão, “Nos últimos anos, os índices de pobreza aumentaram de modo constante e algumas áreas periféricas começaram

a sofrer um processo evidente de degradação”. Portanto, “Da mesma forma, sabemos que crescem os processos de marginalização dos mais pobres” (Bauman, 2009, p. 10).

Desta maneira, “Em poucas palavras: as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (Bauman, *op. cit.*, p. 32). Assim, “Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais” (Bauman, *ibidem*).

À vista disso, o que se observa é que a indústria/capital se fortalece nesta luta de todos contra todos, impondo uma miséria indiscutível aos proletários, objetivando fortalecer a cada dia a classe que detém os meios de produção aos quais está vinculado o proletariado. Assim, Engels (2010) argumenta que “Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre” (Engels, *op. cit.*, p. 69).

Chama-nos a atenção na obra de Engels os relatos da transformação que a indústria trouxe à vida das pessoas — antes artesãos, agricultores, fiadores — gente que sobrevivia das suas próprias atividades laborais, sem a necessidade de vender a mão de obra da qual dispunham. Pois se antes essa gente era pobre, hoje continua pobre, porém explorada pelo capital. No sistema fabril, o operário sabe que atualmente tem as condições necessárias à sobrevivência material; amanhã, desempregado, pode engrossar as estatísticas daqueles que morrem de fome. Isto posto, quanto à família Silva, essa veio pobre do Sítio Juazeiro nos anos 1980 e continua pobre em Campina Grande, em 2023.

Engels descreve de forma detalhada as condições de moradia dos pobres que viviam em Londres por ocasião da Revolução Industrial. Havia, na capital inglesa, diversos bairros nos quais habitavam famílias pobres. As características desses bairros e, conseqüentemente, suas moradias são apresentadas por Engels em “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010).

Engels (2010) expõe a realidade dos domicílios da população pobre que estava distribuída por várias cidades do Reino Unido. Fossem essas cidades industriais ou portuárias, a situação de miserabilidade dos pobres era semelhante: esses habitavam pequenos cômodos, com pouca ventilação e baixa higiene; numa mesma moradia, conviviam muitas pessoas, o

que revela uma aglomeração dessas ocupando pequenos espaços e favorecendo a proliferação de doenças.

os bairros pobres de Dublin são o que de mais horrendo e repugnante existe no mundo. É verdade que, para isso, conta o caráter dos irlandeses que, em determinadas circunstâncias, sentem-se à vontade na sujeira; mas como encontramos em todas as grandes cidades da Inglaterra e da Escócia milhares de irlandeses e como toda a população pobre acaba necessariamente por sucumbir na mesma sordidez, é evidente que a miséria em Dublin nada tem de específica, não é característica somente da cidade irlandesa — é, de fato, comum a todas as grandes cidades do mundo. Os bairros pobres de Dublin são enormes e a sujeira, a inabitabilidade das casas e o mau estado das ruas vão além da imaginação. Pode-se fazer uma ideia de como se amontoam os pobres quando se recorda que, em 1817, de acordo com o relatório dos inspetores das Casas de Trabalho, em 52 casas, com 390 quartos, da Barrack Street, viviam 1.318 pessoas e em 71 casas, com 393 quartos, na Church Street e arredores, viviam outras 1.997 (Engels, 2010, p. 77).

Quanto às condições de habitabilidade, o Panorama Social da América Latina 2000-2001 caracteriza as famílias pobres que vivem na América Latina, fazendo referência às condições das moradias que essas ocupam, bem como ao grau de escolaridade e as condições de empregabilidade das pessoas.

A caracterização das famílias pobres na América Latina revela, entre outras características, que a maioria vive em domicílios sem acesso à água potável e, em menor proporção, com mais de três pessoas por cômodo. Além disso, são domicílios com alto índice de dependência demográfica e baixa densidade ocupacional, onde o chefe geralmente tem menos de três anos de estudo e em alguns casos está desempregado (Cepal, 2001, p. 16).

Trazendo a discussão da pobreza empreendida por cientistas sociais brasileiros, Alba Zaluar, nos anos 1980, adentrou na Cidade de Deus, comunidade localizada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar sobre o modo de vida das classes populares residentes no referido conjunto habitacional. A pesquisa de Zaluar foi registrada na obra intitulada “A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza” (1994).

Nessa obra, a autora questiona quem são os pobres residentes na Cidade de Deus, uma vez que esses se autorreferenciavam como trabalhadores e os define como:

todos aqueles que estão incluídos nas faixas de renda mais baixas (até 3 a 5 salários mínimos) ou os que exercem as atividades pior remuneradas da economia nacional. Entre eles estão obviamente os operários e assalariados do terciário semi ou não

qualificados e que recebem baixos salários em virtude da política salarial vigente, bem como os trabalhadores por conta própria pouco ou não especializados, quer sejam estabelecidos ou não (Zaluar, 1994, p. 33).

Zaluar (1994) descreve as condições nas quais os moradores do conjunto habitacional viviam. A Cidade de Deus tinha as “ruas esburacadas, cheias de lama e de dejetos fétidos dos esgotos já arrebatados encaminham os passos de quem por elas anda, especialmente as ruas mais interiores, menos frequentadas” (p. 10), situação que, certamente, descreve e reflete como vive a maioria da população pobre no Brasil.

A família Silva, família pobre, sempre morou e mora em bairros periféricos da cidade de Campina Grande: Bodocongó, Malvinas, Aluízio Campos. Dona Albanisa narrou que a família morou em uma casa localizada próximo à Feirinha de Bodocongó, imóvel erguido às margens do Canal de Bodocongó. A moradia, segundo Dona Albanisa, era frequentemente castigada pelas enchentes do canal, situação que a tornava moradia precária. Eram realizadas obras de melhoria no imóvel, porém, anualmente, as águas do Bodocongó o danificavam — “Adamastor colocou cerâmica na casa, a água do canal veio e destruiu”. Lutar por uma moradia minimamente digna foi uma estratégia dos Silva contra a pobreza. Quanto ao aspecto moradia, os Silva continuam habitando construções de baixo custo de produção, ou seja, moradias das classes populares.

Seguindo com a explanação do tema pobreza no pensamento social, Michel Agier, antropólogo de origem francesa, diretor de pesquisa no Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (sigla em francês IRD), professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris), pesquisou, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a organização das famílias pobres, residentes no Bairro Liberdade, buscando compreender as posições distintas que homens e mulheres ocupam na organização familiar.

Agier (1990) mostra a carência e as características da pobreza que informam o sofrimento cotidiano das pessoas que moram na Liberdade em “habitações insalubres, saturadas, precárias; falta crônica de dinheiro, subemprego e desvalorização da força de trabalho; fraco acesso aos direitos sociais públicos (saúde, escolarização, aposentadoria etc.) onipresença da doença” (p. 35-36), decorrente da falta de cuidados necessários com a higiene corporal, uma vez que se acham em um ambiente com pouco ou nenhum acesso a serviços básicos de infraestrutura — água encanada, esgotamento sanitário, coleta de lixo.

Dando sequência aos estudos de cientistas sociais sobre a pobreza, Josué de Castro, médico pernambucano que dirigiu a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cujo objetivo é apoiar as nações em desenvolvimento, formulando e implementando políticas e projetos que visem apoiar programas voltados à agricultura e segurança alimentar, descreve na obra “Sete palmos de terra e um caixão” (1967) as moradias precárias habitadas no mangue de Recife por famílias que fugiam da seca no Sertão e buscavam melhores condições de vida no Litoral do estado de Pernambuco.

A família Silva, do Sertão paraibano, deixou o Sítio Juazeiro, no município de Passagem, no contexto das secas vividas pelos sertanejos nos anos 1970. Segundo o Senhor Adamastor Silva, “70 foi um ano de seca lá no Sertão... Lutei muito e trabalhei, mas venci a luta de trabalho com a seca... 71 foi melhor, fui trabalhando e lutando na minha agricultura [...] veio outro tempo ruim: 79”. Vivenciando condições materiais de sobrevivência adversas, pois dependia das Frentes de Trabalho do Governo Federal para sustentar a família, Adamastor Silva resolve migrar, deixando o Sertão em busca de melhores condições de vida na região polarizada por Campina Grande (PB).

O depoimento do senhor Adamastor Silva reflete as vivências de muitas comunidades pobres do Sertão nordestino. Segundo o autor de “Geografia da fome”, o sertanejo era expulso da terra explorada pelos latifundiários e pela seca que, cumprindo um ciclo, o qual se repetia ano após ano, enxergava no Litoral um lugar onde poderia desfrutar de uma vida materialmente digna. Enganavam-se os sertanejos que esperavam encontrar, nas proximidades do mar, trabalho, comida e moradia.

Em Recife, as pressões se estão elevando. Dentre 800 mil pessoas cerca de 400 mil estão desempregadas, ou apenas parcialmente empregadas, e milhares mais chegam diariamente das zonas rurais. Moram em mocambos, crateras e buracos no solo ou em casebres precariamente assentados em regiões fétidas e nas margens baixas dos rios (Castro, 1967, p. 152).

Segundo Zé Luís, a situação do sertanejo era o “Produto do feudalismo agrário que oprimia e explorava há séculos toda aquela pobre gente que acabava, um dia, preferindo o fedor dos mangues” (Castro, *op. cit.*, p. 57). Assim, o trabalho, que é um meio para a aquisição de dividendos capazes de assegurar alimentação, moradia, vestimenta e outros direitos, em decorrência da sua superexploração não é suficiente para promover a emancipação social de uma enorme massa de pessoas que, exploradas no Sertão, passam a ser

exploradas, também, no Litoral: Recife. Segundo o citado personagem — Zé Luís, “A metrópole pernambucana vem virando uma mocambópolis” (Castro, *ibidem*), com a chegada dos pobres oriundos do sertão.

O caboclo Zé Luís da Silva não quis desanimar. Adaptou-se: “Quem não tem remédio remediado está”. Entrou na luta da cidade com todas as forças de que dispunha, mas as forças dele não rendiam que dessem para a família viver com casa, roupa e comida. Casa só de 80 mil réis para cima, para comida uns 150 por mês, e os salários sem passarem de 5 mil réis por dia (Castro, 1962, p. 162).

Logo, observa-se que o trabalho quando exercido de forma precária não garante às pessoas uma condição material de vida minimamente digna. Percebe-se, então, que pobreza tem relações de causalidade com o emprego precário e o desemprego; ou seja, o desempregado não auferia rendimentos para a aquisição de bens de consumo necessários à sobrevivência material. O emprego precário, por outro lado, mantido com baixos salários e sem direitos trabalhistas não consegue ser, também, um vetor emancipatório às condições de pobreza. Há causalidade da pobreza com o emprego precário e o desemprego? A família Silva exerce, em sua maioria, atividades laborais principalmente sem amparo das normas trabalhistas, circunstância que faz com que permaneça, em sua terceira geração, na condição de pobreza.

Neste contexto de desemprego e precarização do trabalho, Alves (1999) sustenta que “o mundo do trabalho perdeu o seu lugar no projeto de emancipação social e histórica” (p. 158). Logo, “Esta é, para nós, um problema crucial do nosso tempo. É a partir deles, da nova classe operária e dos novos empregados assalariados e, principalmente, dos subproletários tardios, precários, da indústria e dos vários serviços, que devemos pensar o novo patamar de emancipação social” (Alves, *op. cit.*, p. 166). As áreas mais subdesenvolvidas, segundo Frank (1973), a exemplo da América Central, Caribe, Bolívia, Brasil, México, dentre outras, localizadas nas Américas, são caracterizadas pela exploração da mão de obra para atender a uma economia amparada na exportação.

De fato, as regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas do continente, como partes da América Central e do Caribe, o nordeste do Brasil, as regiões indígenas andinas e mexicanas e as áreas de mineração de Minas Gerais, Bolívia e México central, têm em comum que naquela época eram — e muitas vezes ainda são hoje — as partes da América Latina que mais se caracterizaram pela exploração dos recursos naturais, especialmente humanos, com base em uma economia de exportação (Frank, 1973, p. 31-32).

Neste mesmo âmbito de discussão, envolvendo emprego precário, superexploração da mão de obra do operário e pobreza nos países em desenvolvimento, Santos (2001) afirma que esses conheceram no último meio século pelo menos três tipos de pobreza: pobreza incluída, marginalidade e pobreza estrutural. O autor conceitua os três tipos de pobreza, iniciando pela pobreza incluída, cuja definição está associada a uma situação acidental, ou seja, “Era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar” [...], “limitando-se a alguns aspectos isolados da sociabilidade” (Santos, 2001, p. 70).

Na pobreza incluída, o consumo não estava amplamente difundido na sociedade. Porém, na marginalidade, em que a pobreza está associada a uma doença da civilização, o consumo prevalece como um dado social importante. Essa ampliação do consumo cria, além da pobreza absoluta, uma pobreza relativa, situação na qual os indivíduos são classificados pela capacidade que têm de consumir. Nessa perspectiva, os pobres são adjetivados de marginais (Santos, 2001).

Para Santos (2001), a pobreza estrutural globalizada resulta de ações deliberadas, em que é perceptível a ausência proposital do Estado de sua missão social de regulação em um momento no qual o desemprego é gerado e a remuneração do trabalhador é cada vez pior, pois que o sistema capitalista em busca da maximização do lucro promove o desemprego e reduz os salários. Sob tal perspectiva, há uma naturalização da pobreza e “os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos” (Santos, 2001, p. 72).

Na esteira do pensamento de Santos (2001), o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, considerado por Antony Giddens como o teórico contemporâneo mais importante, que se dedicou em sua obra a analisar diversos problemas sociais, dentre estes a pobreza, sustenta no livro “Trabajo, consumismo y nuevos pobres⁷” (2000), que os pobres da atualidade são os excluídos do mercado consumidor.

Na atualidade, os pobres são, antes de tudo, "não consumidores", não mais "desempregados". Eles são definidos como consumidores expulsos do mercado, uma vez que o dever social mais importante que eles não cumprem é de serem compradores ativos e eficazes dos bens e serviços que o mercado lhes oferece (Bauman, 2000, p. 140).

Santos (2001) credita a divisão do trabalho, que a considera hoje como administrada, a produção de dívidas sociais e a disseminação da pobreza em escala global. Neste sentido,

⁷ De forma livre, traduzimos o texto da obra em espanhol

“Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (Santos, *idem*, p. 73).

Ante a discussão posta, a pobreza pode ser considerada socialmente produzida, uma vez que pode ser correlacionada a causalidades como desemprego, ao emprego precarizado com baixa remuneração, a falta de acesso a serviços públicos básicos, a exemplo de saúde, educação, moradia, alimentação, transporte, dentre outros, necessários a uma condição de subsistência material condizente com o princípio da dignidade da pessoa humana, ou seja, considerando parâmetros que extrapolam o critério renda como aferidor da pobreza.

2.2.2 Outras Conceituações de Pobreza

2.2.2.1 Pobreza e Riqueza não são Autoexplicativas

A meta de acabar com a pobreza extrema em 2030, conforme dados do Banco Mundial, não será alcançada, visto que houve um grande revés no enfrentamento da pobreza global desde a Segunda Guerra, em decorrência das crises econômicas enfrentadas pelo mundo nas últimas décadas (2008), situação que colocará a economia mundial em recessão em 2022. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o desenvolvimento humano está em queda em nove de cada dez países, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano — PNUD (Oxfam, 2022).

Nesta conjuntura, possivelmente teremos um aumento das desigualdades. “A Oxfam calculou que três quartos dos governos planejam reduzir gastos nos próximos cinco anos, totalizando trilhões de dólares em cortes” (Oxfam, 2022, p. 7), de recursos financeiros destinados ao financiamento de serviços públicos como saúde, educação, moradia, assistência social e outras prestações coletivas essenciais a uma vida material minimamente digna para os cidadãos.

O cenário econômico esboçado pela Oxfam aponta que “Desde 2020, o 1% mais rico amealhou quase dois terços de toda a nossa riqueza — seis vezes mais que os 7 bilhões de pessoas que compõem os 90% mais pobres da humanidade” (Oxfam, *op. cit.*, p. 6), sendo que “Nos últimos 10 anos, o 1% mais rico da humanidade se apropriou de mais da metade de toda a nova riqueza global” (Oxfam, *op. cit.*, p. 7).

A trajetória da família Silva é marcada pelo trabalho, cuja renda tem se mostrado insuficiente a uma vida materialmente confortável. No entanto, os mais ricos do Brasil vivem de rendimentos advindos de aplicações de fundos no mercado financeiro. Dessa maneira, enquanto as pessoas mais ricas do País amealham valores financeiros que representam a riqueza de poucos, a família Silva, na sua trajetória, vive com recursos financeiros parcos, oriundos com atividades de professor horista — Oduvaldo Silva — professora de Educação Básica, contratada por uma Prefeitura do interior paraibano — Cintia Silva — ou recebendo diárias de R\$ 100,00 como pintor — Aldenor Silva.

Nesta perspectiva, a Oxfam sustenta que, por exemplo, os impostos pagos pelos ricos é uma quantia ínfima em relação à faixa tributária suportada pelos pobres. Logo, a pobreza de muitos pode ser explicada em relação à riqueza de poucos. Há poucos ricos porque há uma grande exploração dos pobres.

A pobreza é um fenômeno social que afeta, atualmente, milhões de brasileiros. No início de 2021, segundo projeções da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo, “quase 27 milhões de pessoas estão nessa condição neste começo de ano — mais que a população [total] da Austrália” (Folhauol, 30 jan 2021). “A pobreza é uma construção historicamente determinada, que significa que os padrões sobre o que é a pobreza variarão com o tempo” (Feres; Villatoro, 2013, p. 11). Assim, “na atualidade, há um consenso de que a pobreza é multidimensional” (Feres; Villatoro, *idem*, p. 11).

Segundo Feres e Villatoro (2013), a pobreza absoluta pode ser aferida por meio de dois métodos. O método direto e o método indireto. Para os autores, o método indireto faz uso de critérios monetários, ou seja, desprezando outros aspectos que podem caracterizar a pobreza. A métrica monetária para caracterizar a pobreza não leva em consideração que causalidades como baixa escolaridade, condições precárias de moradia e falta de acesso a serviços públicos básicos, por exemplo, afetam sobremaneira o fenômeno, afastando a pobreza de características multidimensionais.

A pobreza absoluta é medida tradicionalmente através de métodos diretos e indiretos. No primeiro caso, são identificados como pobres aqueles que não satisfazem suas necessidades básicas, enquanto no segundo, mais utilizado nos países em desenvolvimento, consideram-se pobres as pessoas que não contam com os recursos suficientes para satisfazer suas necessidades (Feres; Villatoro, 2013, p. 18).

A pobreza é, geralmente, mensurada de forma arbitrária, quantitativamente, em termos monetários. O Banco Mundial (sigla em inglês BIRD) define quem é pobre em termos pecuniários a partir de um valor *per capita* em dólares por dia. Para o BIRD, é pobre aquele indivíduo que vive com renda *per capita* de US\$ 1,00 dia e na pobreza extrema aqueles que têm como renda *per capita* menos de US\$ 1,00 dia. Georg Simmel (2014, p. 81-82) diz que:

É pobre aquele cujos recursos não alcançam a satisfação de seus fins. Este conceito, estritamente individualista, que, na prática, é limitado na medida em que determinadas finalidades não dependem do livre arbítrio nem são fixadas de modo exclusivamente pessoal. É o caso, antes de tudo, dos fins de sobrevivência física: alimento, vestimenta, moradia⁸.

A Comissão Econômica para América Latina (Cepal) incorpora na conceituação de pobre/pobreza outros elementos além do critério renda para determinar quem vive e quem não vive na pobreza. O grau de escolaridade, as condições de moradia e o acesso a serviços públicos básicos, a exemplo de saúde, educação, saneamento básico e água potável são alguns dos fatores considerados para determinar quem é pobre, ou seja, quem vive submetido à pobreza. Segundo Soares (2008, p. 6-8), “A pobreza é entendida não só como a ausência de ativos, mas também como dificuldade de acessar estruturas de oportunidades [...] Assim, a vulnerabilidade social estaria não só na ausência de ativos, como baixo acesso à estrutura de oportunidade existente”.

Nos últimos anos da década de 1960 e início dos anos 1970, período no qual o Brasil crescia a dois dígitos ao ano, verificou-se, no meio acadêmico e através das instituições que fomentavam o desenvolvimento econômico, que a pobreza e desigualdade não reduziam. O regime ditatorial, que havia assumido o Brasil com o Golpe de Estado de 1964, alardeava o “milagre econômico” que vivia o País. No entanto, o propagado crescimento econômico, divulgado sob a forma de milagre, não se refletia na melhora das condições materiais de vida da população pobre, pois aumentava a pobreza e a desigualdade.

Conceituando a pobreza, Rocha (2006) afirma que “Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades [materiais mínimas para a sobrevivência de uma pessoa ou família] não são atendidas de forma adequada” (p. 9). Neste sentido, segundo a autora é fundamental definir quais são as

⁸ Tradução livre do autor

necessidades, bem como fixar um nível de atendimento considerado como mínimo adequado a uma vida materialmente digna para um ser humano.

No caso do Brasil, poderíamos apontar como parâmetro mínimo a cesta básica, composta por treze itens básicos — Decreto-Lei nº 399/1938, que estabelece o salário mínimo como um valor capaz de suprir as necessidades normais do trabalhador com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte — situação que se coaduna com o que prescreve a Constituição Federal brasileira de 1988, que no art. 6º prevê como direitos fundamentais sociais o acesso à moradia, à alimentação, saúde e educação. Assim, há abordagens classificatórias da pobreza que consideram a ausência de um desses direitos como presença de pobreza.

Desta maneira, podemos dizer que “Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades ao mínimo vital” (Rocha, 2006, p. 11). Rocha (2006) apresenta também uma conceituação para pobres/pobreza considerando como critério aferidor a renda. Para a autora,

Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessidade para atender apenas às necessidades nutricionais (Rocha, 2006, p. 13).

“Nos estudos atuais, cada vez mais se busca qualificar as condições de vida além do critério renda” (Rocha, 2006, p. 13), incorporando-se às pesquisas outros elementos como acesso à educação, saúde, saneamento básico (água, esgotamento sanitário), equipamentos de lazer, emprego, dentre outras prestações, para, assim, classificar quem é pobre ou não. O critério multidimensional, adotado pela Cepal para caracterizar a pobreza, considera pobres aquelas pessoas a quem falta um direito social básico — educação, saúde, moradia, trabalho decente, dentre outros. Quanto à educação, por exemplo, a maioria dos membros da família Silva não integralizou completamente a Educação Básica, uma vez que apenas alguns membros — filhos — concluíram o Ensino Médio, ou seja, a membros da família pesquisada faltou o direito básico à educação. Assim, considerando os aspectos multidimensionais que definem a pobreza, a família Silva pode ser classificada como pobre.

2.2.2.2 Pobreza Extrema

A escassez de condições materiais mínimas de sobrevivência da família Silva dominava a existência dessa no Sítio Juazeiro, Sertão paraibano, e dificultava a permanência no mundo rural onde Adamastor e Albanisa Silva nasceram e constituíram família.

Segundo relato de Dona Albanisa Silva, a água consumida pela família era coletada de uma fonte destinada tanto ao consumo humano quanto animal. Não havia serviços de energia elétrica, de saúde. Havia apenas uma pequena escola que abrigava crianças de todas as séries escolares independentemente da idade. O transporte, por sua vez, era realizado em animais — cavalos e burros — pois a rodovia mais próxima ficava a cerca de seis quilômetros do Sítio Juazeiro. “Lá no Sertão era assim. O atendimento de saúde era difícil porque... a gente... a gente para chegar ao médico, caminhava muito a pé. Mesmo assim, a gente ia. Era muito distante (Angelina Silva).

As condições de vida no mundo rural eram agravadas com as recorrentes secas, fenômeno climático presente na região semiárida do Nordeste. As secas prolongadas, a exemplo daquelas ocorridas nos anos 1980, forçavam os sertanejos a migrar para outras regiões a procura de melhores condições de vida, pois, sem trabalho e renda, a permanência no espaço rural tornava-se insustentável.

Paulette Dieterlen (2003) considera como sendo pobres os indivíduos que não dispõem de uma condição mínima aceitável necessária à sobrevivência material, ou seja, pessoas cujos recursos materiais são limitados — logo são consideradas excluídas da sociedade — definição que a autora busca na Comissão das Comunidades Europeias ‘Relatório das ações comunitárias específicas para combater a pobreza’. “Pobres são aquelas pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os obrigam a estar excluídos de um modo de vida minimamente aceitável nos Estados em que vivem⁹” (p. 26-27).

A autora apresenta, também, uma conceituação para a pobreza extrema. “Os pobres extremos são aquelas pessoas que não têm um nível de nutrição suficiente, situação que incide num desempenho físico e mental deficiente, dificultando a participação dessas no mercado de trabalho e em atividades intelectuais como a educação” (Dieterlen, 2003, p. 27).

⁹ Tradução livre do autor

Dieterlen (2003) caracteriza a pobreza extrema empregando a conceituação de pobreza numa perspectiva multidimensional, pois apresenta indicadores que extrapolam o aspecto renda, incorporando outros elementos como a presença do analfabetismo, a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos, tais como educação, infraestrutura, água potável, dentre outros.

A situação de pobreza extrema é identificada por vários indicadores, como a composição do agregado familiar pelo sexo e pela idade, a presença de analfabetismo, a atividade econômica e o ingresso das famílias, a presença de deficientes, o acesso aos serviços básicos, aos bens e à propriedade de terras e animais. Em termos de rendimento, considera-se que uma família se encontra em situação de pobreza extrema se o seu rendimento *per capita* for insuficiente para adquirir a Cesta Alimentar [Básica] Normativa (Dieterlen, 2003, p. 28).

Quanto ao aspecto renda, pode ser considerada em pobreza extrema uma pessoa ou família cujos recursos financeiros, percebidos do fruto de seu trabalho ou atividade econômica, sejam insuficientes para a aquisição da cesta básica.

2.2.2.3 Pobreza Multidimensional

A pobreza, como tantos outros aspectos da vida humana, por ser um assunto de interesse coletivo, permite que o pensamento social tenha uma estreita conexão com outras áreas do entendimento humano, tais como o jornalismo, a literatura ou os documentários cinematográficos. Todas essas práticas produzem discursos acerca da pobreza. É importante dissecar a expressão “falar acerca da sociedade”. Em certa medida, tanto cientistas sociais, como jornalistas ou escritores falam da sociedade, mas a palavra “sociedade” tem um significado especial ou diferente. No jornalismo opinativo, o conceito “sociedade” é usado para se referir a todos os habitantes de um Estado-nação.

O tema pobreza tem aparecido frequentemente nos noticiários jornalísticos, sendo possível constatar que esse fenômeno social ainda afeta um grande número de pessoas no mundo. Em uma matéria jornalística, é lícito, por exemplo, ouvir falar sobre a população brasileira, embora façam parte dela pessoas que têm nacionalidade de outros países. No caso da pesquisa sociológica, não é possível fazer afirmações generalizantes sobre a totalidade de um país. Por exemplo, um jornalista opinativo poderia falar da pobreza em geral. Um pesquisador social se esforçaria em mostrar que a pobreza no Brasil é vivenciada de modos diferentes em cidades como São Paulo e Campina Grande. No entanto, o rigor científico ao

qual deve se submeter o pesquisador não o impede de dialogar como o material produzido pelos meios de comunicação. É de praxe na pesquisa sociológica estabelecer um diálogo estreito com a comunicação midiática para se municiar de informações que podem ampliar o leque de possibilidades de reflexão.

Em uma pesquisa com o vocábulo pobreza realizada no sítio eletrônico do jornal espanhol *El País* é possível encontrar, como resultado, cerca de dez mil relatos sobre pobreza, entre artigos, colunas, reportagens, fotografias, informes e outras seções do periódico. Dentre estes resultados podemos destacar relatos sobre a pobreza no Peru — “A pobreza, devido à pandemia, alcança 30% dos peruanos”; na África — “Controlar parasitas como a mosca tsésé na África ajuda a mitigar a pobreza”; na Espanha — “Atenuar a pobreza na Espanha”; na Ásia — “Afeganistão enfrenta uma pobreza quase universal”; no Oriente Médio — “Em queda livre: êxodo e pobreza no Líbano”¹⁰.

Conforme se observa na referida pesquisa, o fenômeno da pobreza afeta a vida das pessoas em vários continentes e países de todo o mundo, o que demonstra ser essa uma questão social mundial. Ademais, na mesma pesquisa, pode-se identificar a pobreza relacionada a outros fenômenos e questões sociais que afligem as pessoas. Por exemplo, pobreza, violência e migração — “A pobreza e a violência reativam a migração irregular até à União Europeia” — pobreza e doenças — “As mil frentes de batalhas contra as doenças da pobreza” — pobreza e questões climáticas — “Pobreza, seca e mudanças climáticas: não esqueçamos por que as crianças fogem da África” — pobreza e fome — “A pobreza no Brasil: isto não é doença é fome”.

Seguindo com a abordagem da pobreza pelos veículos de mídia, repetindo-se a pesquisa com o termo pobreza na página eletrônica do jornal Folha de São Paulo, encontram-se mais de dez mil resultados envolvendo essa temática. Para exemplificar, uma matéria tratando da erradicação da pobreza — “Erradicar a pobreza global requer R\$ 8,4 tri por ano, diz estudo” de 9 de fevereiro de 2022 — faz referência a um estudo desenvolvido pelo Citi — instituição bancária global com atuação em mais de 160 (cento e sessenta) países — em parceria com a Universidade de Oxford, o qual sustenta que “A pobreza não é um problema de nicho, isolado ou específico. Ela está ao nosso redor, assume muitas formas, por exemplo, educação, saúde, emprego e ativos, e ainda flagela muitas vidas” (Erradicar a pobreza..., Folhauol, 9 fev. 2022).

¹⁰ Tradução livre do autor

Ou seja, o referido estudo assume que a pobreza tem fatores multicausais e está associada a privações materiais outras além da renda.

Ainda segundo o estudo do Citi, “Em outubro do ano passado, o relatório (Índice de Pobreza Multidimensional, produzido pelo PNUD — órgão das Nações Unidas), apontou que em 109 países, onde vivem 5,9 bilhões de pessoas, 1,3 bilhão pode ser considerado pobre diante de métricas como acesso a saneamento, educação, saúde, energia e habitação — 4,2 bilhões têm pelo menos uma dessas carências” (Erradicar a pobreza..., Folhauol, 9 fev. 2022).

O fenômeno da pobreza também é noticiado pela mídia do Estado da Paraíba. Matéria jornalística do Portal Valentina.com.br, intitulada “Pobreza extrema aumenta e atinge 14% da população na Paraíba, revela estudo”, noticia que:

A população da Paraíba está mais pobre. É o que mostra pesquisa feita pelo economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Segundo os dados, a situação de pobreza aumentou 4% no estado entre 2019 e o início de 2021. Na Paraíba, em dois anos, a pobreza saltou de 41,2% da população para 45,2% (Pobreza..., Portal Valentina.com.br, 2021).

Logo, pode-se afirmar que se fosse realizada uma pesquisa nos organismos de mídia local, regional e nacional, certamente encontrar-se-iam diversas reportagens sobre a temática da pobreza, suas causalidades e consequências trazidas à população, enfocando o fenômeno como atual, demonstrado e apoiado em pesquisas e dados cotejados por órgãos governamentais e não governamentais que se dedicam ao estudo desse tema.

A família Silva, estudada nesta tese, foi e é afetada pela pobreza, que é noticiada pela imprensa, em sua concepção multidimensional. Quanto à saúde, direito social básico, assegurado nos normativos legais que informam a República Federativa do Brasil, por exemplo, os Silva, quando viviam no Sítio Juazeiro, teriam de se deslocar até cidade de Patos, para buscar atendimento em serviços privados de saúde quando doentes. “Naquele tempo, os remédios eram homeopáticos. Para ter filhos, precisava viajar até Patos... Tive uma criança que nasceu morta... Foi a demora no parto... Era a coisa mais linda do mundo” [a criança] (Dona Albanisa Silva).

Atualmente, morando na periferia de Campina Grande, a família Silva depende dos serviços públicos de saúde. Relatam que para os procedimentos de baixa complexidade há uma certa celeridade no atendimento. Quando se trata de assistência especializada há uma demora no atendimento, situação que compromete as condições de saúde principalmente do

casal raiz com idade acima de oitenta anos, que deveria ter prioridade especial, conforme determinação do Estatuto do Idoso, preceito que, neste caso, vem sendo desrespeitado.

A pobreza estudada em uma perspectiva multidimensional passa a ser vista além de uma baixa condição de vida, pois considera privações de direitos básicos e a negação da cidadania como aspectos caracterizadores da pobreza. Neste sentido, a pobreza é mais que uma renda monetária baixa auferida por uma pessoa ou família, podendo ser associada a condições precárias de moradia, falta de acesso à educação e saúde, desemprego, insuficiência de alimentos, dentre outros.

[...] pobreza pode ser tratada conceitual e metodologicamente segundo diversas perspectivas. Pobreza como insuficiência de consumo de alimentos e serviços, como não disponibilidade de renda monetária, como dificuldade ou não acesso a bens e serviços tidos como essenciais, como uma combinação de privações a direitos sociais (Feres e Villatoro, 2013, p. 6).

De um ponto de vista multidimensional, a pobreza está para além da questão monetária, devendo ser considerada em seus aspectos multicausais, envolvendo o atendimento de necessidades que integrem recursos para assegurar direitos e, conseqüentemente, a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, “as pessoas podem contar com rendimentos monetários superiores aos definidos na linha da pobreza, mas continuar experimentando graves privações em seu acesso aos serviços básicos” (Feres e Villatoro, *op. cit.*, p. 12).

No Brasil, a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, prevê direitos sociais necessários a garantir condições de vida que respeitem o princípio da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (art. 6º, CFRB/1988).

Verifica-se que a pobreza, levando em consideração os direitos sociais estabelecidos na Carta Magna brasileira, não pode ser caracterizada somente com amparo nos critérios monetários, uma vez que serviços básicos como saúde, educação, moradia, transporte e lazer integram um conjunto de bens necessários à sobrevivência material das pessoas. Assim, condições precárias de moradia, falta de acesso à educação — analfabetismo — à saúde, à água potável, dentre outros serviços públicos básicos são fatores considerados para sustentar que uma pessoa é pobre ou não. Nessa compreensão, estudaremos a trajetória da família Silva e suas estratégias para driblar a pobreza, adotando tanto o critério renda quanto os critérios

multidimensionais que informam a pobreza como fenômeno social, uma vez que enfatizaremos a educação, a saúde, o trabalho e a migração como estratégias às quais a família Silva recorreu para driblar, por décadas, a pobreza.

2.2.2.4 Definição Legal de Pobreza no Brasil

A Constituição Federal brasileira traz em seus objetivos fundamentais erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Então, nesse contexto, segundo Sprandel (2004, p. 12),

foi nos anos 1980 que a pobreza se tornou tema central de reflexão e de ação política. A nova Constituição, promulgada em 1988, refletiu esta preocupação, ao garantir, em seu art. 3º, que um dos quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Em termos de governo, no entanto, a pobreza só passou a ser tratada como “problema” de fato nos anos 1990, no contexto da mobilização em torno da Campanha da Fome (Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida) e da realização do “ciclo social” de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) (Sprandel, 2004, p. 12).

O tema da pobreza, no âmbito legislativo, foi discutido no Parlamento brasileiro, tendo como fruto desta discussão a aprovação da Lei Complementar nº 101, de 6 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil. A citada norma estabelece que:

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo art. 79 do Ato [das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT](#), para vigorar até o ano de 2010, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida (art. 1º).

Conforme se depreende da leitura do texto da referida Lei, o Fundo de Combate à Pobreza considera o fenômeno da pobreza em seus aspectos multidimensionais — ou seja, além do reforço de renda destinado às famílias que se encontram na linha de pobreza — e prevê, também, ações que contemplam a nutrição, habitação, saúde e educação, serviços públicos básicos necessários à subsistência material do indivíduo.

Buscando no arcabouço legislativo brasileiro uma norma que conceitue o que é pobreza ou o que é uma família considerada pobre, encontramos, em termos monetários *per capita*,

uma caracterização da pobreza no Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza. “O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente” (art. 18).

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, ao estabelecer o “benefício de prestação continuada [que] é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (art. 20), adota um critério monetário, ou seja, família com renda *per capita* mensal inferior a um quarto do salário mínimo para caracterizá-la como incapaz de prover o sustento do idoso ou pessoa com deficiência.

Há sempre uma preocupação legislativa em quantificar a pobreza em termos monetários. Neste sentido, o Projeto de Lei nº 4.610/2020, que institui a Renda Mínima Universal, para atender pessoas em extrema pobreza, prevê que a aplicação da lei, caso aprovada, considerará em “situação de extrema pobreza famílias nas seguintes condições: I - Não tenham fonte de renda; II - Renda igual ou inferior a meio salário mínimo; III - Renda *per capita* familiar que não ultrapasse um salário mínimo” (art. 2º).

Outrossim, a Lei nº 12.284, de 29 de dezembro de 2021, que institui os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil e define metas para taxas de pobreza, classifica quem está em situação de pobreza e de extrema pobreza, respectivamente, pessoas cuja renda *per capita* se situe entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais). Assim, para o recebimento dos benefícios financeiros pagos pelos referidos Programas governamentais, monetariamente, há uma classificação de quem é pobre ou extremamente pobre no Brasil.

Compreende-se das leituras dos documentos normativos que a definição de pobre, família pobre ou em situação de vulnerabilidade, tem como base, geralmente, o aspecto monetário. Ou seja, a pobreza é quantificada em termos monetários, atribuindo, assim, um valor *per capita* para caracterizar quem é pobre. Zygmunt Bauman esboça uma preocupação com a discussão da pobreza considerada apenas em seu aspecto econômico.

O marco cognitivo no qual a discussão da pobreza crescente costuma ser colocada é puramente econômico (no sentido dominante da “economia” como, acima de tudo, o agregado de transações mediadas por dinheiro)– o da distribuição de riqueza e renda e do acesso ao emprego remunerado (Bauman, 2008, p. 149-150).

Desta maneira, consideramos estudar o fenômeno da pobreza inserindo-o em uma abordagem que extrapole o aspecto puramente econômico, entendendo a pobreza afetada por critérios multicausais e considerando aquelas pessoas alijadas de direitos fundamentais sociais como moradia, saúde, educação, lazer, dentre outros, como vivendo na pobreza.

2.2.2.5 Pobreza e Modernidade

Ao homem da modernidade, eram previstos direitos inalienáveis, tais como direito à vida, liberdade e busca da felicidade, conforme se extrai da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (DIEUA), que ampara suas determinações na ideia de um homem livre e igual a todos. “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade” (DIEUA, 1776).

Pierre Bourdieu, um dos mais importantes intelectuais da modernidade, nos instiga a refletir sobre a igualdade formal entre os homens, insculpida em documentos normativos a exemplo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (DUDH), uma vez que o espaço social no qual estão inseridos os sujeitos é formado por classes sociais distintas, favorecidas ou desfavorecidas economicamente.

Na questão da educação, o sociólogo francês da Teoria do Campo Social manifesta descrença com a escola por considerá-la como reprodutora das condições sociais, rompendo com a ideia de que o sucesso ou o fracasso escolar da criança não está nas aptidões, dons ou talentos dessa, mas na herança cultural — capital cultural — transmitido pelas famílias aos filhos.

Nessa compreensão, segundo Bourdieu (2007, p. 41), “Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que o filho de um operário, e suas chances duas vezes mais superiores àquelas de um jovem de classe média” (p. 41), circunstâncias explicadas pelo capital cultural que cada família transmite aos seus filhos, “que contribui para definir, entre outras coisas” (Bourdieu, *ibidem*) o sucesso ou o fracasso escolar. Esses dados trazidos por Bourdieu (2007) se referem ao caso da nação francesa, situação, possivelmente, agravada em

países nos quais impera maiores desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Assim, a discussão dos direitos sociais na modernidade não deve desconsiderar a inserção dos agentes no campo social.

Prosseguindo com a discussão pobreza e modernidade, a modernidade é definida por Anthony Giddens como um

estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta (Giddens, 1991, p. 8).

A modernidade prometia aos indivíduos uma vida devotada à liberdade e à segurança; sem fome, amparada na liberdade, fraternidade e igualdade, ideais da Revolução Francesa de 1789. No entanto, Zygmunt Bauman postula que o que temos nesse período é uma incerteza tomada por um conceito de liquidez em que impera uma desordem nova. A pobreza se insere nessa desordem. Karl Polanyi, ao tratar do surgimento dos pobres em sua obra intitulada “A grande Transformação: as origens de nossa época” (2000), sustenta que esses começaram a surgir na Inglaterra na primeira metade do século XVI, tornando-se conspícuos como indivíduos desligados da herdade feudal, ou de "qualquer superior feudal", e sua transformação gradual em uma classe de trabalhadores livres foi o resultado conjunto da feroz perseguição à vagabundagem e do patrocínio da indústria doméstica, poderosamente auxiliados pela contínua expansão do comércio exterior (Polanyi, 2000, p. 129).

A modernidade, em seu projeto, “tinha certeza de que toda miséria humana tem cura, de que no curso do tempo, as soluções serão encontradas e aplicadas, e todas as necessidades humanas até agora não satisfeitas serão saciadas”. Nesse sentido, “a ciência e seu braço tecnológico prático estão destinados a, mais cedo ou mais tarde, elevar as realidades humanas ao nível do potencial do homem e, assim, preencher de uma vez por todas a irritante lacuna entre o ‘é’ e o ‘dever ser’” — situação que vai contra o princípio da população defendido por Robert Malthus — que sustentava ser o crescimento populacional superior à produção de alimentos, acarretando, assim, uma falta de comida. Logo, não haveria alimentos suficientes a atender toda a população — (Bauman, 2005, p. 47-48).

A miséria humana não desapareceu com o advento da modernidade. Pelo contrário, há atualmente no mundo uma população de aproximadamente “700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de 1,90 dólar por dia e mais da metade da população global

vivendo com menos de 8 dólares por dia” (ONU, 03 out. 2019). No Brasil, são 27,7 (vinte e sete vírgula sete milhões) de pessoas vivendo na pobreza e pobreza extrema. Pergunta-se, então: o projeto que advogava o melhor possível dos mundos, amparado pelo ordenamento racional e técnico, fracassou? Há relação ou não de causalidades da pobreza com o sistema econômico hegemônico no mundo?

2.2.2.6 Capitalismo e Pobreza

O sistema capitalista, com suas contradições e crises, altera rotineiramente a vida social na modernidade. No que se refere às relações de trabalho, por exemplo, vimos que os contratos por prazo indeterminado foram substituídos por contratos em tempo parcial, o tipo da relação de trabalho modificou o movimento sindical, dentre outros aspectos da vida laboral das pessoas.

Zygmunt Bauman, na obra “Vida a crédito: conversas com Citali Rovirosa-Madraza” (2010), faz referência à primeira grande recessão ocorrida no século XX, a quebra da Bolsa de Nova York no ano de 1929, como introdução para construir suas argumentações sobre mais uma recessão que afetou o mundo a partir de 2008, originada em Wall Street. Segundo o sociólogo da Universidade de Leeds, às dificuldades enfrentadas em 1929 se somaram outras para intensificar, ainda mais, a crise de 2008.

Agora, contudo, foram adicionados à equação novos fatores desafiantes e decisivos, que nenhuma outra civilização jamais conheceu: ameaças ambientais sem precedentes — desastres naturais atribuídos a mudanças climáticas, níveis inéditos de pobreza mundial, aumento do "excedente populacional", desenvolvimento científico e tecnológico extraordinário -, que colocam nossas sociedades diante de dilemas gravíssimos; sem falar no declínio dos sistemas morais e políticos que tinham dado às instituições da modernidade certo grau de coesão e estabilidade sociais (Bauman, 2010, p. 7).

Para o autor, a crise de 2008 trouxe, ao mundo, números inéditos de pobreza. Referindo-se aos dados do Banco Mundial, o pensador polonês afirma que milhões de pessoas serão empurrados à pobreza e à pobreza extrema. O Banco Mundial, em seu prognóstico econômico para 2009, calculou em cerca de 53 milhões o número de pessoas que, nos países em desenvolvimento, permaneceriam no nível de pobreza por efeito da desaceleração econômica global; mais ainda, em seu relatório para o primeiro trimestre de 2009, a Instituição estimou que o aumento dos preços de alimentos e combustíveis em 2008 tinham

empurrado outros 130 a 150 milhões de pessoas para a linha da pobreza, e que era provável que a crise global mantivesse 46 milhões abaixo "dessa linha, que é de US\$ 1,25 por dia" (Bauman, *op. cit.*, p. 9).

Os números da pobreza trazidos por Bauman revelam que em mais uma crise do capitalismo são os pobres os mais prejudicados, até porque o sistema financeiro — bancos e grandes conglomerados empresariais — é socorrido pelo Estado, em uma aliança capitalista de cooperação entre o Estado e o mercado.

A abordagem metodológica crítica, aponta que no sistema capitalista não existe ambiente para entendimento entre cidadãos (pretensamente iguais e livres). Primeiro, porque não há espaço para igualdade num mundo capitalista que produz desigualdades.

[...] Na sua razão de ser, o capitalismo é fonte de promoção das contradições e desigualdades sociais. Ele se apropria da exploração do trabalho humano, para garantir sua reprodução. Ademais, o capitalismo é alimentado por conta de suas crises" (Bray, 2012, p. 12).

Crise após crise, o capitalismo precisa se reinventar. Desta maneira, modifica o mundo do trabalho, alterando a relação do empregado com a empresa, surgindo, assim, a flexibilização da jornada de trabalho, substituição dos contratos de prazo indeterminado por contratos de trabalho em tempo parcial. Ademais, os trabalhadores deixam de se vincular à empresa para se integrar a um empregador de fornecimento de mão de obra, caracterizando a terceirização. Segundo Bray (2012, p. 12-13), "o capitalismo produz dissensos: o sistema se alimenta das contradições sociais, das crises econômicas e do fomento à exploração para se manter em estado de reprodução".

As crises do capitalismo podem agravar ainda mais a situação do empregado. Quando o emprego passa a ser prejudicial à acumulação do lucro, o capital pode transformar a massa de trabalhadores em desempregados. Na crise do capital, o desemprego pode aumentar os índices de pobreza, uma vez que o trabalhador, sem renda, passa a depender do Estado para atender as condições materiais mínimas à sobrevivência.

Falando de crises econômicas, Seu Adamastor Silva lembrou que no final dos anos 1980, final do Governo de José Sarney (1985 - 1990) e início do Governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), aplicou uma quantia em dinheiro advinda da venda de uma pequena gleba de terra que possuía no Sertão paraibano "para render juros no banco", uma vez que, em decorrência da inflação alta que assolava o Brasil, o dinheiro aplicado tinha altos rendimentos financeiros.

Collor de Mello, eleito em 1989, ao tomar posse como Presidente da República em 1990, tomou como medida econômica o confisco da poupança dos brasileiros visando conter a inflação galopante. A referida medida afetou negativamente a pequena economia dos Silva. Adamastor Silva tratou a perda dos recursos como um ato ganancioso da parte do então governante. Segundo Adamastor, a ganância o fez perder o pouco dinheiro que tinha. Sob tal perspectiva, podemos afirmar que a ilusão de ganhar dinheiro “fácil” acompanhou Adamastor Silva como estratégia para driblar a pobreza, situação que demonstra a luta incansável dos Silva para superá-la.

O capitalismo, produtor de consumidores, é capaz de produzir excluídos do mercado consumidor. Os pobres, na concepção de Zygmunt Bauman, são indivíduos expulsos do mercado consumidor. Evidente que todos nós somos consumidores. No entanto, há aqueles consumidores que, com baixos rendimentos financeiros, consomem pouco. Quem consome pouco, quem não possui rendimentos para adquirir os produtos que inundam, diariamente, o mercado como novidades, pode ser classificado como excluído do mercado consumidor nos moldes capitalistas de consumo. “Na sua razão de ser, o capitalismo é fonte de promoção das contradições e desigualdades sociais” (Bray, *op. cit.*, p. 12).

Ao adotar um processo de seleção/exclusão, o sistema capitalista produz um exército de “imprestáveis” desempregados, seja porque não estejam aptos, tenham idade avançada para exercer determinadas atividades ou apresentem ligeira deficiência. Esse processo entrega ao Estado as demandas que se originam do processo de seleção/exclusão, uma vez que essas pessoas necessitam de condições para sobreviver. Dessa maneira, o objetivo do sistema capitalista é minimizar os custos de produção, aumentando, assim, a acumulação e o lucro.

A pobreza tem uma relação com o sistema de acumulação do capital, que afeta a vida das pessoas, naquilo que o autor chama de remercadorização do capital e do trabalho. “[Os] pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro — não dos tipos de serviço oferecidos pelo Estado assistencial — para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de “utilidade”” (Bauman, 2010, p. 32).

No sistema capitalista, o Estado prioriza o mercado que vive de uma cooperação com o capital, afastando das suas obrigações assistenciais que buscam minimizar a falta de condições materiais de sobrevivência daqueles que são alijados do mercado, do capital e do trabalho. Membros da família Silva, excluídos dos mercados de trabalho e consumidor,

tornaram-se dependentes do Estado brasileiro, pois têm como renda Benefícios de Prestação Continuada (BPC), política pública do Governo Federal destinada a pessoas que não têm como se sustentar ou serem mantidas com recursos financeiros da família.

As ações do poder público, em princípio, se dirigem à totalidade da população, ou seja, pretendem favorecer a todos os cidadãos, buscando o bem-estar geral e a proteção social, uma vez que todos nascem iguais em direitos e deveres, conforme preconizam documentos normativos, a exemplo da Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos. Nesse sentido, questiona-se: como é produzida a pobreza?

Deste modo, distingue-se das outras instituições que visam o bem-estar geral e a proteção social. Estas instituições pretendem favorecer a todos os cidadãos: o exército e a polícia, a escola e a obra pública, a administração da justiça e a Igreja, a representação popular e a investigação científica, não se dirigem, em princípio, às pessoas enquanto indivíduos diferenciados, mas à totalidade dos indivíduos: a unidade do maior número, ou de todos, é o objeto dessas instituições (Simmel, 2014, p. 29-30).

As ações dos poderes públicos não se dirigem às pessoas enquanto indivíduos diferenciados, uma vez que buscam atender a totalidade da população. No entanto, sabe-se que a sociedade capitalista moderna é constituída de pessoas que têm acesso aos bens de consumo e aqueles que não são agraciados com esta possibilidade. Por exemplo, as pessoas desempregadas e sem salário, segundo Zygmunt Bauman, não estão dentro do grupo que tem acesso aos bens da sociedade de consumo.

A consecução da tese “A trajetória da família Silva e as estratégias para driblar a pobreza” estudará a produção social da pobreza no contexto do capitalismo dependente no qual estão inseridos a América Latina, o Brasil e, conseqüentemente, o Estado da Paraíba, no qual a família pesquisada é residente.

Autores como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira — teoria da dependência — Álvaro Vieira Pinto — Sociologia dos países subdesenvolvidos — dentre outros, propõem que os problemas políticos, econômicos e sociais das sociedades latino-americanas, a exemplo do Brasil, sejam estudados considerando o contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional no qual os países da América Latina ocupam uma posição de dependência.

Neste caso, como no passado colonial e pós-independência política, é necessário estudar nossa economia e nossa sociedade [sociedades latino-americanas] no

contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional, em cujo sistema ocupam hoje a posição de dependentes (Rivera; Villazul, 2015, p. 54).

O Brasil, visto como país subdesenvolvido ou em desenvolvimento, deve ter seu desenvolvimento econômico estudado com amparo em uma teoria da dependência, considerando que problemas sociais — a exemplo da pobreza — podem ser explicados pela condição de dependência a que são submetidos os países latino-americanos, não apenas com fatores externos limitadores do desenvolvimento econômico, político e social dessas nações. Marini e Millán (1994, p. 187-188) enunciam a teoria da dependência, afirmando que se trata de

uma situação condicionante: "dependência é uma situação em que determinado grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a sua está submetida". A dependência "funda-se numa divisão internacional de trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita esse mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzidas pelos centros de dominação mundial.

Para Bamberger (1978, p. 82), "A dependência é uma situação em que economia de um determinado grupo de países está condicionada para o desenvolvimento e expansão de outra economia, a que se submete". Assim, ainda, segundo a autora,

Esta [a Teoria da dependência], ao gerar novas e mais agudas e irresolúveis contradições, liquidou definitivamente a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo no continente [América Latina]. Este novo caráter de dependência, que começou a tomar forma no período do pós-guerra, resultou do fato da penetração do capital estrangeiro já não se limitar ao setor primário de exportação, mas está gradualmente direcionada para o setor manufatureiro através de investimentos diretos de capital-máquina (Bamberger, 1978, p. 18).

A teoria da dependência, segundo Teófilo dos Santos, apontava que problemas como a desigualdade e exclusão social, que afetam negativamente a vida das pessoas em nações da América Latina, estão relacionados às condições de dependência dessas nações em relação ao capitalismo hegemônico internacional, cujas diretrizes são impostas pelas nações desenvolvidas como os Estados Unidos da América e países europeus.

Esta evolução dos acontecimentos parece confirmar outra temática posta em evidência pela teoria da dependência: a tendência à exclusão social crescente, como resultado do aumento da concentração econômica e da desigualdade social. "Dependente, concentrador e excludente" estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional destacadas pela

teoria. Estas características se exacerbaram na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa e a nov[a] fase das moedas fortes e privatizações da década de 90, sob o marco do Consenso de Washington (Dos Santos, 1998, p. 30-31).

Conforme se depreende do raciocínio de Dos Santos (1998), a situação de exclusão e desigualdade social e, conseqüentemente, a pobreza e suas causalidades nas nações latino-americanas foi potencializada pela expansão do capitalismo globalizado a partir dos anos 1980, certamente na esteira da onda neoliberal — acréscimo do autor da tese — gerada a partir dos Estados Unidos (Ronald Reagan) e Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher.

Os problemas sociais afetos às sociedades latino-americanas — baixa escolaridade, condições precárias de moradia e dificuldade de acesso a serviços públicos básicos como saúde — teriam sido abordados pela teoria desenvolvimentista discutida pelos cepalinos. Porém, essa abordagem desenvolvimentista adotou em seu raciocínio uma ótica burguesa.

o pensamento desenvolvimentista, como destacamos anteriormente, ainda teve que lidar com muitos dos problemas postos pela situação de dependência. Por certo, que os tratou do seu ponto de vista burguês. Pois bem, os teóricos da dependência não podiam, de repente, inventar uma problemática nova. Estão pendentes o problema do desenvolvimento, o problema da liquidação do atraso, da miséria, do analfabetismo, habitação precária, descapitalização, dívida externa, saúde pública, inflação, etc., problemas estes com os quais o desenvolvimentismo tratou e que obviamente estão presentes na teoria da dependência (Bambirra, 1978, p. 58).

Os problemas sociais tais como analfabetismo, dificuldade de acesso a serviços públicos básicos como saúde, moradia, dentre outros, trazidos à análise pela teoria da dependência, caracterizam a pobreza sob uma perspectiva multidimensional; eles apresentam critérios que informam as condições de pobreza de determinada população para além do critério monetário/renda. Nesse sentido, o estudo a que se propõe a tese sobre a produção social da pobreza, considerando a trajetória e experiências de uma família pobre do Sertão paraibano, adotará, com amparo na teoria da dependência, critérios multidimensionais para caracterizar a pobreza.

Ruy Mauro Marini aponta um desequilíbrio entre as transações mercantis entre as nações, classificando-as em nações desenvolvidas, as quais comercializam distintos tipos de mercadorias — produtos manufaturados e matérias-primas — com um alto valor, configurando uma desigualdade nas transações comerciais entre países, situação em que as

nações consideradas dependentes — desfavorecidas nas relações de comércio — devem adotar medidas compensatórias para equilibrar a balança das negociações comerciais.

O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e suas mercadorias exportadas (o que implicaria em um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2000, p. 122).

Dessa forma, as medidas compensatórias se amparam em uma maior exploração do trabalhador, ou seja, de uma medida interna, afetando negativamente a vida do proletariado. Segundo Bambirra (1978, p. 70), “o fenômeno da superexploração do trabalho pode ocorrer em países capitalistas desenvolvidos, pode até se intensificar em períodos de crise, mas as especificidades dos países dependentes é que esse fenômeno ocorre de forma permanente e sistemática”.

Os investimentos do capital nas economias dependentes, a exemplo dos países latino-americanos, reforçam a aliança do capital com as oligarquias agrário-exportadoras dominantes em países como o Brasil, situação que não altera a condição de explorados dos trabalhadores. Para Bambirra (1978, p. 49),

[Lenin] teria cuidado do assunto, teria verificado que esse capital foi investido para modernizar a antiga estrutura colonial de exportação e, portanto, aliou-se aos fatores que manteve esses países para trás. Quer dizer, não foi um investimento capitalista em geral, mas de investimento imperialista em um país dependente. Este capital reforçou interesses da oligarquia comercial exportadora, apesar de ter realmente aberto uma nova etapa de dependência nesses países.

A situação de exploração do homem do campo — trabalhador rural, vaqueiro — pode ser ilustrada em obras cinematográficas brasileiras. No filme “Deus e o Diabo na terra do sol” (1964), do cineasta baiano Glauber Rocha, é mostrado que o vaqueiro Manoel, interpretado por Geraldo Del Rey, se revoltou contra a situação de exploração que lhe era imposta pelo coronel Moraes, personagem de Milton Roda, chegando a matar o coronel em uma briga. Em suma, a pobreza, problema social objeto de estudo das ciências sociais, tem sido temática para obras fílmicas e para narrativas de ficção das literaturas brasileira e mundial.

A exploração e a pobreza do povo nordestino chegaram ao cinema no documentário de Vladimir de Carvalho (1935, Itabaiana, Paraíba), “O país de São Saruê” (1971), cujo título é uma alusão ao cordel do cordelista paraibano Manoel Camilo dos Santos. O documentário em

questão exhibe relatos da exploração dos sertanejos paraibanos pelos proprietários de terra da região. O vaqueiro da obra cinematográfica em comento encerra a figura do sertanejo explorado que, vivendo na miséria e na pobreza do mundo rural nordestino, luta contra o latifúndio e a miséria presentes na região desde os tempos do Brasil colônia.

O cineasta paraibano mostra, a partir dos depoimentos de homens e mulheres entrevistados no documentário em discussão, que a pobreza não decorre apenas das questões naturais características do Sertão, mas dos erros acumulados na forma de explorar a terra e da estrutura agrária presente na região sertaneja, em que a terra pertence a alguns, e outros são obrigados a trabalhar — como lavradores, meeiros — sem salário e produzindo para os donos das terras. Os explorados são representados na obra de Vladimir de Carvalho pelos vaqueiros — trabalhadores que lidam diariamente com o gado —, limpadores de roçados e gente que trabalha nas lavouras sazonais (milho, feijão, algodão), pessoas que sofrem arduamente e para quem não há ajuda do governo. Nesta compreensão, podemos citar como explorados membros da família Silva que trabalham em empregos precários com baixa remuneração, sem os direitos trabalhistas previstos em lei recebendo recursos financeiros insuficientes ao atendimento de prestações essenciais a uma existência material minimamente digna.

Ao contrário dos explorados — homem sertanejo do campo — o documentarista, Vladimir de Carvalho, consegue entrevistar um integrante de uma importante família de políticos da região de Sousa (PB), família essa que assumiu cargos de vice-governador, deputado, dentre outros cargos políticos relevantes. O entrevistado informou que adquiriu créditos do governo para implantar uma fábrica de óleo, montagem de um veículo de comunicação — rádio — e construiu e fez funcionar o Hotel Gadelha Palace — empreendimentos da referida família —, narrativas que confrontam com a falta de crédito para os agricultores e as condições precárias de sobrevivência impostas ao homem sertanejo do campo.

Quanto aos recursos governamentais para pequenos agricultores, Adamastor Silva, patriarca da família Silva, narra que contraía empréstimos junto a bancos oficiais — Banco do Brasil — para as atividades de agricultura na pequena propriedade que dispunha no Sítio Juazeiro, no município de Passagem (PB). Os recursos eram liberados mediante hipoteca da terra — quantias maiores — ou indicação de avalistas para empréstimos de valores menores, a exemplo de dinheiro liberado para o cultivo do milho, feijão e algodão. Os valores liberados deveriam ser quitados perante a instituição creditícia, acrescidos de juros e demais

emolumentos cobrados pelos bancos. Conforme relato do Senhor Adamastor, não havia uma contrapartida governamental para minorar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores sertanejos como juros menores ou prazos maiores para pagamento dos empréstimos.

E aí a gente fazia uns empréstimos pequenos. Não fazia grande, não; porque se fizesse grande não pagava [...] Quem pensava bem, tirava conta de... que pudesse pagar. Aqueles que num pensava, pensava que dinheiro era uma coisa fácil; aí tirava muito dinheiro e... às vezes se atrasava... procurava o banco. Chegava quase o tempo deles hipotecar a propriedade. Mais eles fazia um meio que ia pagando [...] A gente pagava uns empréstimos que fazia pra fazer cerca e cuidar da propriedade. Esse era demorado. Fazia por um... dois, três anos... quatro anos pra pagar dentro daquela época. Aí a gente... mas graças a Deus eu nunca fiquei devendo ao banco... nunca.

A exploração de trabalhadores e relatos de pobreza foram registradas em obras ficcionais das literaturas brasileira e mundial de diferentes épocas e períodos literários. Lembremos de “Germinal”, de Émile Zola, que descreve as condições de pobreza e miséria enfrentadas por trabalhadores da mina Voreux. Na referida obra, Zola exterioriza a vida de mineiros. Dentre estes, está Boa Morte, que desde tenra idade encontrava-se exposto às condições precárias de trabalho, cujos rendimentos pagos não eram suficientes para prover materialmente uma vida digna à família composta por sete filhos. Dessa maneira, a família do mineiro estava submetida a uma vida de privação do básico, por exemplo, a alimentação diária.

No Brasil, podemos falar de “Quarto de despejo”, publicado em 1960, por Carolina de Jesus, escritora, catadora de papel, moradora da favela Canindé, localizada na Zona Norte da cidade de São Paulo. A autora relata no livro a realidade concreta — por meio da obra ficcional — de uma moradora de favela que passa por privações de ordem material que afetam a dignidade de um ser humano, pois lhe faltam moradia adequada, água tratada, emprego, alimentação, dentre outros direitos fundamentais sociais.

Carolina de Jesus representa uma moradora pobre da periferia de uma grande cidade brasileira. Mãe solteira de três filhos, encontra na coleta de material descartado nos lixos e na ajuda social de organizações religiosas as fontes de subsistência material. À família da catadora de lixo, faltam moradia digna, comida, vestimenta, calçados, dentre outros bens capazes de assegurar o conforto material a um ser humano, e sobram a convivência com a violência, com o alcoolismo e com as doenças típicas de lugares divorciados de infraestrutura

básica: água, energia, esgotamento sanitário e outras prestações públicas fundamentais. Carolina de Jesus espelhou um retrato cruel da pobreza.

Evidente que a pobreza transferida para as obras ficcionais guarda uma relação de homologia com a vida real. Pois foi no concreto da vida cotidiana que ficcionistas como Émile Zola, Aluísio Azevedo, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos buscaram subsídios e informações para a produção literária que desenvolveram.

Em síntese, a pobreza é abordada em obras da literatura brasileira, a exemplo de “Homens e caranguejos”, de Josué de Castro; “O quinze”, de Raquel de Queiroz; “A bagaceira”, de José Américo de Almeida e “Seara Vermelha”, de Jorge Amado, dentre os outros romancistas e obras principalmente da Literatura de 30 no Nordeste. Vejamos um desses relatos ficcionais de pobreza:

Quando não tinha trabalho, João Paulo deixava-se ficar na cama, imóvel, olhos fitos na cobertura do mocambo. E pensava... Pensava só em coisas tristes. A tristeza da vida, a pobreza, a miséria de sua gente. A morte [...] João Paulo diz que sua tristeza é de ver tanta pobreza, tanto sofrimento no mundo, sem poder dar jeito a nada (Castro, 2003, p. 104).

No que se refere à dependência, à exploração e à pobreza, o Nordeste brasileiro é visto como local de miséria econômica e social. Na busca da superação das condições socioeconômicas desfavoráveis encontradas nessa região brasileira, órgãos estatais foram criados para fomentar o desenvolvimento da região e implementar ações que minimizassem as situações de pobreza e privação enfrentadas pela população. Podemos destacar, dentre esses órgãos, o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A descrição do Nordeste feita por Josué de Castro é reveladora de um povo explorado e destituído de qualquer direito social. Evidente que estamos falando dos anos 1960. No entanto, ainda é possível que em pleno século XXI tenhamos muita pobreza e exploração na região e em Estados como a Paraíba.

Os proprietários das fazendas, trabalhando em pequenas parcelas de terra, algumas vezes forçam os agricultores a trabalhar três ou quatro dias na semana sem pagamento. A grande massa dos residentes no Nordeste não são (*sic*) nem consumidores nem produtores no seu sentido econômico. Sobreviver fisicamente é sua única preocupação e ficam desesperados quando as secas periódicas aparecem (CASTRO, 1967, p. 151).

Na América Latina — que abrange o Brasil e a Paraíba — onde impera um capitalismo dependente, há um grande percentual da população submetido à condição de pobreza. Segundo o periódico espanhol *El País*, em 2022, a pobreza alcançará 33% da população latino-americana. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), apresentados pelo secretário da referida entidade, Mario Cimoli,

As consequências da guerra na Ucrânia, especialmente o aumento dos preços da energia e dos alimentos, elevarão a pobreza na América Latina e no Caribe para 33,7% e a pobreza extrema 14,9% este ano, o que se traduz em um aumento de 1,6% e 1,1%, respectivamente, para 2021, segundo o relatório econômico publicado nesta segunda-feira pela CEPAL (LABORDE, 2022)¹¹.

Em síntese, países latino-americanos, a exemplo do Brasil, têm suas economias dependentes da divisão do trabalho internacional, situação em que exportam principalmente matérias-primas e importam produtos manufaturados produzidos nas economias desenvolvidas. Tal cenário obriga os países em questão a compensar o desequilíbrio das transações comerciais com a exploração da mão de obra do trabalhador, que com baixos salários, quando empregados, e desempregados ou em empregos precarizados, são empurrados à pobreza.

No âmbito da discussão envolvendo emprego precário superexploração da mão de obra do operário e pobreza nos países em desenvolvimento, Santos (2001) afirma que esses conheceram no último meio século pelo menos três tipos de pobreza: pobreza incluída, marginalidade e pobreza estrutural. O autor conceitua os três tipos de pobreza, iniciando pela pobreza incluída, cuja definição está associada a uma situação acidental, ou seja, “Era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar” [...], “limitando-se a alguns aspectos isolados da sociabilidade” (Santos, 2001, p. 70).

Na pobreza incluída, o consumo não estava amplamente difundido na sociedade. Porém, na marginalidade, em que a pobreza está associada a uma doença da civilização, o consumo prevalece como um dado social importante. Essa ampliação do consumo cria, além da pobreza absoluta, uma pobreza relativa, situação na qual os indivíduos são classificados pela capacidade que têm de consumir. Nessa perspectiva, os pobres são adjetivados de marginais (Santos, 2001).

¹¹ Tradução livre do autor

Para Santos (2001), a pobreza estrutural globalizada resulta de ações deliberadas, em que é perceptível a ausência proposital do Estado de sua missão social de regulação em um momento no qual o desemprego é gerado e a remuneração do trabalhador é cada vez pior; pois que o sistema capitalista em busca da maximização do lucro promove o desemprego e reduz os salários. Sob tal perspectiva, há uma naturalização da pobreza e “os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos” (Santos, 2001, p. 72).

Santos (2001) credita a divisão do trabalho, que a considera hoje como administrada, a produção de dívidas sociais e a disseminação da pobreza em escala global. Nesse sentido, “Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (Santos, *idem*, p. 73). Enfatizando a realidade da família pesquisada, pobre no Sertão paraibano, continua pobre em Campina Grande, ou seja, a pobreza tem sido uma companhia incômoda à família por décadas.

Ante a discussão posta, considerando parâmetros que extrapolam o critério renda como aferidor da pobreza, essa pode ser considerada socialmente produzida, uma vez que é possível correlacioná-la a causalidades como desemprego, ao emprego precarizado, a falta de acesso a serviços públicos básicos, necessários a uma condição de subsistência material condizente com o princípio da dignidade da pessoa humana. No caso da América Latina, Brasil e, especialmente, o Estado da Paraíba (PB), podemos associar a pobreza, também, à dependência capitalista das nações periféricas às economias dependentes de países subdesenvolvidos, onde a exploração da mão obra operária é fonte para a maximização do lucro, objetivo principal do sistema capitalista hegemônico.

A família pesquisada pode ser apontada como um exemplo de vítimas desse sistema capitalista dependente: ao longo dos anos viveu de empregos precários, sem o amparo dos direitos trabalhistas, exercendo atividades de baixa remuneração a exemplo de trabalhos como doméstico(a)s, pedreiros, ajudantes de pedreiros, executores de pequenos reparos, vendedores ambulantes e outras ocupações que exigem baixa escolaridade, situação que será demonstrada e discutida na consecução da tese.

Para exemplificar, Angelina Silva, primogênita da família sertaneja, entrevistada na coleta de dados da pesquisa, que estudou até o oitavo ano, hoje nono ano do Ensino Fundamental, tem como atividade laboral juntamente com o esposo — que estudou até a

quarta série, atual quinto ano do Ensino Fundamental — a venda de espetinhos de carne, bebidas, caldinhos e picolés — atividade desempenhada informalmente — durante partidas de futebol em campos de bairros da periferia de Campina Grande.

Apesar de durante a vida laboral ter trabalhado, de forma descontínua, em empregos formais com carteira assinada, hoje, com problemas de saúde, Angelina Silva não conseguiu a aposentadoria, recebe um Benefício de Prestação Continuada (BPC), que totaliza um salário mínimo nominal R\$ 1.412,00, pago pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), dentro da política de atenção à assistência social. Esse benefício constitucional da assistência social tem se mostrado instrumento importante no combate às desigualdades sociais e à pobreza extrema no Brasil.

2.3 POBREZA NA PARAÍBA

O fenômeno da pobreza afeta milhões de pessoas no mundo e é uma realidade também no Estado da Paraíba. Em matéria intitulada “Paraíba tem mais de 500 mil pessoas em situação de extrema pobreza”, publicada no Portal Correio, em 13 de novembro de 2020, cuja fonte consultada foi a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou-se que a “Paraíba tinha 511 mil pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 151, ou seja, que estavam em situação de extrema pobreza, em 2019”, afirmando ainda que esses números que haviam caído até 2014, voltaram a crescer “saltou para 11,2% em 2018, alcançando 12,8% no último ano” (PARAÍBA..., Portal Correio, 13 nov. 2020). Os dados demonstram que a pobreza não é um fenômeno distante da nossa realidade, pois a Paraíba, Estado em que vive a família pesquisada nesta tese, abriga milhares de pessoas em situação de pobreza.

Tabela I — Periodização da Pobreza no Brasil e na Paraíba

Ano	% de Pobreza no Brasil	% de Pobreza no Nordeste	% de Pobreza na Paraíba
1980*	35,3 ¹	49,17	73,1
1990	41,92 ²	45,6	68,29
2001	35,09 ²	50,9	54,5
2011	18,42 ²	40,11	53,65

2012	27,3	47,7	-
2014	23,8	42,0	43,0
2020	24,21	40,5	54,5
2021	29,4	48,7	58,7
2022	30,0	47,9	54,6

*Ano em que a família migrou da região de Patos (PB) para Campina Grande (PB)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, Censo Demográfico, 1980.

¹ ROCHA, Sônia, ² IPEADATA

As informações presentes na aludida matéria jornalística enfatizam o critério renda para demonstrar os percentuais de crescimento da população paraibana atingida pela pobreza e pobreza extrema e explicam a pobreza em sua relação com privações de direitos enfrentadas pelas classes populares. Com amparo nos dados do IBGE, ainda são trazidos conhecimentos sobre a pobreza que explicitam direitos sociais como moradia, serviços de saneamento básico, acesso à educação, saúde e outros, necessários a uma vida minimamente confortável do ponto de vista da dignidade da pessoa humana.

Assim, quanto às condições de habitabilidade, é apresentado que um percentual de 25,3 da população paraibana reside em domicílios que tem ao menos uma inadequação nas condições de moradia. Assim,

cerca de 2,8% da população [paraibana] morava em domicílio que não tinha banheiro de uso exclusivo; 4,8% em residências com adensamento excessivo — com mais de três moradores por dormitório; 4,7% em domicílios em que havia ônus excessivo com aluguel, ou seja, em que o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar; e 15,4% em locais em que não havia documento que comprove a propriedade (PARÁIBA..., Portal Correio, 13 nov. 2020).

A matéria jornalística referenciada traz inadequações de moradia vivenciadas também pelos Silva. Quanto ao adensamento no terreno em que se encontra a casa do casal Silva, há mais dois imóveis, nos quais moram outros membros da família. No que se refere à escritura pública do imóvel, a residência dos Silva, outrora desapropriada para a construção do canal de Bodocongó, não dispunha de regularização fundiária, ou seja, não havia documento público, registrado em cartório de imóveis, em nome da família Silva comprovando legalmente a

propriedade do terreno onde a casa estava erguida. Esta discussão, de forma mais detalhada, será retomada no tópico que trata da questão da moradia na trajetória de vida dos Silva.

As condições precárias de moradia na Paraíba podem ser ilustradas com a reportagem do periódico *Brasil de Fato*, que relatou como vivem os moradores de áreas de ocupações urbanas na cidade de João Pessoa (PB). Centenas de famílias habitando, principalmente, barracos de madeira erguidos de maneira improvisada.

A esperança de famílias que lutam por moradia na periferia de João Pessoa (PB). No bairro conhecido como Iraque, mais de 500 famílias vivem em ocupações urbanas. Quinhentas famílias vivem há dois anos em duas ocupações urbanas no bairro Patrícia Thomaz, mais conhecido como Iraque, na periferia de João Pessoa. A Ocupação Sonho Verde tem mais de trezentas famílias, e a Ocupação Morada Nova mais de duzentas. Segundo as lideranças, todo dia chega mais gente. Entre casas de alvenaria e barracos improvisados de zinco, madeira ou placas, as famílias vão se organizando no território e lutando pelo direito de ter um teto (A Esperança..., *Brasil de Fato*, 23 jul. 2018).

As privações de direitos sociais, que estão associadas com a pobreza, a exemplo de restrições de acesso à educação, saneamento básico e proteção social, que foram consideradas na SIS (2020), também são apontadas na publicação do Portal Correio. Nesse sentido,

Em relação ao acesso aos serviços de saneamento básico, a síntese indica que mais da metade dos paraibanos (53,6%) contavam com ao menos uma deficiência nesse atendimento nos lares [...] Entre os pontos investigados, estão as restrições à educação, que inclui crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentavam escola, bem como pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e maiores de 16 anos que não possuíam o Ensino Fundamental Completo [...] Outros 3,8% viviam em lares com restrições à proteção social, ou seja, em que não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuísse para instituto de previdência (PARAÍBA..., Portal Correio, 13 nov. 2020).

Os dados explanados pelo referido órgão de comunicação, integrante da imprensa paraibana, são reveladores da pobreza que insiste em incomodar a população e da associação da pobreza com causalidades, tais como condições precárias de moradia, falta de acesso a serviços básicos de saneamento, saúde, educação, proteção social, dentre outros, que servem como indicadores para determinar a pobreza para além do critério renda percebida pelas famílias de classes populares.

Oliveira (1977) sustenta que para o estudo de problemas sociais que afetam nações em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, se faz necessário integrar esses estudos a uma questão

histórica e social mais ampla e complexa, inserindo a discussão na realidade dos sujeitos envolvidos para, assim, buscar a verdade real sobre o fenômeno estudado; no caso em análise a pobreza.

Desta forma, Marx tece argumentos para defender o seu método dialético, alegando que o ponto de partida de uma investigação não é a ideia e sim um fenômeno externo; ou seja, a investigação deve apropriar-se inicialmente da matéria para demonstrar as relações sociais envolvidas na construção da sociedade.

o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de ponto de partida (Marx, 2011, p. 89).

A pobreza que afeta a população brasileira e paraibana deve ser estudada à luz de uma bibliografia que se debruce sobre a complexa realidade social brasileira. Analisando a situação econômica da América Latina e, conseqüentemente, do Brasil, Ruy Mauro Marini tece comentários a respeito dos estudos que os teóricos marxistas realizaram na América Latina, sustentando que os mesmos incorreram em dois erros: [1.] “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato”, e [2.] “a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde em aceitá-lo em sua formulação pura” (Marini, 2000, p. 105).

Segundo Marini (2000), os citados desvios nascem de uma dificuldade real: a economia da América Latina apresenta particularidades próprias que se diferenciam de outra no âmbito internacional. Portanto, Marini (*op. cit.*, p. 106) afirma que:

É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplarmos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional [...] Em outras palavras, é o conhecimento de forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que iluminou o estudo da sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado.

Para o autor de “Dialética da dependência”, predomina na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil um desenvolvimento econômico que pode ser explicado pela inserção das formações sociais latino-americanas, que são periféricas, no sistema capitalista mundial, situação que favorece o aprofundamento da dependência das nações em desenvolvimento a um sistema que promove a desarticulação econômica, social, política e ideológica, permitindo um processo de acumulação e exploração da mão de obra e promovendo um baixo investimento em políticas públicas e proteção social que assegure aos

cidadãos direitos fundamentais sociais necessários a uma vida que respeite o princípio da dignidade humana.

O fenômeno da pobreza está presente nas casas de milhões de pessoas em todo o mundo. Segundo dados do relatório do ano 2021 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em pesquisa realizada em 109 (cento e nove) países, “reunindo um contingente total de seis bilhões de pessoas. Desse total, o que foi apurado é que 1,3 bilhão de seres humanos — ou seja, um quarto da população investigada — vivem em situação de pobreza, o que é um dado muito estarrecedor” (Dallari, 2021).

A situação dos pobres no Brasil que é preocupante poderá ser agravada. A pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), segundo o Banco Mundial (The World Bank — IBRD-IDA), levará milhões de pessoas à pobreza extrema, sendo que 82% desses novos pobres da população mundial vivem em países, a exemplo do Brasil, considerados de renda média.

A pandemia da COVID-19 pode levar para a pobreza extrema este ano entre 88 milhões e 115 milhões de pessoas, podendo chegar a um total de 150 milhões de pessoas em 2021, a depender da gravidade da retração econômica. A pobreza extrema, definida como a renda inferior a US\$1,90 por dia, deve afetar entre 9,1 por cento e 9,4 por cento da população mundial em 2020, segundo o relatório bianual Pobreza e Prosperidade Compartilhada. Isso representaria uma regressão à taxa de 9,2 por cento em 2017. Se a pandemia não tivesse ocorrido, o índice de pobreza poderia ter caído para 7,9 por cento em 2020 (IBRD-ITA, 2021).

Os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que no Brasil o número de pessoas vivendo na pobreza triplicou em um curto lapso temporal, saindo de 9,5 milhões em 2020 para vinte e sete milhões de pessoas no mês de fevereiro de 2021.

A pobreza no Brasil triplicou. O número de pobres saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021. Para piorar a situação, a alta de preços nos alimentos dificultou a vida de quem mais precisa. Está faltando comida na mesa. Tem muita gente com fome (NÚMERO..., 2021).

O número de pessoas vivendo na pobreza e na pobreza extrema, que vinha se reduzindo na América Latina até 2014, voltou a aumentar a partir de 2015, situação que demonstra ser a pobreza um fenômeno hodierno, necessitando de análise e compreensão, no sentido de que possam ser apresentados subsídios para o enfrentamento dessa pelos governantes e pela sociedade.

A família paraibana pesquisada em nossa tese certamente está incluída nesses percentuais de pobreza trazidos nos estudos da FGV. A família Silva tem entre seus membros empregados domésticos, pedreiros, ajudantes de pedreiros, diaristas, ambulantes, atividades de baixa remuneração, que por si só são incapazes de emancipar ou afastar a família das condições de pobreza socialmente produzida. Pois atividades com baixa remuneração, exercidas por pessoas geralmente com baixa escolaridade são insuficientes para assegurar uma vida materialmente digna aos indivíduos, provendo-os de alimentação, moradia, vestimentas, saúde, educação e outras prestações materiais essenciais à sobrevivência material das pessoas.

Será demonstrada na escritura da tese que há, na família pesquisada, pessoas que conseguiram chegar à universidade, concluindo um curso de nível superior. No entanto, diante do baixo capital social do qual dispõe a família, esses membros, que são netos do casal raiz, não alcançaram no mercado de trabalho ocupações que lhes retribuam uma remuneração suficiente para, no aspecto financeiro, libertar a família da condição de pobreza, deixando de integrar a estatística de pessoas privadas, muitas vezes, das condições básicas de sobrevivência humana.

CAPÍTULO III

3 A EDUCAÇÃO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA

Como veremos posteriormente, é mínimo o número de netos da família Silva que tiveram acesso ao ensino superior. Para os membros da família Silva, fazer curso superior é quase sinônimo de “vencer na vida”. Em certa medida, essa representação da educação, como um capital simbólico de sucesso pessoal, começou a se construir bem na altura do século XVIII. Fazendo memória das mudanças sociais mais relevantes da modernidade, entre as quais ganha destaque o acesso à educação, alguns substantivos podem nos ajudar a identificar as massas humanas que não conseguiram se inserir e acompanhar esses processos de mudança.

Les malheureux, os infelizes do século XVIII, os miseráveis do século XIX ou os refugos humanos dos séculos XX e XXI, nas palavras de Zygmunt Baumann (2005). De forma paradoxal, constatamos que na medida em que o conhecimento avança, os benefícios parecem não serem suficientes para conter o crescimento de experiências de exclusão social e sofrimento humano. Como revelam os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE¹², nem sempre a conquista de um título de educação superior assegura empregabilidade e estabilidade financeira.

Observando esse lado sombrio do avanço do conhecimento, Max Weber (2004) nos alerta sobre o risco ao qual nos submete nossa fé no progresso da razão. Se o ator social tem capacidade de intervir no mundo para transformá-lo, ele é incapaz de prever o resultado não intencional de suas ações, das ações intencionalmente executadas. Nessa linha de raciocínio, é pertinente perguntar: Quais são as possibilidades de acesso à educação superior das novas gerações? Como deve ser a relação entre demandas sociais e políticas públicas direcionadas para atender essas demandas?

O Positivismo, desde o século XVIII, se tornou a força filosófica mais significativa, a ideia mais influente na construção do consenso sobre a crença nos benefícios que o conhecimento traz à humanidade. Um desses benefícios é a possibilidade de habilitar um indivíduo a abrir espaços para si no mercado de trabalho, de arranjar um emprego. O desafio

¹² <https://www.dieese.org.br/>

das corporações mundo a fora é atrair às suas fileiras profissionais dotados de sólidos conhecimentos.

Em certa medida, nossa pesquisa busca antever os efeitos da pobreza para a inserção na dinâmica do desenvolvimento humano na sociedade contemporânea. Ao nos referir à relação entre educação profissional e segurança financeira, é pertinente lembrar dos acalorados debates da falta de satisfação de necessidades e de acesso a direitos básicos durante o longo período da pandemia da COVID-19. A lembrança desse debates, o elevado número de pessoas que passaram a depender dos auxílios sociais, revela a conexão estreita entre pobreza e falta de formação profissional.

Os sucessivos governos pós-ditadura militar têm procurado desenhar políticas públicas para atender às demandas educacionais dos setores menos favorecidos da população. Contudo, ainda pode se constatar que a formação intelectual da classe trabalhadora sofre de enorme resistência de grupos economicamente privilegiados. Como pode se observar nos governos de Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Bolsonaro (2019 - 2022), a educação pública e gratuita foi vista como algo perigoso para os empresários. As sucessivas reformas curriculares, as constantes tendências para fortalecer os cursos técnicos, que qualificam a mão de obra para o mercado de trabalho, que colocam em xeque o acesso a uma formação integral e os ataques a políticas públicas consolidadas, como é o caso do Programa Bolsa-Família, parecem uma constante nas tentativas de privação do acesso a uma educação plena para as pessoas pobres. Nada de novo sob o sol. Como nos lembra Huberman, na emergência do sistema educacional, as elites comumente se posicionavam contrárias à criação de escolas primárias para os filhos da classe trabalhadora. Segundo ele, entre outros, argumentavam que:

Nada mais favorável para a moral do que o hábito, desde cedo, da subordinação, da indústria e regularidade." O Sr. Lee se preocupava com a moral dos pobres. Também o presidente da Royal Society, Sr. Giddy, que foi contra a proposta de se criarem escolas primárias para as crianças das classes trabalhadoras. Foi este o argumento do Sr. Giddy: "Dar educação às classes trabalhadoras pobres seria na realidade prejudicial à sua moral e felicidade; aprenderiam a desprezar sua sorte na vida ao invés de fazer deles bons servos na agricultura e outros empregos laboriosos, a que sua posição na sociedade os destina. Permitir-lhes-ia ler folhetos sediciosos [...] e os tornaria insolentes para com seus superiores (Huberman, 1981, p. 165).

Como veremos, para as novas gerações da família Silva, o acesso à educação, embora desejado, é um desafio que demanda esforço extraordinário tanto dos jovens como de toda a rede de apoio familiar.

3.1 A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA

“Avós analfabetos, pais no Bolsa Família, filhos na universidade”
(BBC News Brasil, 11.09.2023)

Sabemos que o objeto de estudo do sociólogo francês Pierre Bourdieu não é, especificamente, a escola. No entanto, a escola faz parte do universo social estudado por ele. Bourdieu enunciou diversas categorias teóricas, tais como *habitus*, campo, poder simbólico e as distintas modalidades de capitais presentes na Teoria do Espaço Social que desenvolveu, sendo a escola parte desse espaço social.

A Educação, para Bourdieu (1998), é “AP [Ação Pedagógica] escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica” (p. 21). Nessa compreensão bourdieusiana, a escola desconsidera uma série de fatores, como classe social, sexo, etnia, local de moradia, dentre outras condições que diferenciam os agentes sociais aos quais atende, “tratando todos os educandos, por mais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres” (Bourdieu, 1998, p. 53). Esta perspectiva enunciada por Pierre Bourdieu demonstra que a escola seria uma das instituições utilizadas para manter e reproduzir privilégios em sociedades tão desiguais como a brasileira. A família Silva, pesquisada nesta tese, integra o grupo social desfavorecido, tratado pela escola como formalmente igual aos grupos favorecidos.

Inserindo a família Silva no debate sobre escolaridade e pobreza, temos que Dona Albanisa Silva — esposa de Adamastor Silva — era integrante de uma família numerosa — oito irmãos —, formada por agricultores que viviam do cultivo do algodão, do milho e do feijão. A entrevistada estudou pouco, pois o pai pagou uma professora para que a ensinasse em casa. Dona Albanisa perdeu a mãe ainda na adolescência e necessitava trabalhar nos afazeres da casa, dispensando cuidados ao pai viúvo e aos irmãos órfãos.

Nos anos de 1950, período em que Dona Albanisa e Seu Adamastor Silva estavam em idade escolar, o índice de analfabetismo no Brasil, de pessoas com quinze anos ou mais, era de 50,6%, caindo nos anos 1960 para 39,7%, segundo dados do IBGE, que constam do Mapa

do Analfabetismo no Brasil, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Quanto ao analfabetismo, eram números significativos.

Durante a coleta de dados, por meio das entrevistas narrativas biográficas, constatamos que os filhos de Dona Albanisa e Seu Adamastor Silva estudaram na escola formal por poucos anos. Em sua maioria, só conseguiu concluir o quinto ano do ensino fundamental. Situação observada nos pais, pois o casal que deu origem ao núcleo familiar também frequentou muito pouco a escola formal. Reiteramos, aqui, que Adamastor informou haver estudado por noventa dias no sítio em que residia em Passagem; Dona Albanisa, por sua vez, frequentou a escola quando criança no Sítio Juazeiro, que hoje integra o território do município de Areia de Baraúnas, localizado na região de Patos, alto sertão paraibano. Ela diz que sabe ler e escrever, uma vez que era a pessoa encarregada de anotar a aquisição e venda de algodão, atividade econômica desenvolvida pelo pai.

Percebe-se durante as entrevistas narrativas que Seu Adamastor Silva demonstra sempre uma preocupação com a subsistência material da família. Havia uma inquietação com a escolaridade dos filhos; apesar disso, os adolescentes eram levados a trabalhar durante o dia e só conseguiam frequentar a escola no turno noturno. O trabalho precoce para crianças, vedado constitucionalmente no Brasil para menores de quatorze anos, é apontado em pesquisas e relatórios, a exemplo dos Relatórios da Cepal, como um indicador negativo a favorecer à pauperização das famílias. “Crianças e jovens de famílias pobres tendem a se desenvolver em ambientes com clima educacional precário, começam a trabalhar cedo e muitos deles não estudam nem trabalham” (Cepal, 2001, p. 16).

Os filhos mais novos do casal raiz — Albertina Silva, Adeginaldo Silva e Aldemir Silva — nascidos a partir dos anos finais da década de 1970 — concluíram o Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino. Albertina Silva é técnica em enfermagem, Adeginaldo Silva é técnico em informática e Aldemir Silva é técnico em telecomunicações. Dos treze filhos da família Silva, apenas quatro concluíram o Ensino Médio; dentre estes, estão os três mais novos.

Os filhos do casal, em número de treze — sendo sete homens e seis mulheres — estudaram, em sua maioria, até a oitava série do antigo Ensino Fundamental, hoje nono ano. Contudo, é possível constatar nas entrevistas narrativas biográficas que houve um progresso da família no campo educacional; houve uma evolução da escolaridade para alguns membros do núcleo familiar.

Os netos de Adamastor Silva conseguiram alcançar a universidade, ingressando e concluindo cursos superiores. Destes destacam-se os filhos de Anielda Silva — dois filhos — que se graduaram em História — licenciatura — e Farmácia — bacharelado —, bem como os filhos de Ana Nery Silva, que obtiveram diplomas de graduação em Ciências Contábeis e Ciências Biológicas. Ademais, a filha de Aldenor Silva é graduanda em Engenharia de Materiais.

Analisando a questão educacional da família pesquisada, verifica-se que, por exemplo, Aldenor Silva estudou até o quinto ano do Ensino Fundamental. A esposa dele — Brígida da Silva — é analfabeta. Diferente da situação escolar dos pais, a filha do casal, Tertunila Silva, é colocada na escola aos vinte meses de vida, pois sua mãe, que trabalhava na casa de médicos, observou que os filhos dos patrões eram inseridos no ambiente escolar em tenra idade.

É... minha história como estudante, na verdade, começa mesmo antes de eu nascer. Minha mãe trabalhava, assim, na casa de uma médica, né, como doméstica e ela como não tinha como ler sobre maternidade ou soube ler como qualquer coisa, né; porque ela não sabia... não ela não sabe, então ela observava e aí, sempre, ela diz desde que eu me entendo de gente, que ela me colocou na escola com um ano e oito meses, porque ela viu que a médica da casa onde ela trabalhava colocou a filha dela [da médica] e mesmo sem ela entender que ela me colocou tão cedo na escola desenvolveria coisas como comunicação é... e vários outros aspectos sociais; ela me colocou porque ela viu que uma pessoa tinha feito isso com a filha. Então, é muito interessante, assim, como é... são diferen... é diferente a forma como hoje procuro ensinamentos ou saber de uma coisa, como a minha mãe procurava, né, porque ela observou alguém que ela achava que sabia mais que ela e... é, assim, imitou esse comportamento (Tertunila Silva).

A inserção na escola dos filhos das famílias de classe média e ricas se dá nos primeiros anos de vida. As famílias com bom poder aquisitivo têm mais facilidade de colocar os filhos na escola. Encontram desde berçários a escolas que recebam crianças de dois, três, quatro anos para iniciar a alfabetização, bem como um processo de socialização, situação que se distingue daquela enfrentada pelas famílias de classes populares, que dependem das vagas — muitas vezes insuficientes — ofertadas em creches e pré-escolas públicas. A mãe de Tertunila Silva imitou um comportamento das famílias ricas, pois prestava serviços domésticos em uma residência de médicos.

Tertunila Silva estudou em escola pública, tendo concluído o Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal de educação de Campina Grande localizada no Bairro Malvinas, próxima a residência dos seus pais. Ingressou no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Campina Grande, instituição na qual concluiu o Curso Técnico de Petróleo e Gás. Hoje é estudante do Curso de Engenharia de Materiais, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tendo ingressado pelo sistema de cotas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com Renda Familiar Bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

O sistema de cotas tem previsão na Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo que as instituições federais de ensino devem reservar cinquenta por cento das vagas para alunos oriundos de escola pública, observando o percentual de preto, pardos e indígenas existentes no Estado da Federação em que as vagas estão sendo oferecidas, dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.

[...]

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Podemos afirmar que os avós de Tertunila frequentaram pouco a escola. Os pais da entrevistada estudaram, também, pouco na escola formal; a mãe é analfabeta. Observa-se, assim, que só os netos do casal raiz — no caso específico em comento, uma neta — conseguiu

chegar à universidade. Somente após quarenta anos da migração membros da família Silva ingressaram no Ensino Superior. Deste modo, pergunta-se será a educação uma estratégia para superar a pobreza?

Não se pode deixar de registrar que Tertunila foi beneficiada por uma política de ação afirmativa criada pelo Governo Federal. Ademais, devemos mostrar que durante as entrevistas realizadas, Tertunila narra as dificuldades para se manter na instituição de Ensino Superior, pois necessitava custear passagens no transporte público, não dispõe de Internet em casa, nem tampouco de um computador, tendo adquirido um notebook através de um programa de apoio disponibilizado pelo IFPB — época em que cursou o Ensino Médio na aludida instituição federal de ensino — para alunos de baixa renda.

Prosseguindo, segundo Tertunila houve um choque de realidade quando chegou ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Campina Grande, uma vez que os colegas eram diferentes daqueles com os quais conviveu até no nono ano do Ensino Fundamental na escola pública da rede municipal de Educação de Campina Grande (PB). No IFPB, pôde encontrar alunos filhos de prefeitos de cidades do interior da Paraíba, filhos de empresários, de médicos, dentre outras famílias e profissões com um bom poder aquisitivo; isto é, na percepção de Tertunila Silva, a referida instituição pública federal de ensino não só recebe alunos de baixa renda, pois alunos de melhor poder aquisitivo realizam o Ensino Médio no IFPB como preparação para ingressar em cursos como Medicina e Engenharias, que são ofertados por universidades públicas.

Outro choque de realidade enfrentado por Tertunila Silva foi quanto aos conteúdos ministrados no IFPB. Existiam, na turma do Curso Técnico de Petróleo e Gás, alunos que já haviam cursado conteúdos de Química, Física e Biologia, conhecimentos que a entrevistada não dominava, pois era oriunda da rede municipal de educação.

Já faziam uns tipos de avaliação diferentes... que tinham as disciplinas separadas. A gente tinha uma disciplina e o professor tentava separar em Gramática, Literatura, sabe? Gente que tinha lido e feito resenha... já sabia mexer em computador (Tertunila Silva).

A educação recebida pela entrevistada na escola pública da rede municipal de educação de Campina Grande se diferenciava daquela recebida pelos colegas que, como Tertunila Silva, haviam ingressado no IFPB. Muitos dos colegas de Tertunila, por serem de famílias com boas

condições financeiras, haviam estudado em escolas privadas, tendo acesso a mais conteúdos curriculares.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL

O indivíduo denominado por Bourdieu como “agente” tem princípios geradores que lhes são dados pelo espaço social no qual marca uma posição relativa, ou seja, o homem é moldado pelas estruturas estruturadas do espaço social (Jourdain; Nalin, 2017). No espaço social, temos pessoas de classes distintas, sujeitos desfavorecidos ou favorecidos economicamente, cujo capital econômico, possivelmente, influenciará o seu capital cultural.

Bourdieu (1992; 2001) trata das espécies de capital que determinam a posição do agente no espaço social. Quanto ao capital cultural — que diferentemente do capital econômico, mensurado em propriedades materiais — o sociólogo francês o define como “incorporado” (Bourdieu, 1990, 134), “contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social” (Bourdieu, *ibidem*). A entrevistada – Tertunila Silva - vem de uma realidade educacional e social distinta daquela que é vivenciada por agentes oriundos de classes sociais mais favorecidas economicamente. Tertunila Silva, por exemplo, não dispunha de computador nem Internet.

Então... Então, até a pandemia eu não tinha Internet em minha casa... Eu não tinha computador. Eu vinha prá cá [a casa dos avós — Adamastor e Albanisa Silva] sentava no chão, usava um computador do meu tio, que só funcionava se você ligasse na tomada; e demorava horrores para ligar. Como eu nunca vivi de forma diferente, não enxergava nisso dificuldade (Tertunila Silva).

A entrevistada só teve acesso a computador próprio e Internet por meio de programas estudantis oferecidos pelo IFPB a estudantes de baixa renda.

Aí quando eu comecei ter Internet em casa, foi porque tua mãe, teu pai melhorou de vida, não? Porque eu recebi auxílio do IF[PB], porque eu precisava estudar remotamente. O IF ainda demorou seis meses para começar as aulas [A situação relatada pela entrevistada é referente ao período da Pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19)] ainda com uma consciência, assim, que imaginavam que os alunos deles tinham nessa condição [ou seja, alunos que não dispunham de computador ou outro equipamento eletrônico de mídia e Internet] (Tertunila Silva).

Conforme expõe Tertunila na sua narrativa, deduz-se que o IFPB desconhecia a situação econômico-social dos seus discentes. Durante a pandemia do Covid-19, adiou por seis meses a adoção do ensino remoto. Os dirigentes da aludida instituição federal de ensino pareciam

desconhecer que existiam alunos que não dispunham de condições mínimas de participar do ensino remoto, modalidade de ensino para a qual é imprescindível um equipamento eletrônico — computador ou telefone celular — e acesso à Internet para a implementação.

Eles [o IFPB] fizeram dois tipos de auxílio, aliás três: um que dava um chip para o celular com Internet; um que dava R\$ 1.500,00 para você comprar um equipamento eletrônico [computador ou celular] e outro que dava R\$ 55,00 para você pagar Internet. Então, eu consegui ganhar dois desses três. É, assim, quem ganhar o chip não ganhava mais o auxílio Internet. Aí, eu ganhei o auxílio Internet e o auxílio equipamento eletrônico (Tertunila Silva).

Tertunila Silva é filha única de Aldenor e Brígida Silva. O pai é pedreiro e pintor de parede, enquanto a mãe é empregada doméstica atualmente desempregada. A remuneração recebida pelos pais de Tertunila, cujas atividades são exercidas em vínculos de empregos precários e informais, é insuficiente para atender satisfatoriamente às necessidades da família com alimentação, água, energia, gás de cozinha e vestimentas, mostrando-se mais insuficiente, ainda, para permitir que a filha adquira computador e custeie Internet; ferramentas necessárias para realizar as atividades da escola. A situação material desta parte da família Silva — Tertunila, Aldenor e Brígida Silva — certamente reflete a enfrentada pela maioria das famílias pobres do Brasil.

O relatório do IBGE de 2021, que trata da utilização da Internet por estudantes brasileiros, mostra que há uma diferença no acesso e uso dessa ferramenta por estudantes das redes públicas e privadas de ensino. Segundo o IBGE (2022, p. 8), “Quando se considera a rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet por estudantes do País. Enquanto 98,2% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2021, esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 87,0%”.

Tertunila Silva, como aluna da rede pública de ensino, possivelmente, compõe o percentual menor, apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad — 2021). Ainda, segundo o IBGE (*ibidem*), existem diferenças entre as regiões brasileiras quanto ao acesso à Internet por alunos de escolas públicas e privadas, com percentuais inferiores no Norte e Nordeste do País.

Assim, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a Internet foi de 73,2% e 83,2%, respectivamente, nas demais Grandes Regiões esse percentual variou de 91,0% a 92,2%. Quando são considerados apenas os estudantes da rede de ensino privada, o percentual de uso da

Internet ficou acima de 96,0% em todas as Grandes Regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Considerando a perspectiva apresentada, a pobreza pode ser categorizada, também, pela dificuldade de acesso a bens e serviços como equipamentos eletrônicos — computador, *tablet*, aparelho de telefonia móvel, aparelho de televisão — e uso desses no acesso à rede mundial de computadores, Internet. Apesar de ter havido uma redução no percentual de pessoas maiores de dez anos que não possuíam telefone celular no Brasil entre os anos de 2017 e 2019, o motivo alegado por 28,1% para não dispor do equipamento é o preço por se tratar de um equipamento caro para um percentual considerável da população, que provavelmente é remunerada por baixos salários, situação que se vislumbra na família de Tertunila Silva — pai pedreiro e mãe empregada doméstica.

No que se refere à educação, o pesquisador prosseguiu com as entrevistas narrativas biográficas com membros da família Silva, especificamente os netos. Oduvaldo Silva e Capistrano Silva, netos do casal raiz. O primeiro graduado em História e o segundo em Farmácia, estudantes de escolas públicas, sustentam nas entrevistas que foram bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), de programas de extensão, bem como foram beneficiários do restaurante universitário, dentre outros auxílios destinados a estudantes universitários de baixa renda.

Os aludidos membros da família Silva afirmaram que o acesso a auxílios financeiros e programas para universitários de baixa renda foi possibilitado pela condição de beneficiários de Programas Sociais como o Bolsa Família, pois Anielda Silva, mãe dos entrevistados, era, à época em que faziam a graduação, inscrita no cadastro único (CadÚnico) do Governo Federal.

O Programa Bolsa família, criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 — 2006), é um programa de transferência direta e condicionada de renda, que tem como objetivos, dentre outros, combater a fome e “contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações” (Medida Provisória nº 1.164/2023).

Podem ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) as famílias que têm renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a duzentos e dezoito reais, ou seja, para ser elegível ao referido Programa, a família deve preencher requisitos condicionados à renda estabelecidos em lei. Ademais, há condicionalidades relativas à realização de pré-natal, cumprimento do calendário nacional de vacinação e frequência escolar mínima dos filhos

menores das beneficiárias. Conforme dados da CGU, mais de vinte e um milhões de famílias são beneficiadas com o PBF.

Em uma pesquisa no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU), constata-se que há — dados de janeiro a junho de 2023 — 21.208.943 de famílias beneficiadas com o Novo Bolsa Família, totalizando mais de cinquenta e dois bilhões de reais dispendidos pelo Governo Federal para o pagamento dos benefícios.

Oduvaldo Silva e Capistrano Silva eram beneficiários do Programa Bolsa Família. Sustentam que esse benefício social era fundamental para a aquisição de alimentos, situação que dava uma segurança para que Anielda Silva, mãe dos entrevistados, trabalhando informalmente como empregada doméstica, pudesse garantir a subsistência material da família.

A questão dos programas de auxílio público. É de... um Bolsa Família, um Bolsa Escola. Esses programas sociais... Assim... pra justamente pegar aquele dinheiro para comprar o material escolar, um sapato... tudo era revertido para estudo [...] Mais na frente, nos meus estudos, me deparei em situações que tive que “brigar” pelo Bolsa Família. Porque tinham pessoas que diziam que tem gente que não quer trabalhar, não quer fazer nada, não quer estudar. E eu me vi na situação de ter de defender porque eu sou cria e filho desses programas e eu estou aqui por conta disso... (Capistrano Silva).

Capistrano Silva, farmacêutico de formação, encontra-se desempregado, logo sem uma renda permanente. Trabalhou como professor, por um período letivo, em uma faculdade privada de Campina Grande. Oduvaldo Silva é professor do componente curricular História em uma escola privada de Campina Grande. Leciona em turmas do Ensino Fundamental e Médio. Segundo informou, a remuneração é razoável para as horas de atividades que destina ao magistério.

Quando cursava o Técnico em Informática, na antiga Escola Redentorista, na qual era bolsista, Capistrano Silva, afirma que:

Lhe dão uma bolsa, você estuda que é para não deixar as minhas notas caírem, porque eu sou bolsista e eu como bolsista o padre [a Escola Redentorista pertencia a Diocese de Campina Grande] vai tirar minha bolsa e não posso porque minha mãe não tem condições financeiras de pagar essa mensalidade e eu preciso estudar aqui para dar um futuro melhor para minha mãe que está batalhando (Capistrano Silva).

A mãe de Capistrano Silva continua batalhando, pois trabalha como contratada da Prefeitura de Campina Grande, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, pela qual

recebe a remuneração de um salário mínimo, hoje R\$ 1.412,00. Assim, constata-se que Capistrano não conseguiu, ainda, mesmo sendo Técnico em Informática e graduado em Farmácia, dar uma melhor condição de vida material à genitora.

Na Universidade eu continuei tendo muita ajuda de políticas públicas é... assim... eu nunca escondi a realidade da minha vida...minha mãe sempre me disse para eu não ter vergonha de dizer que tinha necessidades [financeiras]... precisar de alguma coisa, está passando por dificuldades [materiais] (Capistrano Silva).

Os pobres, na definição de estudiosos como Zaluar (1994), são aquelas pessoas incluídas nas faixas mais baixas de remuneração. Spiker, Léguizamon e Gordon (2009) associam os pobres às carências materiais ou de qualidade de vida. Na fala do entrevistado, encontramos outras categorizações para conceituar o pobre. No dizer de Capistrano Silva, o pobre é aquela pessoa “que não tem nada”, que não dispõe dos recursos financeiros para estudar, que carrega o estigma do financeiramente menos favorecido e, com todos esses predicativos, tem de provar que é pobre.

No Ensino Médio queria ser técnico em informática, porque tem [tinha] uma escola muito famosa em Campina Grande; o Redentorista. Eu tenho que ser técnico em informática. Aí eu fui estudei e passei [no processo seletivo para ingresso no Redentorista]. Não passei com bolsa nesse tempo; depois é que eu me tornei bolsista. Porque é... você tem de ir lá e provar que não tem condições de pagar para estudar... pra dar informação... para ser alguém na vida. Lá vai eu provar que sou pobre... que minha mãe não tem nada [risos]. É tanto que a gente ficava esperando a visita de uma assistente social, que eu acho que era uma lenda para assustar quem pedia bolsa [risos]. E a gente ficava esperando essa mulher todo mês; ela nunca apareceu até hoje. Sofri e ganhei a bolsa. O que é que eu fazia? Você tem aquele estigma de ser menos favorecido de dinheiro... Aí você está em uma escola em que a mensalidade é muito cara, porque o curso era técnico em informática e era o mais famoso de Campina [Grande] (Capistrano Silva).

Os netos de Adamastor Silva — Capistrano Silva e Oduvaldo Silva — que concluíram cursos de graduação nas áreas de saúde e licenciatura — narram que foram beneficiados pelo sistema de políticas afirmativas criado pela Lei nº 12.711/2012 — Lei de cotas — implantado pelo Governo de Luís Inácio da Silva - Lula (2003 — 2010), tendo concorrido às vagas reservadas a alunos de baixa renda, oriundos da escola pública. Narram, ainda que durante o Ensino Fundamental e Médio foram beneficiários/favorecidos de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e Bolsa Escola, considerados por eles como fundamentais à sua manutenção deles na escola, uma vez que os recursos auferidos pela genitora nas atividades

laborais exercidas não eram suficientes para mantê-los com transporte, material escolar e outras despesas essenciais à escola.

Vivendo em um contexto de privações, como discente do Curso de Farmácia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Capistrano Silva relata que conversou com a Coordenadora do Curso de Farmácia e falou do interesse de participar de projetos universitários que tivesse bolsa, pois não dispunha de condições financeiras suficientes para se manter na Instituição de Ensino Superior na qual ingressou, uma vez que a mãe e o irmão — Oduvaldo Silva —, não estavam trabalhando.

Eu não estou em condições de me manter na Universidade... Não tenho vergonha de dizer que estou passando por necessidade [dificuldades financeiras]. E eles me ajudaram sempre [Coordenadores e professores do Curso de Farmácia (UEPB)]. O que é que acontece? Passei a universidade inteira correndo atrás de bolsa de estudos de extensão, de Pibic, de todo tipo de projeto que você imaginar... Por que era o que mantinha a gente: para tirar uma xerox, comer, pra pagar um transporte público (Capistrano Silva).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem como objetivo preparar discentes dos cursos de graduação para programas de pós-graduação — mestrado e doutorado — ensinando os fundamentos e métodos da pesquisa científica através do campo de conhecimento do professor-orientador. O valor da bolsa Pibic para o biênio 2023 — 2024 é de R\$ 700,00.

O entrevistado fala da importância dos programas de bolsas de projetos de extensão, Pibic, fundamentais para manter os alunos das classes populares — cotistas de baixa renda na universidade. Capistrano Silva ingressou na universidade como cotista e sustenta que para permanência no curso superior necessitava de programas estudantis. Desse modo, podemos afirmar que o aluno de baixa renda — aluno de escola pública — para entrar e permanecer na universidade e concluir o curso de graduação — carece de incentivos públicos, a exemplo de programas de bolsas e outros auxílios como restaurante e residência universitária. Logo, para se driblar a pobreza é necessário mais do que esforço individual, sendo o suporte governamental um vetor imprescindível para que as classes populares enfrentem a pobreza que, no Brasil, afeta milhões de famílias.

3.3 O DESAFIO DE ESTUDAR O DOBRO

A orquestração de diversos esforços feitos por educadores, líderes sociais, movimentos estudantis e lideranças políticas, tem contribuído nas últimas décadas para fortalecer a representação da educação como um direito do cidadão. Nos dias atuais, poderíamos dizer que a educação é considerada como um direito instituído e embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). No entanto, a educação, para os pobres, continua sendo um direito permeado de problemas seculares cujo desenlace finda na evasão escolar¹³. O fracasso escolar se constitui como evasão escolar e repetência, configurando-se como um dos maiores desafios da educação por ser envolvida em aspectos estruturais e funcionais. Segundo Patto:

a reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre (PATTO, 1997, p. 59).

Nas entrevistas com os cinco netos da família Silva, que tiveram oportunidade de ingressar na educação superior, observamos que as dificuldades de acesso ao estudo tem um componente de gênero. Parece ser que para as mulheres o acesso à educação plena é um desafio maior que para os homens.

Nesse sentido, são interessantes os dados da pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada em 2009. Essa pesquisa constatou que 53% dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são mulheres. Cada mulher tem o seu perfil, sua individualidade; os obstáculos encontrados por cada uma nunca será o mesmo da outra. Apesar de todos os esforços, os dados da pesquisa mostram que depois de diversas tentativas de concluir os estudos, o cansaço, as múltiplas tarefas domésticas e de emprego, sufocam o desejo de aprender, de estudar.

Para a família Silva, a teimosia dos cinco jovens para vencer nos estudos é causa de celebração. Os avós — Adamastor e Albanisa Silva — expressam o maior orgulho por terem netos graduados em História, Farmácia, Ciências Contábeis e Ciências Biológicas. O casal raiz esperava que os filhos tivessem conseguido entrar na universidade e se graduar, circunstância que só viram se concretizar em alguns netos.

A gente da escola pública tinha as oportunidades limitadas... Aí o que.. que a gente fazia... Vou estudar o dobro. Na escola particular a pessoa está estudando em um

¹³ SILVA, Eliana Maria da Nóbrega. SANTOS, José Ozildo dos. **Evasão Escolar**: um problema, várias causas. REBES - ISSN 2358-2391 - (Pombal - PB, Brasil), v. 5, n. 4, p. 30-35, out.-dez., 2015.

nível mais confortável... Aqui eu não tenho tanto acesso. Tenho que me virar. Estudar na escola, em casa, estudar mais que era para as notas ficarem sempre tranquilas. Como nós tínhamos que estudar... mainha fazia esse papel. — Estude que este será o futuro de vocês. Ela trabalhava bastante para isso... [Aniella Silva trabalhava para que os filhos pudessem apenas estudar] (Capistrano Silva).

Da fala do entrevistado, percebe-se a educação e o estudo defendidos pela genitora desse como estratégias para driblar a pobreza. Aniella Silva não teve a oportunidade de estudar ao ponto de concluir o Ensino Fundamental, Ensino Médio e ingressar no Ensino Superior. Nas entrevistas narrativas, a mãe de Oduvaldo e Capistrano Silva declarou que não estudou muito porque necessitava trabalhar desde muito nova — infância e adolescência — para complementar a renda da família Silva.

A vida da família Silva no Sertão é pautada por muitas dificuldades de acesso a serviços públicos como educação, conjuntura que fica evidenciada na fala dos membros da família de Adamastor e Albanisa Silva, que frequentaram pouco a escola formal. No entanto, o Senhor Adamastor Silva explana de forma orgulhosa, quase apaixonada, a conquista dos netos — terceira geração da família — que puderam estudar, concluindo cursos de graduação. A formação universitária trouxe benefícios financeiros à família em quantidade capaz de promover uma ruptura com a condição de pobreza? Sustentamos que ainda não.

Prosseguindo com a discussão sobre a educação como estratégia para driblar a pobreza, citaremos Cíntia Silva — neta de Adamastor e Albanisa Silva — graduada em Ciências Biológicas — licenciatura e bacharelado — pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a qual ingressou na universidade através do sistema de cotas, instituído pela Lei nº 12.711/2012, que prevê a reserva de cinquenta por cento das vagas para alunos oriundos de escola pública nas instituições federais de ensino. Cíntia Silva cursou o Ensino Médio em escola da rede pública de ensino.

A entrevistada é professora contratada de uma Prefeitura da região do Cariri paraibano. Pelo exercício do magistério recebe um salário abaixo do piso nacional do magistério, uma vez que não é servidora efetiva da municipalidade em que leciona. Tratando da questão do trabalho precário e temporário, a Oxfam (2018, p. 12), relata que esse tipo de ocupação

é a norma nos países em desenvolvimento e é uma realidade cada vez mais visível em nações ricas. Os empregados temporários recebem salários mais baixos e têm menos direitos e menor acesso à proteção social. **As mulheres e os jovens são os mais propensos a aceitar empregos desse tipo**”.

Desta forma, segundo a Oxfam (2018), “ter um emprego não significa escapar da pobreza. Estimativas recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que um entre cada três trabalhadores de países emergentes e em desenvolvimento vive em situação de pobreza” (p. 11). Pois, “Quase 43% dos trabalhadores jovens de todo o mundo ainda estão desempregados ou trabalham, mas continuam vivendo em situação de pobreza” (Oxfam, *op. cit.*, p. 12).

Dando continuidade, Joaquim Silva, irmão de Cíntia Silva, é graduado em Ciências Contábeis, pela União de Ensino Superior de Campina Grande (Unesc), tendo sido beneficiário do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do governo federal, instituído pela Lei nº 10.260/2001, destinado a estudantes que possuem renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até três salários mínimos, ou seja, estudantes de baixa renda.

Joaquim e Cíntia Silva são filhos de Ana Nery Silva, que estudou até o nono ano do Ensino Fundamental e trabalha como auxiliar de serviços gerais na limpeza de agências bancárias e empresas do setor privado de Campina Grande (PB), hoje remunerada, mensalmente, com a quantia de um salário mínimo. Para a Oxfam (2018, p. 11), “A renda do trabalho é a fonte mais importante de renda para a maioria das famílias [...] Para muitos dos mais pobres, essa renda vem [...] dos salários”, que mesmo trabalhando, continuam, ainda, vivendo na pobreza.

Ana Nery Silva não se recorda, com riquezas de detalhes, da viagem da migração da família do Sertão paraibano para a região metropolitana de Campina Grande (PB), pois era criança. Lembra remotamente que viajaram em um caminhão do sítio onde moravam em Passagem até a cidade de Patos (PB). Ana Nery afirma que, em Campina Grande, estudou no Colégio Estadual de Bodocongó. Não avançou tanto nos estudos porque foi impelida a trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas de manutenção da família. Declara que toda a família trabalhava: as mulheres em ocupações domésticas em casas de família e os homens em atividades principalmente da construção civil; estudar só era possível no turno noturno.

Logo, verificamos que o enfrentamento da pobreza depende de uma série de estratégias a exemplo de educação, trabalho e renda, redes de apoio, dentre outras, sendo fundamental a presença governamental que atua por meio de programas sociais de distribuição de renda e acesso à educação.

Verificamos, também, que mesmo tendo formação universitária, situação de alguns netos de Adamastor Silva, a exemplo de Oduvaldo, Capistrano, Cíntia e Joaquim Silva, esses

ainda não foram inseridos no mercado de trabalho em ocupações com retorno financeiro suficiente para superar a condição de pobreza, pois exercem atividades laborais precárias com baixa remuneração, bem como enfrentam o desemprego, o que não lhes permitiu, ainda, uma mobilidade social às classes sociais consideradas mais favorecidas economicamente.

CAPÍTULO IV

4 TRABALHO E RENDA NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA

Em regiões como o Centro-Oeste brasileiro, onde o trabalho agrícola é mais pujante, notamos que a força de trabalho é constituída principalmente pela população migrante. As migrações para esse tipo de trabalho, nem sempre são definitivas. O trabalhador nordestino passa períodos de trabalho na região agrícola e retorna ao seu lugar de origem. No entanto, quando a migração se faz a partir da busca de melhores condições de vida, como é o caso dos refugiados do clima, observamos que a inserção em novos territórios tende a ser definitiva.

Constatamos em nossa pesquisa que dadas as dificuldades climáticas, a escassez de água e de condições mínimas para que o trabalho agrícola possa assegurar a sobrevivência da família Silva, no Sertão paraibano, a migração à cidade grande se apresentou como uma estratégia, como um respiro de esperança para alcançar melhores condições de vida. Segundo o patriarca da família, o casal sempre soube que a mão de obra nas cidades nunca é suficiente para satisfazer as demandas do mercado de trabalho. As análises dos efeitos das migrações são enriquecidas por uma série de olhares controversos sobre as condições de sobrevivência ou desempenho econômico do campesinato, em oposição à proletarianização e à sua função como exército de reserva das diversas manifestações do capitalismo contemporâneo.

Quando entrevistamos os filhos da família Silva, observamos que eles tinham o mesmo olhar sobre eles que o de seus patrões: eles eram vistos como proletários, como sujeitos que compõem o exército de reserva móvel de trabalhadores polivalentes. Quase todos eles já tiveram experiências como servente de pedreiro, estocador de loja, jardineiro ou diarista, que pode auxiliar em qualquer trabalho braçal. Sem possuir qualificação profissional nos serviços que prestam, eles reconhecem que ocupam o estrato mais baixo do mercado de trabalho e que sua luta é por melhorar seu salário ou, pelo menos, que nunca falte “um serviço” para prestar. Segundo eles: “O serviço é o ganha-pão”. No andamento deste capítulo, tentaremos mostrar que, como ocorreu com os pais, os filhos da família Silva têm uma vida laboral ativa e seu cotidiano se esgota no trabalho, embora as condições de trabalho não sejam as mais adequadas, os salários não atendam todas suas necessidades e a intensidade dos serviços não se reduza.

4.1. TRABALHO E VIDA CONTEMPORÂNEA

O trabalho ou a ética do trabalho era o eixo principal na orientação das pessoas integrantes da sociedade pós-tradicional ou moderna, ou seja, o trabalho ocupava um lugar central na vida dos indivíduos. “Em síntese: o trabalho era o principal ponto de referência, em torno do qual se planejavam e ordenavam todas as outras atividades da vida” (Bauman, 2000, p. 35).

Maciel e Grillo (2009), aludindo ao trabalho considerado como vetor fundamental para assegurar uma vida materialmente digna às pessoas, afirmam que:

Se o trabalho é mesmo central em nossa vida, como assim parece, este texto é um convite para uma reflexão sobre o que ele realmente é para uma parcela significativa dos brasileiros, ou seja, aqueles que possuem ocupações precárias, que chamaremos aqui de “trabalho desqualificado” (p. 241).

Os autores supracitados se referem às pessoas que exercem atividades que requerem baixa escolaridade e que têm rendimentos financeiros baixos — empregados domésticos, faxineiras, babás, cuidadores, zeladores, motoboys, porteiros, ambulantes, atividades informais — de maneira contundente — adjetivando o trabalho desses como desqualificado (“perigoso, sujo ou pesado” (Souza, 2011) — podemos dizer que a adjetivação é pejorativa). No entanto, é uma realidade na sociedade brasileira a desvalorização das ocupações laborais da população em situação de pobreza e, conseqüentemente, privada de direitos fundamentais sociais.

Quanto ao mercado de trabalho e pobreza na Paraíba, segundo pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), “o estado da Paraíba é marcado por um arranjo administrativo que possui 90% dos municípios com menos de 40 mil habitantes, 60% deles têm menos de 10 mil [habitantes]”. Assim, “São municípios majoritariamente pobres [com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio ou baixo] e quase 60% dos trabalhadores estão em ocupações informais, o que corresponde a 882 mil pessoas. A Paraíba tem o 3º menor índice de trabalhadores com carteira assinada” (POBREZA..., mai. 2022).

Avançando com a discussão trabalho e pobreza, o que dizer do crescente desemprego que assola a sociedade hoje? No Brasil, por exemplo, o número de pessoas desempregadas ultrapassa quatorze milhões, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2001. No terceiro trimestre de 2023, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o percentual de desempregados no

Brasil atingiu 7,7% da população que procura por emprego. Esse número de desempregados afeta 7,9% da população economicamente ativa (PEA), segundo dados da PNAD — primeiro trimestre de 2024.

O trabalho, como vetor a orientar as demais atividades da vida humana, em um mundo de desempregados e sem as condições mínimas materiais para a sobrevivência, afasta o trabalho do papel de referência central na vida dos sujeitos. Nesse contexto, Bauman diz que ser pobre pode significar coisas distintas. Logo, “Se em outra época "ser pobre" significava estar sem trabalho, hoje alude fundamentalmente à condição de um consumidor expulso do mercado” (Bauman, 2000, p. 11-12). Assim, o indivíduo trabalha, porém continua pobre, pois o trabalho informal, precário e mal remunerado é incapaz de emancipar as pessoas das condições de pobreza as quais estão submetidas.

As relações precárias de trabalho provavelmente revelam exploração da mão de obra obreira, situação que favorece aos empregadores. No caso da América Latina, Brasil e, especialmente, o Estado da Paraíba (PB), podemos associar a pobreza, também, com a dependência capitalista das nações periféricas às economias dependentes de países subdesenvolvidos, em que a exploração da mão obra operária é fonte para a maximização do lucro, objetivo principal do sistema capitalista hegemônico.

Houve um aumento dos ganhos financeiros para as classes populares na América Latina (Cepal, 2019). No entanto, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina não diminuiu a pobreza. Pelo contrário, os percentuais de pobreza e pobreza extrema aumentaram. Podemos afirmar, então, que a pobreza não diminui apenas com o aumento do PIB. Há outros fatores, além da renda, que influenciam os números sobre a pobreza? “No período 2014-2019 o PIB da América Latina e do Caribe cresceu em média 0,3% ao ano” (Cepal, 2020). Outrossim, não é qualquer trabalho que pode emancipar as pessoas da sua condição de pobreza. O trabalho precário, informal e com baixa compensação financeira se apresenta como insuficiente para que os indivíduos superem a pobreza. Sob essa argumentação, citamos como exemplo a família Silva, cujo trabalho — trabalho precário, informal — integra a trajetória de vida desta. Nesse sentido, a despeito das atividades laborais que a família Silva vem realizando a décadas, a pobreza tem sido uma companheira inseparável dos Silva.

4.2 O TRABALHO COMO ESTRATÉGIA PARA DRIBLAR A POBREZA

“Segundo a ONU, mais de 60% da força de trabalho global, ou 2 bilhões de pessoas, conseguem seu sustento na economia informal”.
(ONU News, 22.02.2022)

Trazendo a discussão da categoria trabalho para a consecução da presente tese, na coleta de dados realizada com a família pesquisada, verificamos que são diversas as ocupações exercidas pelos membros da família Silva. Temos pedreiros, pintor de paredes, faxineiros, cuidador de idosos, embalador em supermercados, empregados domésticos, vendedores de bilhetes para sorteios de prêmios, dentre outras ocupações que exigem baixa escolaridade e que são pagas com remunerações insuficientes para que a família supere a pobreza. Por exemplo, Aldenor Silva é pedreiro, Anielda Silva e Ana Nery Silva são faxineiras. Além dos membros familiares dos Silva que se encontram desempregados, impera na família as relações informais de trabalho. As pessoas citadas — filhos de Adamastor Silva — ou trabalham sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou são regidos por contratos temporários de natureza precária ou, ainda, realizam atividades laborais informais.

O trabalho, mesmo informal, tem sido uma constante na vida de Aldenor Silva, que chegou a concluir apenas o quarto ano do Ensino Fundamental, na Escola Severino Cabral, localizada em um bairro periférico de Campina Grande, frequentando a escola no turno noturno. Das informações colhidas na entrevista biográfica de Aldenor Silva, concluímos que a baixa escolaridade está associada à dificuldade em compatibilizar a escola com o trabalho. Desde tenra idade, por ser um dos filhos mais velhos do casal Silva, o entrevistado foi impelido a trabalhar nas atividades, principalmente, agrícolas para auxiliar os pais com a renda necessária à manutenção da família.

Prosseguindo com a categoria trabalho como estratégia para driblar a pobreza, Dona Albanisa Silva era lavadeira de roupas nas casas de famílias que podiam pagar pelo serviço, como ela manifesta durante as entrevistas narrativas. “Mais aí eu já trabalhava. Saía de manhã para trabalhar. Ela [uma vizinha] tomava conta de meus filhos. Eu chegava às oito horas da noite, tinha dia”. – A Senhora trabalhava em quê?

Lavando roupa, passando roupa e lavando na casa... na... na casa do prefeito. Nesse tempo ele era prefeito [Cláudio Gomes¹⁴]. Arrumei uma grande amizade com ele... a

¹⁴Nome fictício em respeito à privacidade das pessoas

gente tudin... que ele é sertanejo também. Não sei, parece que é de [cidade do Sertão paraibano], essa família dele. E... e... Dona Neide Gomes, a esposa dele, uma pessoa muito maravilhosa [risos] comigo; não sei se com outras pessoas... que eu sei chegar e sei sair, com Deus e agradando as pessoas (Albanisa Silva).

Dona Albanisa Silva trabalhou lavando e passando roupa, configurando atividade doméstica exercida informalmente em casas de famílias com certo poder aquisitivo para pagar por tais serviços. No caso exposto, trabalhava na casa do prefeito de uma pequena cidade da região metropolitana de Campina Grande. Saía muito cedo de casa, pela manhã, e chegava à noite.

A entrevistada era submetida a uma jornada exaustiva de trabalho, atividade realizada sem amparo de direitos trabalhistas e pautada na informalidade, o que restou demonstrado nas páginas desta tese, uma vez que a entrevistada, hoje, é dependente de um Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago pela Assistência Social, pois não conseguiu se aposentar. No Capítulo IV, no qual tratamos dos direitos sociais na trajetória da família Silva, registramos que Dona Albanisa Silva, como outros membros da família, é beneficiária de uma BPC.

Do ponto de vista do pesquisador, é inconcebível a narradora enxergar as pessoas que a exploraram como amigas, pessoas maravilhosas, creditando a correção e a postura adotada [“sei chegar e sei sair”] por essa na execução das atividades, bem como o comportamento que adota no interior da residência como elemento para a aceitação por parte dos patrões. Dona Albanisa é enfática em demonstrar que gozava da confiança dos donos da casa. A correção moral é tida pela entrevistada como um bem inestimável. Assim, pode-se não ter a riqueza material, porém o bem maior é a boa reputação, a confiabilidade, a credibilidade que expõe perante as pessoas — é saber entrar e sair, no dizer da entrevistada.

O comportamento esboçado por Dona Albanisa Silva reflete a descrição de pobre apresentada por Engels (2010, p. 47), bem como o comportamento dos pobres em relação às classes mais abastadas da sociedade. Segundo Engels,

Raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da Bíblia e, em sua singela humildade, tinham boas relações com as classes mais altas da sociedade.

Será a submissão a jornadas exaustivas de trabalho — superexploração da mão de obra doméstica — uma estratégia para driblar ou conviver com a pobreza? Pois é vendendo por

baixa remuneração a mão de obra que muitas pessoas pobres adquirem os poucos recursos financeiros com os quais sobrevivem.

Neste contexto de discussão da relação dos trabalhadores de classes populares com aquelas pessoas que pagam pela mão de obra que oferecem, Aldenor Silva, além de ter trabalhado como ajudante de pedreiro, caseiro, vaqueiro em fazendas do Cariri da Paraíba, dentre outras atividades de baixa remuneração — vem trabalhando em construção, reformas de residências de alto padrão em condomínios de luxo na cidade de Campina Grande; também, como Dona Albanisa, apresenta uma preocupação, durante as entrevistas narrativas, de enfatizar o ser honesto, de cobrar preço justo pelas atividades realizadas, de economizar o material recebido para as obras e serviços que realiza nas empreitadas para as quais é contratado, especificidade que chamou a atenção do pesquisador. Por que esta ênfase em comportamentos que devem ser habituais nas relações sociais?

Durante as entrevistas narrativas biográficas realizadas com o citado interlocutor, verificou-se que o mesmo não estudou mais ou prosseguiu estudando por que desde cedo foi impelido a trabalhar para contribuir com o sustento material de todos os membros da família, pois apenas as atividades empreendidas pelo pai e a mãe eram insuficientes a atender às necessidades básicas com alimentação, transporte, moradia e outros direitos sociais previstos no arcabouço normativo brasileiro, considerados mínimos a uma vida que respeite o princípio da dignidade da pessoa humana.

Percebe-se a constante ênfase à honestidade, à correção moral, o ser aceito pelos patrões porque é honesto e cobra um preço justo pelos serviços executados como pedreiro, porque executa os serviços contratados de conformidade com o que é pré-estabelecido pelo contratante.

A honestidade, a correção moral, a dignidade e o respeito com as pessoas vem, certamente, da prática religiosa cultivada no seio da família Silva. Dona Albanisa é rezadeira, portanto, procurada por pessoas – vizinhos, amigos, dentre outros – para rezar pela solução de problemas de cunho pessoal – doença, desemprego, dificuldades familiares - enfrentados por membros da comunidade em que vive.

Nas visitas realizadas a residência dos Silva, durante a pesquisa, observamos muitas crianças que chegam a casa e pedem “a benção” a Dona Albanisa, gesto corriqueiro que demonstra o respeito que a matriarca dos Silva adquiriu e goza no bairro em que reside em decorrência da honradez e dos princípios religiosos que carrega: a condição de rezadeira.

Reiterando o que foi dito anteriormente, na questão de demonstrar ser pobre honesto ou viver honestamente na pobreza, Adamastor Silva explicita que, quando morava no Sertão paraibano, recorria a empréstimos bancários destinados a agricultores, cujo destino dos recursos era investir no cultivo de algodão, milho e feijão. Ao ser beneficiado com os recursos, geralmente, oriundos de bancos públicos, a exemplo do Banco do Brasil, Seu Adamastor é efusivo em afirmar a correção em cumprir os prazos de pagamento e demais exigências da instituição financeira credora.

Esse entusiasmo em demonstrar honestidade e correção é percebido em obras da Literatura de 30 no Nordeste. Fabiano, personagem de “*Vidas Secas*”, de Graciliano Ramos, fica profundamente ofendido quando é chamado de ladrão. Chico Bento, em “O quinze”, de Raquel de Queiroz, sente-se ultrajado no momento em que é adjetivado de ladrão pelo dono de uma criação que ele mata para saciar a fome da família. Zé Luís, de “Homens e caranguejos” — Josué de Castro, que, ao fazer uso de um queijo para alimentar os filhos, é alcunhado de ladrão pelo dono do produto. Logo, questiona-se o porquê de o pobre fazer uso de *accounts* — “ato de dar satisfação, a prestação de contas” (Scott; Lyman, 2008, p. 140) — de honestidade para justificar uma vida digna enquanto indivíduo em um país, como o Brasil, que é marcado pela desigualdade. Nos parece que a riqueza do pobre está em ser honesto e apresentar uma correção moral, elementos caros a esse.

Aldenor Silva, que mora em uma residência construída no mesmo terreno do imóvel dos pais, em nenhum momento questiona as dificuldades que enfrenta no dia a dia como trabalhador informal, recebendo baixa remuneração pelas atividades que desenvolve, situação de exploração que vivencia cotidianamente. Trabalhando para pessoas ricas — profissionais liberais, médicos, arquitetos; empresários do setor de combustíveis e transportes, professores universitários, dentre outros — não faz nenhuma relação entre a sua pobreza e a riqueza dos patrões.

Corrêa (1981), tratando dos estudos de família no Brasil, a partir das discussões realizadas por estudiosos como Gilberto Freyre — “*Casa Grande e Senzala*” (1933) — e Antonio Cândido — “*The Brazilian Family*” (1972) —, sustenta que “A história das formas de organização familiar no Brasil tem se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica — a ‘família patriarcal’ (p. 6), que segundo a aludida pesquisadora “é o modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro”, sendo “todos os

outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiários dela ou de tal forma inexpressivos que não merecem atenção” (Corrêa, *ibidem*).

A argumentação de Corrêa (1981) sobre as formas de organização familiar no Brasil nos leva a inferir que esses valores — honestidade, correção moral — sejam estratégias da família Silva, que se mostra distinta do modelo patriarcal familiar, em ser aceita pelas famílias ricas, que no dizer de Corrêa (1981) “institui na prática a marginalização de outras formas familiares” (p. 14). Ou seja, famílias pobres cuja união se dá por motivos outros e não pelos interesses familiares que embasam as famílias patriarcais.

Prosseguimos aduzindo que o proceder de forma correta na sociedade é um dever de todo sujeito; apresentar e agir com comportamentos socialmente aceitáveis deveria ser o compromisso de todo indivíduo. Logo, por que a insistência em justificar, isto é, oferecer *accounts* para enfatizar condutas que são previstas nos pactos sociais? Das falas dos pesquisados, depreendemos que os *accounts* — honestidade e correção nas ações — servem como uma retratação aos estigmas impostos aos pobres, geralmente pessoas oriundas de periferias das grandes cidades, com baixa escolaridade; muitas vezes associadas a práticas desonestas e criminosas como furto e roubo.

Sob essa compreensão, considera-se que as desculpas para a aceitação dos pobres pelos patrões são, por exemplo, a honestidade, o cobrar preço justo. Registre-se que em momento algum das entrevistas narrativas foi perguntado ao membro da família Silva — o pedreiro Aldenor Silva — sobre atos ou justificativas da relação dele com as pessoas para quem presta serviços, contudo ele já se adiantava em sustentar a sua correção de caráter, de honestidade. O transitar entre pessoas que possuem um alto poder aquisitivo, que residem em imóveis caros é encarado como uma aceitação por parte dos patrões, quase um prêmio, cuja desculpa é principalmente a figura do pobre como pessoa honesta.

Neste cenário da discussão do trabalho como estratégia para driblar a pobreza, Dona Albanisa Silva prossegue relatando que trabalhou muito tempo em diversas residências da cidade de Boqueirão (PB). Segundo ela “Arrumava, assim, um trabalho para mim, para não estar em casa, para ajudar, para não faltar as coisas melhor[es] para... para eles; que a feira não faltava não; aluguel também não faltava”, uma vez que “Eram as meninas, filhas bem novinhas”: [Almerinda Silva, Angelina Silva, Anielda Silva], que, com a remuneração do trabalho doméstico e em plantações de hortifrutigrangeiros, pagavam o aluguel da residência que abrigava a família Silva durante a estada em Boqueirão.

“[Albemaioir Silva], se você visse o tamanho de Albemaioir. Parecia que tinha oito anos ou era nove anos; deste tamanin! Se perdia dentro dos campos de verduras — plantações de tomate às margens do açude de Boqueirão — trabalhando com o pai”. Segundo a narrativa de Dona Albanisa Silva, todos ou quase todos os membros da família trabalhavam para manter os pagamentos das obrigações familiares. Pois eram recursos financeiros para a quitação de aluguel e aquisição de alimentação, que conforme informa a entrevistada não faltavam. No entanto, se observa pelo depoimento da narradora que os filhos se encontravam ainda na infância ou adolescência, pois as “meninas” eram novinhas e, no caso de Albemaioir Silva, este estava entre oito e nove anos, em idade escolar, embora trabalhasse. Segundo normas internacionais, a exemplo das convenções sobre a idade mínima para admissão ao emprego, o trabalho precoce consolida e reproduz a pobreza, mostrando-se como óbice a que crianças e adolescentes suplantem as deficiências estruturais através da educação.

Constata-se, dessa realidade explanada, que o trabalho infantil é uma prática que, provavelmente, acompanha a maioria das famílias pobres. Os filhos em idade escolar são compelidos a trabalhar para garantir a sobrevivência material da família. No futuro, possivelmente, teremos adultos com baixa escolaridade; trabalhando em atividades informais e recebendo baixa remuneração e, conseqüentemente, pobres.

“[A] Constituição brasileira de 1988 admite o trabalho, em geral, a partir dos dezesseis anos, [vedando-o] nos casos de trabalho noturno, perigoso ou insalubre”, para os quais reconhece a idade mínima de dezoito anos (IBGE, 2016, p. 1). Ademais, a “Constituição admite, também, o trabalho a partir dos quatorze anos, mas somente na condição de aprendiz”. Nessa perspectiva, define-se o trabalho infantil como “aquele realizado por crianças com idade inferior à mínima permitida para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no País” (IBGE, *ibidem*).

O documento em comento aponta que o “trabalho infantil tem diversos efeitos perversos sobre o desenvolvimento das crianças”, elencando “a entrada tardia na escola e a evasão escolar e, de outro, as enfermidades contraídas em função do trabalho realizado” (IBGE, 2016, p. 3). O aludido documento sustenta que, dentre as causas que motivam o trabalho infantil, pode-se indicar o vínculo deste com a “pobreza, que leva as famílias a ofertarem a mão de obra dos filhos muito cedo” (IBGE, *op. cit.*, p. 8), contexto que os impede de frequentar a escola, transformando-os no futuro em adultos com baixa escolaridade, candidatos a trabalho informal e a vagas de emprego com baixa remuneração.

Conforme relatório da Cepal sobre superação da pobreza e inclusão laboral (Cepal, 2019), 21,8% das pessoas ocupadas na América Latina viviam na pobreza e o percentual de 6,4% se encontrava na condição de extrema pobreza, ou seja, ainda que ocupadas, essas pessoas não conseguiam superar a pobreza. Segundo o referido relatório, “trabalhar de forma remunerada não é garantia de superação da pobreza ou da extrema pobreza, devido às condições em que esse trabalho é exercido¹⁵” (Cepal, 2019, p. 24). Assim, “O combate à pobreza e à desigualdade requer mais emprego formal e políticas sociais que conduzam a sistemas universais de proteção social” (Cepal, 2022, p. 8).

Logo, não é o exercício de qualquer trabalho que levará as pessoas à superação da pobreza. “É necessário, portanto, que se trate de um trabalho decente, ou seja, um trabalho adequadamente remunerado e exercido em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade humanas” (Cepal, *ibidem*). O trabalho decente é definido pelo IBGE (2016, p. 1 e 2) como sendo

não apenas a geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também a superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes.

O trabalho infantil como “estratégia para driblar a pobreza” traz consequências danosas ao futuro da população das classes populares. Adultos que viveram uma infância na pobreza e ainda continuam pobres, pois a pobreza insiste em ficar, uma vez que o trabalho infantil se revela como medida ineficaz, muito pior, estratégia para perpetuar a pobreza.

Conforme temos explanado, o trabalho sempre acompanhou a família Silva. Sob a perspectiva do trabalho, objetivando superar as condições adversas impostas pela pobreza, Adamastor Silva, após a decadência da cultura do algodão, que foi duramente castigada pela praga do bicudo nos anos 1980, transforma-se em poeta cantador de viola e passa a propagar seus versos, cantorias e repetentes por diversas cidades da Paraíba, atividade que lhe rendia poucos recursos financeiros para o sustento da numerosa família.

Parafrazeando o poeta português, Fernando Pessoa, dizemos que o poeta é um fingido(r). Contudo, o poeta cantador violeiro Adamastor Silva narrou uma realidade árdua que afeta a maioria da população pobre da Paraíba, que em condições precárias de moradia é levada a viver em espaços com pouca ou nenhuma infraestrutura, aceita trabalhos informais,

¹⁵ Tradução livre do autor da tese

com reduzida remuneração, conjuntura que faz com que a pobreza permaneça nas famílias por gerações sem que se vislumbre perspectivas para superá-la.

O trabalho sempre foi uma constante estratégia para a sobrevivência material da família Silva. Desde muito cedo, com pouca idade, ainda crianças, membros da família, a exemplo de Angelina Silva, primogênita da família pesquisada, declarou ter estudado pouco, uma vez que, juntamente com os irmãos, sempre ajudaram o pai nas atividades agrícolas.

Quando a gente morava no Sertão [da Paraíba], eu e meus irmãos, a gente ajudava muito meu pai na roça... tinha tempo que a gente nem conseguia estudar, trabalhando lá [no Sertão paraibano]... fiz até a quarta série (Angelina Silva).

A educação escolar das crianças, conforme será demonstrado no decorrer da escritura da tese, pode se revelar como estratégia mais adequada ao enfrentamento e estratégia para driblar a pobreza. Muito embora necessite de outras ações complementadoras para isso, a exemplo de programas sociais governamentais. É o que constatamos nas histórias de vida de netos de Adamastor Silva, terceira geração da família que, graduados, têm a possibilidade de enfrentar as dificuldades impostas pela pobreza e, porventura, superá-la.

Um dos fatores apontados com causalidade da pobreza é a baixa escolaridade. Estudos de população confirmam que entre os pobres se constata poucos anos de estudos na escola e, no que se refere às crianças que trabalham há uma perda significativa das condições materiais futuras. Com baixa ou nenhuma escolaridade, esta criança está condicionada a permanecer na mesma condição de pobreza em que vive e viveram outras gerações da família (Cepal, 2001, 2022, 2023).

Quadro - I — Família Silva — Netos

Nome/Pesquisa	Idade/Anos	Escolaridade	Formação	IES*	Cor	Ocupação	Renda Mensal em R\$
Tertunila Silva	19	Superior Incompleto	Engenharia de Materiais	UFCG	Preta	Estudante	-
Oduvaldo Silva	31	Superior Completo	História	UFCG	Parda	Professor	Horista
Capistrano Silva	30	Superior Completo	Farmácia	UEPB	Branca	Desempregado	-
Joaquim Silva	28	Superior Completo	Ciências Contábeis	Unesc	Parda	Contador	1.412,00
Cintia Silva	26	Superior Completo	Ciências Biológicas	UEPB	Parda	Professora	1.412,00

Danuta Silva	23	Ensino Médio	-	Escola Pública	Parda	Desempregada	-
Alice Silva	21	Ensino Médio	-	Escola Pública	Parda	Desempregada	-

*Instituição de Ensino Superior

Seguindo com a discussão do trabalho com estratégia para driblar a pobreza, apesar de empregado, Oduvaldo Silva, assim como Capistrano Silva, mora com a mãe em um bairro da periferia de Campina Grande. Não dispõe de veículo próprio e utiliza os serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Oduvaldo e Capistrano Silva não têm contato com o pai. Os pais se separaram quando os entrevistados ainda eram crianças. A lembrança que têm do pai remonta às atividades na feira do bairro onde residem — Feirinha das Malvinas — uma vez que o genitor de ambos possuía uma barraca na qual vendia hortifrutigranjeiros. Segundo eles, era divertida a participação deles durante a feira, pois ali, ainda crianças, faziam o papel de vendedores, ou seja, “trabalhavam”.

O pai dos entrevistados, segundo narram, não se preocupava com a educação escolar dos mesmos. Trabalhar na feira, na concepção do genitor, era suficiente à formação deles. Ao contrário do pai, Anielda Silva — mãe — cuidava da educação formal dos filhos, pois os encaminhava à escola. Independente da condição financeira que dispunham, era a educação e não o trabalho infantil, na visão da genitora, uma estratégia para vencer as dificuldades materiais as quais estavam submetidos.

Progredindo com a discussão, Adamastor Silva relata que era agricultor no Sítio Juazeiro, “vivia da agricultura; vivia de negociar com banco, fazer empréstimo e trabalhar na agricultura [...] já era de maior e comecei a trabalhar; aí casei em [19]61 e... aí fui... é construir família, é trabalhar e...e lutar pra... pra ser atualmente um chefe de família”.

Adamastor Silva se autodeclara o chefe da família Silva. A definição de que o chefe de família é aquela pessoa responsável pela manutenção material do lar não é reconhecida pelos estudos sociológicos, uma vez que não é tão fácil obter dados financeiros para determinar a responsabilidade econômica da pessoa apontada como chefe de família. Nesse sentido, “o chefe de família é uma pessoa que, nessa condição, é reconhecida pelos demais membros da família”, independente da renda que esse membro da família auferir (Burch, Lira e Lopes, 1976, p. 15). O senhor Adamastor Silva se autodenomina como chefe da família. Essa condição é reconhecida pelos demais membros do grupo familiar? Depreende-se das

entrevistas que há um respeito e reconhecimento da autoridade paterna de Seu Adamastor. Esse reconhecimento é muito forte entre os Silva; os netos, por exemplo, chamam Adamastor Silva de pai.

Na família Silva, vários membros trabalhavam concomitantemente para a obtenção de renda indispensável à manutenção da unidade familiar. O chefe da família, Adamastor Silva, a esposa, Albanisa Silva, e filhos que podiam trabalhar, exerciam ocupações pelas quais percebiam remuneração, não recaindo apenas no pai — chefe da família — a responsabilidade pelo ingresso de renda que custeava as despesas cotidianas da família, ou seja, os recursos financeiros vinham das atividades conjuntas da família.

Dona Albanisa Silva explana que as filhas trabalhavam em casas de família para arcar com o pagamento do aluguel do imóvel no qual a família Silva residia quando morou em Boqueirão (1980 — 1985), enquanto Adamastor Silva e filhos — Aldenor Silva, Albemaior Silva e Álvaro Silva — eram os responsáveis pelo custeio das despesas de alimentação, água, energia e outros gastos essenciais à subsistência do núcleo familiar.

A renda, que fazia frente à sobrevivência da família Silva, era oriunda da remuneração paga pela mão de obra que membros da família disponibilizam(vam), seja de maneira formal — empregos em lojas, fábricas, construção civil — ou informal — vendedores ambulantes, serviços domésticos de limpeza e arrumação, faxina, pequenos reparos em imóveis. Podemos afirmar que a origem da renda de membros da família Silva é capitalista, advinda da força de trabalho obreira.

Adamastor Silva, por exemplo, trabalhou como faxineiro em uma fábrica que produzia utensílios de plásticos, a Mimonor, localizada no Distrito Industrial de Campina Grande (PB), e operário na construção civil, exercendo a função de servente e armador, atividades remuneradas por salário mínimo.

A família Silva deixou o Sertão da Paraíba, mais especificamente a região abrangida pela cidade de Patos (PB), em direção à Campina Grande (PB) — tendo morado alguns anos em Boqueirão, na região metropolitana de Campina Grande — movida pelo sonho de encontrar atividades remuneradas que fossem capazes de assegurar uma vida materialmente digna e proporcionar um conforto material ao núcleo familiar.

Quando a gente veio pra João... pra Boqueirão, moramos quatro anos de aluguel; trabalhando, lutando, tudo na união, na paz de Jesus. Aí viemos pra Campina, que era melhor, aqui ele [Adamastor Silva] pegou a trabalhar... os meninos e... compramos logo a casa. Pagamos aluguel por poucos dias (Dona Albanisa Silva).

A referida família era proprietária de uma gleba de terra de aproximadamente trinta hectares no Sítio Juazeiro, município de Passagem, Sertão paraibano, contexto em que plantava algodão, feijão e milho e criava pequenas quantidades de gado — caprinos, ovinos e bovinos — sobrevivendo, assim, dessa atividade no meio rural. Nos anos 1980, conforme temos narrado na escritura do texto, migra para a cidade de Campina Grande, passando a viver de empregos cuja remuneração é de salário mínimo nominal ou até menos e de atividades informais, com ganhos variáveis, muitas vezes não alcançando um salário mínimo mensal.

Por conseguinte, os Silva, pobres no Sítio Juazeiro, continuam trabalhando e pobres na cidade grande, contexto no qual estão submetidos à vontade e à determinação das pessoas a quem vendem a mão de obra, subsistindo com baixa remuneração, advindas de atividades do meio urbano — pedreiros, pintores de parede, faxineiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, dentre outras ocupações. A pobreza, por consequência, insiste em ficar, não sendo superada pelos Silva?

Questionada se os filhos estudaram, Dona Albanisa Silva afirma que: “Estudaram. Trabalhavam; quando eles estavam na rua... eles estudavam à noite [as plantações de tomate na região de Boqueirão se encontram na zona rural do município]. Eles sabem ler, sabem escrever, Aldenor... ele, tudin daqui estudaram”. Durante as entrevistas narrativas biográficas constatamos que a maioria dos filhos do casal — Albanisa e Adamastor Silva — tem baixa escolaridade, pois não chegou a concluir o Ensino Fundamental (Quadro II). O baixo nível de escolaridade se reflete nas ocupações laborais exercidas: pedreiros, auxiliares de serviços gerais, informais e desempregados.

Albemaioir Silva estudou até quinta série e trabalha no setor de embalagens de uma loja especializada na venda de móveis e eletrodomésticos. O trabalho de Albemaioir lhe rende, como remuneração mensal, um salário mínimo, cenário que não se diferencia dos demais membros da família Silva, em sua maioria ocupada em atividades que exigem baixa escolaridade e rende um ganho salarial limitado. Albemaioir tem duas filhas, Danuta e Alice Silva. As filhas de Albemaioir concluíram o Ensino Médio; trabalham vendendo bilhetes de sorteios. Das informações colhidas dos membros do núcleo familiar de Albemaioir, percebemos que a situação de pobreza vivenciada por ele no Sertão paraibano permanece com a família Silva em Campina Grande, apesar de um avanço na questão educacional das filhas.

Danuta e Alice Silva — netas de Adamastor Silva — trabalham como vendedoras de bilhetes de sorteios de pequenos prêmios, atividade laboral exercida precariamente, cuja renda depende do número de bilhetes de sorteios vendidos, cujo ganho não chega a um salário mínimo mensal. Danuta e Alice Silva têm escolaridade de Nível Médio, contudo continuam sem remuneração suficiente para uma vida materialmente digna.

Nessa perspectiva, nos associamos às afirmações de Alves (2021) quando argumenta que a “classe” do proletariado brasileiro compõe-se historicamente em sua maioria pelo mundo social da precariedade salarial extrema do povo, com ocupações assalariadas informais nas quais os sujeitos que trabalham estão expostos à exploração (e espoliação) salarial indiscriminada à margem da legislação trabalhista. A condição social do povo brasileiro, como disse Capistrano de Abreu, é esta há três séculos: “capado e recapado, sangrado e ressangrado” (Alves, 2021, p. 90).

Ainda segundo Alves (2021, p. 94), “Os “donos de poder” de origem agrário-escravista, proprietários de terras, tornaram-se depois, industriais e financistas. Eles acumularam poder por meio da concentração fundiária e do latifúndio de base escravista”, pois, segundo o autor, “No princípio, era a cerca [...] O latifúndio expulsou os proletários pobres do campo para a cidade (o êxodo rural). A expulsão do homem do campo criou a população excedente disponível para a superexploração da força de trabalho escravista”.

Em nenhum momento das narrativas biográficas colhidas da família Silva restou demonstrado que essa foi expulsa do mundo rural pelo latifúndio. No entanto, não podemos negar que no mundo urbano os Silva padecem da superexploração da mão de obra, pois trabalhando pela renda paga por pessoas de classe média e média alta não recebem remuneração capaz de superar o fenômeno da pobreza, uma vez que os recursos financeiros advindos da força de trabalho é muitas vezes insuficiente para manter condições mínimas de sobrevivência material.

Na escritura da tese, temos retratado, com base nas narrativas biográficas de membros da família Silva, que na trajetória dessa família falta, por exemplo, acesso a bens fundamentais para a vida na sociedade atual como acesso à Internet, equipamentos eletrônicos — aparelho celular, computador, dentre outros — explanação da neta de Adamastor — Tertunila Silva — que adquiriu um computador, não com recursos próprios da família, mas por intermédio de um programa de apoio estudantil disponibilizado pelo IFPB, instituição federal de ensino onde cursou o Ensino Médio.

Dona Albanisa Silva, com baixa escolaridade, exercia, como atividade remunerada, a função de lavadeira e diarista, passando por jornadas exaustivas em casas de família para ganhar o dinheiro que se destinaria a subsistência material da família, caracterizando-se o que podemos apontar como uma superexploração da força de trabalho. Segundo Alves (2021),

O conceito de superexploração da força de trabalho foi criado pelo economista marxista Ruy Mauro Marini. A superexploração da força de trabalho caracteriza os países capitalistas dependentes. Na medida em que se vincula ao mercado mundial, convertendo produção de valores de uso em valores de troca, a economia dependente se insere no circuito do intercâmbio desigual entre centro e periferia que caracteriza o sistema mundial do capital. Para compensar a transferência de valor que ocorre por meio do intercâmbio desigual, a burguesia local utiliza como compensação no plano da produção interna, a superexploração da força de trabalho (Marini *apud* Alves, 2021, p. 91).

Assim, conforme discute Alves (2021), “a Teoria Marxista da Dependência, é a superexploração da força de trabalho que compensa a transferência de valor dos países dependentes para os países metropolitanos”. Dessa maneira, “É este padrão histórico de consumo da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro que explica a presença ampliada da precariedade salarial historicamente vigente há séculos no Brasil” (Alves, 2021, p. 91-92).

4.2.1 A Gente Trabalha Demais e Ganha de Menos

O pagamento da força de trabalho abaixo do valor ocorre nas economias centrais, porém é predominante nas economias dependentes. O autor (Alves, 2021) exemplifica a assertiva com a atividade do corte da cana-de-açúcar em que os trabalhadores eram impelidos a aumentar a meta de tonelada de cana cortada/dia por trabalhador nas propriedades que não adotaram a mecanização, ou seja, os trabalhadores deveriam atingir a meta prevista para a atividade mecanizada, utilizando o esforço físico humano.

Nesse sentido, a força de trabalho dos assalariados, que mediante o recebimento de baixos salários ou o aumento do ritmo/intensidade do trabalho, é responsável pela compensação das perdas econômicas das relações comerciais entre as economias dependentes — Brasil, América Latina — e as economias centrais.

um modo de incrementar a taxa de mais-valia é também mediante a superexploração — seja mediante o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor seja

mediante o prolongamento da jornada além dos limites normais, seja mediante o aumento da intensidade (ritmo) de trabalho além dos limites normais (p. 175).

Logo, a economia dependente pode não ser a única responsável pela pauperização da massa trabalhadora. Porém, tem uma parcela de influência considerável nas condições de vulnerabilidade econômica e social nas quais são colocadas as pessoas pobres exploradas, pois a essas são negados direitos sociais, a exemplo de um salário justo, situação que afeta negativamente o princípio da dignidade da pessoa humana.

Para Lomintz (1975, p. 16-17), os pobres se encontram inseridos na economia urbana através de serviços prestados principalmente à classe média. Estes serviços (motoristas particulares, jardineiros, garçons, carregadores, cozinheiros, empregados domésticos) têm permitido à classe média urbana da América Latina gozar de um nível de vida superior, aproveitando a ampla disponibilidade e as baixas remunerações recebidas pelos trabalhadores pobres.

Membros da família Silva trabalham como pedreiros, auxiliares de serviços gerais, vendedores de bilhetes de sorteios, vendedores de churrasquinhos em eventos esportivos realizados em campos de várzea, bem como empregados domésticos, prestando serviços a famílias de classe média e média alta ou com alto poder aquisitivo — professores universitários, políticos com mandatos estadual e federal, empresários — que residem em condomínios de alto padrão e que auferem renda suficiente para custear os serviços recebidos da classe popular. A remuneração percebida pelos Silva é, geralmente, baixa, aproximando-se de um salário mínimo.

Para exemplificar, no momento em fazíamos as entrevistas, Aldenor Silva, que é pedreiro e pintor de parede, estava trabalhando na realização da pintura de um imóvel localizado no Bairro da Liberdade — Campina Grande (PB), cuja remuneração diária pelos serviços prestados não ultrapassava os R\$ 100,00. A remuneração percebida pela maioria dos membros da família está calculada em um salário mínimo — hoje R\$ 1.412,00 — situação que demonstra o baixo consumo da família, uma vez que a renda do trabalho é gasta, especialmente, com a aquisição de produtos da cesta básica, bem como com despesas de água e luz. Isto é verificável, pois a família Silva não dispõe de automóveis, plano de saúde e mora na periferia de Campina Grande. Segundo Lomintz (1975, p. 16), “como consumidores, o papel dos pobres é limitado pelo baixo nível de renda e sobretudo pela instabilidade das fontes

de renda”. Assim, pode-se dizer que os pobres participam de forma marginal na economia capitalista dominante.

Os netos de Adamastor Silva, graduados em História e Farmácia, não conseguiram ainda — e não é possível garantir que conseguirão — renda capaz de modificar a condição de classe popular, pobres. Não dispõem de carro próprio, plano de saúde — são usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Inclusive, o farmacêutico encontra-se desempregado, situação que revela que, qualificados, não superaram, ainda, a pobreza.

Portanto, se considerarmos que o trabalho tem papel fundamental na emancipação das pessoas, como pensar na superação da pobreza por meio da categoria trabalho sendo o pagamento desse utilizado como mecanismo de exploração do assalariado? É nessa perspectiva que “a superexploração — no dizer de Luce (2018, 147) — possui um vínculo com a agudização do pauperismo”.

Luce (2018, p. 178) expressa que a superexploração mediante a retribuição salarial da força de trabalho abaixo do seu valor afeta o fundo de consumo dos trabalhadores. Nesse sentido, para Zygmunt Bauman, os pobres são aquelas pessoas expulsas do mercado consumidor. Dessa maneira, o trabalhador que percebe valores remuneratórios abaixo de um valor que lhe proporcione adquirir bens para atender minimamente as necessidades básicas é forçado à pobreza por uma ação do capital que busca maximizar os lucros minimizando os custos, sendo o pagamento da força de trabalho, nessa perspectiva, encarado como um custo a ser cortado.

É possível observar, a partir dos relatos obtidos nas entrevistas narrativas biográficas realizadas com os componentes da família, a presença da solidariedade, afetividade, bem como a preocupação com o bem-estar dos integrantes do grupo familiar. Nas narrativas da família Silva, constata-se que sempre houve preocupação, principalmente dos pais, com a moradia, alimentação, saúde e educação da unidade familiar.

Evidentemente que ao longo da trajetória da família, os recursos financeiros — a renda — se mostram(ram) insuficientes para fazer frente ao atendimento das demandas necessárias à sobrevivência material dos integrantes da família. Porém, é pelo trabalho — formal ou informal — que buscam os meios imprescindíveis à manutenção material da família.

A baixa remuneração, conforme temos discutido, é companheira constante na vida dos Silva. Almerinda Silva narra que possui duas sobrinhas, Danuta Silva e Alice Silva, que estudaram, porém trabalham em atividades de baixa remuneração, a exemplo de confecção de

cartão de crédito de bancos digitais e lojas de departamentos que são ofertados aos interessados nas ruas de Campina Grande (PB) e venda de bilhetes de sorteios de pequenos prêmios, situação que demonstra ser frequente a precariedade do trabalho na vida dos Silva. Portanto, em atividades informais, com baixa remuneração e, conseqüentemente, distante de um trabalho decente — conjuntura vivenciada pela maioria dos membros da família Silva — a superação da pobreza se torna cada vez mais um difícil mister. Logo, o trabalho precário se revela uma estratégia para driblar a pobreza.

4.3 A RENDA DA FAMÍLIA SILVA *VERSUS* A RENDA DE FAMÍLIAS RICAS DA PARAÍBA

Conforme temos discutido na consecução de nossa tese, a pobreza se apresenta como um fenômeno de causas multidimensionais. Não podemos desprezar, contudo, o fator renda como elemento fundamental para caracterizar as pessoas ou famílias que vivem na pobreza. Neste entendimento, o IBGE entende como pobres ou extremamente pobres as pessoas que vivem “em domicílios com renda *per capita* abaixo de US\$ 2,15 por dia, e 61,2% eram pobres, com menos de US\$ 6,85 por dia, de acordo com as linhas de pobreza do Banco Mundial para o monitoramento da extrema pobreza e da pobreza do Brasil no âmbito da Agenda 2030” (IBGE, 2023, p. 49). A família Silva, cuja trajetória é objeto de estudo desta tese, é pobre, numerosa, urbana — embora tenha origem na zona rural de Passagem (PB).

Na concepção de Jelin (1984), a família não pode ser considerada um espaço separado das determinações sociais. Essa está inter-relacionada com os acontecimentos do cotidiano social. Logo, o sujeito social é afetado em seu mundo privado pelas relações e controles compulsórios das deliberações sociais, ou seja, o mundo privado tem correlações com o dia a dia da sociedade. Assim, o sujeito do mundo privado, doméstico é, também, produção e reprodução das demarcações sociais.

Burch, Lira e Lopes (1976), partindo desse ponto de vista, defendem a importância da família como unidade de análise para estudos nas Ciências Sociais, uma vez que essa é célula importante na composição da sociedade. Os indivíduos, para os aludidos autores, ao invés de serem estudados à parte da família, devem ser considerados nas pesquisas sociais como integrantes da unidade familiar.

Encontramos diversas conceituações para a família na literatura especializada. De acordo com o Dicionário Demográfico Plurilíngue das Nações Unidas, a família pode ser

definida “em função dos laços de parentesco que surgem do processo de reprodução, cuja regulamentação tem por base os costumes ou a lei” (Burch, Lira e Lopes, 1976, p. 7).

Ainda, segundo Burch, Lira e Lopes (1976, *op. cit.*), “a família se constitui de um conjunto de pessoas de diferentes sexos e idades, vinculadas entre si por laços consanguíneos, jurídicos ou consensuais, cujas relações se caracterizam por intimidade, solidariedade e duração”, representando, enquanto instituição, “um conjunto de normas e vínculos, culturalmente definidos, destinados a cumprir certas funções sociais” (Burch, Lira e Lopes, *ibidem*).

Prosseguindo com as conceituações de família, Carnut e Farquim (2014) se acostam aos pressupostos da psicologia e da sociologia para conceituar família. A família, numa perspectiva da psicologia, pode ser entendida “como um grupo de coesa relação interpessoal, ocasionada de forma impositiva ou não e que se observa, mesmo que minimamente, alguma relação de hierarquia e cuidado entre seus membros” (p. 63); sociologicamente, “a família ganha um caráter de ‘unidade primária’” (p. 63), conceito que “se modifica conforme o tipo de sociedade, o tempo e a sua estrutura social” (Carnut e Farquim, *ibidem*), não podendo ser confundido com os conceitos de matrimônio e parentesco, uma vez que é possível a construção de família sem haver matrimônio.

A família pesquisada tem no casal Adamastor Silva e Albanisa Silva a referência de família, embora outros arranjos familiares houvessem se formado e associado à família constituída na década de 1960. A família perquirida nesta tese obedece à categorização de uma unidade relacionada aos laços de parentesco — pais, filhos, netos — que atualmente mora na cidade de Campina Grande (PB), ainda que não conviva sob o mesmo teto.

A família Silva, constituída por Adamastor Silva e Albanisa Silva, tem treze filhos. A união do casal raiz perdura por sessenta e dois anos. Na família estudada, é possível encontrar o núcleo familiar de Anielda Silva, constituído por ela e pelos filhos — Oduvaldo Silva e Capistrano Silva — sendo ausente a figura paterna. A participação masculina presente na vida dos filhos de Anielda foi o avô, Adamastor Silva. Ainda no contexto da família Silva, destacamos Agenor Silva, a esposa e Tertunila Silva — filha, bem como Angelina Silva e esposo, sem a presença de prole, filhos.

Anielda Silva, consoante informação anterior, não convive mais maritalmente com o pai dos seus filhos. Segundo Oduvaldo Silva, quando foi aprovado para cursar o técnico em informática no Colégio Redentorista, o pai ainda estava com eles, porém não participava da

vida da família. Para o entrevistado, a sua família dele tem a seguinte configuração: “eu, meu irmão e minha mãe”, ou seja, uma família monoparental, que tem a presença de apenas um dos pais — arranjo familiar distinto da composição familiar inicial dos Silva — Adamastor, Albanisa Silva e filhos.

Há outras composições familiares no seio da família Silva. Adeginaldo Silva é pai de duas filhas. Hoje separado da esposa, cuida das filhas, as quais vivem entre a casa dos avós — onde mora o pai — e a casa da ex-esposa de Adeginaldo, mãe das meninas. Assim, temos uma disposição familiar em que há a guarda compartilhada dos filhos, agrupamento familiar diverso daquele formado pelo casal raiz.

A família Silva habita em moradias localizadas em bairros distintos da periferia de Campina Grande. Aqueles membros da família que moram no mesmo bairro em que vive o casal de origem dispõem de moradia própria, embora frequentemente habitualmente a casa dos pais. Existem membros da família Silva que estão diariamente na casa de Adamastor e Albanisa Silva, situação que demonstra os fortes laços de afetividade entre os integrantes do núcleo familiar dos Silva. É possível observar que filhos, a exemplo de Anielda Silva, venham à casa dos pais para auxiliar na preparação dos alimentos (café da manhã, almoço, jantar) e, inclusive, fazer as refeições no lar dos pais, a despeito de possuírem residência e atividades laborais próprias.

A família Silva constituiu-se a partir do matrimônio de Adamastor e Albanisa Silva, ocorrido em 16 de setembro de 1961, tendo originado treze filhos, onze netos e três bisnetos. O grupo social pesquisado existe há mais de sessenta anos. A família se enquadra como uma unidade familiar urbana que enfrenta o fenômeno da baixa renda, uma vez que desenvolve atividades que requerem baixa escolaridade e, conseqüentemente, têm baixa remuneração. Dentre as atividades formais ou informais, podemos apontar cuidadores de idosos, pedreiros, operadores de transporte alternativo com motocicletas, faxineiros e auxiliar de serviços de limpeza, dentre outras.

Conforme temos apresentado no decorrer da escritura desta tese, a família Silva é uma família de migrantes. Oriunda da região de Patos (PB), migrou para o Agreste paraibano em busca do sustento necessário para viver em condições mais favoráveis economicamente. Chegando à cidade de Boqueirão, localizada na região polarizada por Campina Grande (PB), conhecida como “Rainha da Borborema”, encaminhou-se para trabalho remunerado nas

plantações de culturas como tomate, pimentão, repolho, dentre outras exploradas nos anos 1980 e 1990 nesta região da Paraíba.

No processo de escritura da tese, temos trabalhado com três gerações da família Silva, cuja composição é informada pelo casal que originou o arranjo familiar, filhos e netos, os quais forneceram os dados empíricos para pesquisa por meio da metodologia de entrevista narrativa biográfica.

Quando tratam das gerações, que caracterizam uma família estendida, Burch, Lira e Lopes (1976) apresentam quatro classificações: a) uma geração (chefe de família e o cônjuge ou apenas o chefe); b) duas gerações (chefe e filhos, chefe e o pai, chefe e neto); c) três gerações (chefe, filho e neto, chefe, filho e pai, chefe, neto e pai); d) quatro gerações (chefe, pai, filho e neto).

Em nossa tese, consideramos a família Silva como um agrupamento de pessoas constituído por vínculos sanguíneos, cuja origem é o casal Adamastor Silva e Albanisa Silva, reunidos pelo matrimônio — sendo a prole formada por treze filhos e onze netos. Atualmente, os membros da família Silva residem em moradias diversas, localizadas em bairros da periferia de Campina Grande — Malvinas, Bodocongó e Aluizio Campos — interagindo sempre que possível, principalmente aos finais de semana, quando se encontram na residência do casal que originou a família.

O estudo, considerando a família pesquisada, permitiu observar se a pobreza permanece para além da família de orientação — casal raiz, Adamastor Silva e Albanisa Silva — por exemplo, se os filhos casados e netos — família estendida (Burch, Lira e Lopes, 1976) — conseguiram superar a pobreza e, se conseguiram, quais as estratégias utilizadas para superar o fenômeno da pobreza?

A família Silva mudou de posição social em três gerações? A família Silva experimentou processos de mobilidade social nesses sessenta anos que relataram na história de vida para a pesquisa? Respondendo as indagações, observamos que a família continua pertencendo às classes populares, vivendo na periferia, exercendo atividades formais e informais pagas com baixa remuneração, além de enfrentar o desemprego.

Registre-se, portanto, que integrantes da família, a exemplo, dos netos — terceira geração da família — ingressaram na universidade, concluíram cursos de graduação — História, Farmácia, Ciências Contábeis e Ciências Biológicas. No entanto, não podemos afirmar que a situação de pobreza foi superada; embora graduados, ainda há desempregados e

exercentes de atividades em regime precário (por exemplo, contrato emergencial de professor), situação que não nos permite afirmar categoricamente que superaram a pobreza, chegando a integrar a classe média.

A família Silva é composta de trabalhadores em atividades formais e informais, pertence à classe obreira, que inclui em nossa sociedade concreta “todos os trabalhadores assalariados sujeitos à exploração, através das relações capitalistas de produção” (Torrado, *op. cit.*, p. 216). Nesse sentido, segundo Marini (2000), as sociedades latino-americanas como o Brasil estão informadas sob um capitalismo dependente, no qual impera a exploração da mão de obra, mecanismo compensatório para o déficit que há entre o comércio desenvolvido entre as nações ricas, desenvolvidas e as nações em desenvolvimento.

O trabalhador deveria, ao vender sua força de trabalho, receber uma remuneração capaz de atender, do ponto de vista dos capitalistas, o custo que envolve a produção e a reprodução da força de trabalho, ou seja, reconstituição da força de trabalho ativa — valor que se refere ao sustento do obreiro durante o período de emprego, salário capaz de suprir as despesas de sobrevivência material do trabalhador nos períodos de inatividade (desemprego, doenças) e um valor voltado à formação de um substituto do trabalhador, isto é, filhos que necessitam de alimentação, educação, saúde, moradia, dentre outros direitos sociais — componentes da produção e reprodução da força de trabalho (Torrado, 1981).

Nessa compreensão, Torrado (1981) aponta para o salário direto e o salário indireto. O salário direto — pago pelo capitalista diretamente ao trabalhador em virtude da relação contratual — está voltado ao atendimento dos custos da força de trabalho, enquanto o salário indireto destina-se aos custos referentes à inatividade e a substituição geracional dos trabalhadores — despesas com saúde, educação, moradia e alimentação dos filhos dos trabalhadores.

O DIEESE estabelece, dessa maneira, valores para o salário mínimo, considerando-o como nominal e real, cujo valor nominal é insuficiente a atender aos custos da produção e reprodução da força de trabalho dos obreiros, do ponto de vista do capital. Os trabalhadores, que vendem a força de trabalho para o sistema capitalista, recebem o salário indireto sob a forma de prestações coletivas, a exemplo de programas sociais (Novo Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Benefício de Prestação Continuada, Garantia-Safra, dentre outros) custeados com por contribuições dos próprios trabalhadores por meio de impostos e taxas cobradas pelo Estado. A família Silva se beneficiou do salário indireto, pois

recebeu ou recebe recursos de programas sociais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e programas governamentais de auxílio estudantil, conforme discutimos em nossa tese, quando apresentamos os direitos sociais na trajetória da família Silva, bem como a educação vista como uma estratégia para driblar a pobreza.

Do empresário capitalista, os trabalhadores recebem o pagamento do salário referente à força de trabalho dispendida para a produção de bens e serviços. O salário direto, muitas vezes, não é suficiente para a manutenção dos membros da família. Assim, surge o Estado com as prestações coletivas para enfrentar inclusive a inatividade do trabalhador, seja por ocasião de momentos de desemprego involuntário, acidente de trabalho, auxílio-maternidade, dentre outras prestações sociais.

Nesse sentido, estes agentes sociais têm suas necessidades custeadas com o salário indireto, conforme definição de Torrado (1981), que são prestações estatais associadas a direitos sociais, disponibilizadas por meio de prestações coletivas — saúde, educação, moradia e programas sociais, a exemplo, no Brasil, do Bolsa Família, Auxílio Gás, Programas de Assistência Estudantil, necessários ao financiamento da formação para substituição da mão de obra essencial ao modo capitalista de produção. Sob tal perspectiva, conforme enfatizamos, a família pesquisada beneficiou-se de salário indireto (Programa de Frentes de Trabalho, Bolsa Família, Bolsas de Programas Estudantis, Benefício de Prestação Continuada).

Segundo Torrado (1981), há outros trabalhadores que não são empregados dos capitalistas, mas que também são explorados pelo capital através do preço de venda dos bens e serviços que produzem. A autora cita como exemplo os prestadores de serviços domésticos — empregados domésticos, prestadores de serviços pessoais — vendedores ambulantes, os quais vendem seus produtos a preços que não cobrem os custos de produção, logo transferindo gratuitamente aos capitalistas uma fração do valor de seus produtos, situação que permite ao capitalista diminuir o custo da produção da força de trabalho e maximizar os lucros.

Para tais formas de produção não capitalista é transferido parte do custo de reprodução da força de trabalho assalariada, caracterizando uma exploração capitalista do trabalho. Como um empregado doméstico, um ambulante, um prestador de serviços pessoais pode ser explorado pelos capitalistas? Para esses trabalhadores, que não são remunerados pelos empresários capitalistas, que não são seus empregados na produção e reprodução da força de trabalho, são transferidos aos trabalhadores parte dos custos da reprodução da força de

trabalho, uma vez que os bens e serviços que são produzidos por esses não cobrem os custos necessários a assegurar uma subsistência material digna.

Sob essa visão, a transferência dos custos da reprodução da força de trabalho na relação daquele que paga a remuneração aos que prestam serviços, especificamente, domésticos incluir-se-á, como exemplo, nesta discussão, a matriarca da família Silva. Dona Albanisa Silva deixava a residência muito cedo do dia para, em “casas de família” — na execução de serviços domésticos como limpeza e arrumação, lavar e passar roupas, cozinhar, cuidar de crianças — buscar recursos financeiros, remuneração dessas atividades, para o custeio da alimentação, aluguel da moradia e outras despesas requeridas para assistência material da família.

Eu já trabalhava. Saía de manhã prá trabalhar [...] Eu chegava oito horas da noite, tinha dia [- A Senhora trabalhava em quê?] Lavando roupa, passando e lavando roupa na casa do prefeito... Nesse tempo ele era prefeito [Carlos Grande]. Ele é sertanejo também. Não sei, parece que é de... essa família dele...

Seguindo com a discussão da renda da família Silva, Capistrano Silva, neto, terceira geração da aludida família, após dois ou três anos como atendente de *call center*, deparou-se com a necessidade de buscar outras possibilidades de trabalho ou estudo, pois a atividade laboral exercida, além de exaustiva e estressante, segundo Capistrano, era mal remunerada. Então, escolheu estudar, fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingressar na universidade. Realizou o Enem, tendo sido aprovado para quatro universidades, optou por cursar Farmácia.

[No trabalho] atendia um cliente e... estudando. Chegava em casa e estudava. Continuei nessa até que fiz o Enem e consegui passar para quatro faculdades diferentes. E daí eu escolhi ser farmacêutico, por quê? Porque eu tinha a curiosidade de saber como o medicamento entra no seu organismo [da pessoa] e sabe aonde é que aquela dor está atuando (Capistrano Silva).

Da narrativa do entrevistado, se observa que o binômio trabalho e educação é visto como uma estratégia para driblar a pobreza. Pois como atendente de *call center*, Capistrano Silva, além do trabalho estressante que o mesmo relata, a remuneração era de um salário mínimo, hoje R\$ 1.412,00, quantia remuneratória insuficiente à provisão dos meios indispensáveis a uma vida materialmente confortável.

Avançando com a discussão para comparar a renda das famílias ricas e pobres, Silva é um sobrenome encontrado como patronímico de pessoas nascidas no Estado da Paraíba, no

entanto não consta daqueles que influenciam, principalmente, a política paraibana, dominada por Gadelha, Cunha Lima, Maranhão, Mota, Figueiredo, Gaudêncio, Ribeiro, Vital do Rêgo, dentre outras que do Litoral ao Sertão paraibanos ditam a vida política e econômica estadual.

Enquanto as famílias consideradas ricas lutam para manter riqueza e poder, Adamastor Silva, homem pobre, pai de família numerosa, que estudou pouco, necessita de estratégias para sobreviver às débeis condições de vida impostas pela pobreza. Adamastor Silva, que cultivou a terra em determinado período da vida — de criança à maioridade — para o plantio de algodão, milho e feijão; casado com Dona Albanisa Silva e pai de filhos, descobriu, como meio de garantir recursos financeiros, um veio artístico. Transformou-se em poeta cantador de viola, passando a viajar por diversas cidades paraibanas vendendo sua arte. Durante as entrevistas narrativas, o poeta lembrou e recitou versos que embalavam suas cantorias.

Eu vim para Bananeira,
sem trazer nenhum despacho.
E que Bananeira é essa?
Não tem banana nem cacho,
Toda pedra que eu levanto,
Tem um poeta debaixo.
(Adamastor Silva)

Nessa história de décadas, a família Silva continua buscando estratégias para driblar a pobreza. A pobreza, no entanto, insiste em ficar, pois acompanha a família desde o Sítio Juazeiro, Sertão paraibano, uma vez que a renda auferida pelos filhos e netos do casal raiz não nos autoriza enquadrá-los como pertencentes à classe média, ou seja, delimitá-los em uma renda mensal entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil, conforme projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma vez que não há um valor de renda fixo para classificar a classe média. Registre-se que, diferentemente, dos pobres, a classe C dispõe de um melhor poder de compra, o que lhes permite uma sobrevivência razoável em termos materiais.

Quadro II — Família Silva – Casal e Filhos

Nome/Pesquisa	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cor	Cargo/Ocupação	Renda em R\$
Adamastor Silva	83	Lê/escreve	Aposentado	Branca	Agricultor	1.412,00

Albanisa Silva	80	Lê/escreve	Aposentado	Parda	Doméstica	1.412,00
Angelina Silva	60	8º Ano/Ensino Fundamental	Informal	Parda	Doméstica	1.412,00
Aldenor Silva	59	4º Ano/Ensino Fundamental	Pedreiro	Parda	Pedreiro	120,00/dia
Almerinda Silva	58	3º Ano/Ensino Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	Parda	Auxiliar de Serviços Gerais	1.412,00
Aniêlda Silva	57	5º Ano/Ensino Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	Parda	Auxiliar de Serviços Gerais	1.412,00
Albemaioir Silva		5º Ano/Ensino Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	Parda	Auxiliar de Serviços Gerais	1.412,00
Alberisa Silva	54	Ensino Médio	Comerciária	Parda	Vendedora	1.412,00
Álvaro Silva*	-	5º Ano/Ensino Fundamental	-	Parda	-	-
Ana Neri Silva	52	9º Ano/Ensino Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	Parda	Auxiliar de Serviços Gerais	1.412,00
Albertina Silva	40	Ensino Médio	Desempregada	Parda	Técnica de Enfermagem	-
Alan Silva	42	Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	Parda	Auxiliar de Serviços Gerais	1.412,00
Ailton Silva*	48	3º Ano/Ensino Fundamental	-	Parda	-	-
Aldemir Silva	36	Ensino Médio	Desempregado	Parda	Instalador de Internet	-
Adegnaldo Silva	34	Ensino Médio	Comerciário	Parda	Auxiliar de Escritório	1.412,00

*Falecidos. Ailton Silva em 2021, vítima da Covid-19

Procedendo a uma comparação, situação da pobreza em relação à riqueza, a família Silva se diferencia das famílias Ribeiro, Cunha Lima, Roberto, Gadelha, Motta, Coutinho,

Maranhão, dentre outras, que vivem de rendimentos e juros, atividades políticas, cujas remunerações e patrimônio acumulado permitem que as enquadremos como ricas. Essas, além da renda, detêm o poder político e econômico por longas décadas no Estado da Paraíba, ou seja, pertencem aos estratos mais ricos do país, segundo a Oxfam. Sob esse entendimento, a pobreza só pode ser compreendida como fenômeno relacional.

Quadro III¹⁶ — Algumas Famílias Ricas que, Atualmente, Dominam a Política Paraibana

Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cor	Cargo/Ocupação(ou)	Patrimônio Declarado em R\$
Virgínia Maria Peixoto Veloso Borges	76 anos	Superior Completo	Administradora	Branca	Prefeita	217.389,29
Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro	53 anos	Superior Completo	Administrador	Branca	Deputado Federal	3.438.609,71
José Wellington Roberto	63 anos	Superior Incompleto	Deputado	Parda	Deputado Federal	3.814.447,67
Bruno Figueiredo Roberto	35 anos	Superior Completo	Advogado	Branca	Deputado Estadual	8.458.378,64
Francisca Gomes Araújo Motta	81 anos	Superior Completo	Outros	Branca	Deputado Estadual	2.411.313,54
George Ventura Morais	41 anos	Superior Completo	Advogado	Branca	Deputado Estadual	1.598.762,03
José Arthur Melo de Almeida	53 anos	Médio Completo	Empresário	Branca	Candidato a Vice-Governador	6.704.746,77
Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rego	50 anos	Superior Completo	Advogada	Branca	Secretária de Estado	6.545.126,29
Leonardo de Melo Gadelha	47 anos	Superior Completo	Administrador	Branca	Presidente do INSS	930.000,00
Renato Benevides Gadelha	72 anos	Superior Completo	Deputado	Branca	Deputado Estadual	2.252.979,76

Prosseguindo com a comparação da renda dos Silva — pobres — e as famílias ricas da Paraíba, nas eleições gerais de 2022, foram eleitos membros das famílias Ribeiro, Motta, Figueiredo Roberto e Morais para os cargos de Deputado Federal, Senador, Deputado

¹⁶ Dados públicos coletados do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Estadual e Vice-Governador do Estado da Paraíba. São cargos que influenciam as decisões políticas, econômicas e sociais do Estado da Paraíba, uma vez que os eleitos terão acesso, através da indicação de aliados e parentes, a cargos de primeiro e segundo escalões das esferas estadual e federal, bem como decidem a liberação de recursos financeiros dos orçamentos estadual e federal para as bases que os elegem.

É importante salientar que, enquanto para três gerações da família Silva a pobreza insiste em ficar, há gerações as famílias ricas paraibanas conseguem se manter em um patamar de riqueza que lhes permite continuar na disputa de cargos públicos, cargos importantes em direção de órgãos representativos da iniciativa privada, a exemplo, da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), comandada pela família Gadelha.

Para ilustrar a longevidade da família Gadelha como protagonista no cenário político e econômico da Paraíba, no documentário “O País de São Saruê”, rodado em 1971, com direção do cineasta Vladimir de Carvalho, há referências à família Gadelha, oriunda de Sousa (PB), que por diversas gerações vem influenciando a vida política, econômica e social do Estado. O primeiro líder político da família foi o capitão Manuel Gadelha. Por décadas, a família Gadelha vem preservando sua influência e se mantendo em cargos eletivos, a exemplo de prefeito, vice-prefeito, vice-governador, deputados estadual e federal, além de senador da República.

Neste contexto, essas famílias, a exemplo dos Gadelha, que detêm o poder político, econômico e social no Estado da Paraíba, determinam as ações e programas governamentais que chegam às famílias pobres, situação que demonstra a relação de poder entre pobres e ricos e que pode explicar a pobreza como relacional, pois esse fenômeno que afeta milhões de pessoas no Brasil e, conseqüentemente, no Estado da Paraíba está para além da questão renda, havendo outros elementos tais como a própria origem da riqueza de determinados grupos familiares, ou seja, a pobreza que aflige milhões pode alimentar a riqueza de poucos.

Conforme se observa no Quadro III, os integrantes das famílias ricas da Paraíba, em sua maioria possuem nível de escolaridade superior, com formação em Direito, Administração e Medicina, dispõem de recursos financeiros consideráveis e, possivelmente, tem no exercício de cargos eletivos e políticos a principal ocupação laboral e a fonte de recursos financeiros que alimenta a riqueza e o poder político dessas famílias.

Relacionando-os à família Silva, observa-se que essa, no Quadro II, tem seus membros (pais e filhos) com pouca escolaridade, exercendo atividades de baixa remuneração, a

exemplo de pedreiro, diarista, faxineira, dentre outras, ocupações que requerem pouca qualificação. A família Silva não influencia as decisões políticas do Estado; pelo contrário, depende daquilo que é decidido como ação governamental para continuar suas estratégias na direção de driblar a pobreza, que vem insistindo em permanecer por décadas no seio da família.

CAPÍTULO V

5 OS DIREITOS SOCIAIS E A REDE DE APOIO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA

Como explicar que em pleno século XXI, com todos os recursos tecnológicos disponíveis, capazes de produzir bens e serviços destinados às pessoas, convivemos com a pobreza em países democráticos como o Brasil? A pobreza torna-se evidente quando observamos que uma família é afetada por baixa escolaridade, condições inadequadas de moradia, trabalho precário, falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, moradia, emprego, transporte, esgotamento sanitário, água potável, dentre outros, insculpidos em documentos normativos do Brasil.

Os pobres trazidos nesta pesquisa são pessoas que exercem algum tipo de atividade remunerada, que moram em bairros periféricos de uma cidade grande e que dependem dos serviços públicos básicos a exemplo de saúde, educação, moradia, benefícios sociais, dentre outros previstos na Constituição Federal de 1988, que devem ser ofertados pelo poder público, como forma de superar os obstáculos enfrentados pelos pobres na direção da aquisição de benefícios do poder público. Existe o cidadão e há a lei asseguradora de direitos, embora se apresentem obstáculos que dificultam o acesso dos pobres a bens e serviços públicos.

Os moradores de bairros periféricos encontram dificuldades para sobreviver materialmente de forma minimamente digna. Logo, enfrentam obstáculos nos deslocamentos através do transporte público, que, no Brasil, compromete um percentual considerável dos rendimentos dos trabalhadores. Segundo o Dieese, em São Paulo, por exemplo, o gasto de um trabalhador com transporte coletivo — dados de 2016 — equivalia a 16,95% do salário mínimo vigente à época (DIEESE, abril de 2016). O preço de uma passagem no transporte público de Campina Grande (PB) é, no ano de 2023, de R\$ 4,10. Enfatizamos o acesso ao transporte público para ilustrar um dos empecilhos da população pobre à mobilidade urbana. Outros direitos sociais foram preconizados por normas brasileiras. Discutiremos no prosseguimento da escritura da tese sobre os direitos sociais na trajetória da família Silva.

5.1 SAÚDE

A saúde é um direito fundamental social dos brasileiros, nos termos da Constituição Federal de 1988, sendo “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art. 196). No que se refere à saúde, a família Silva, muitas vezes, é compelida a tirar dos poucos recursos financeiros percebidos valores para custear exames médicos, consultas com médicos especialistas, uma vez que em determinadas situações de urgências médicas não há tempo hábil para esperar pelos serviços de saúde disponibilizados pelo Poder Público, sem que haja um comprometimento maior da situação de saúde enfrentada.

Quando eu quero fazer exame... se eu sentir um problema qualquer... eu vou ao médico. Já sou cadastrado no Posto de Saúde. Eu uso o Posto de Saúde aqui perto. Quando eu peço um *chek up* completo, eles passam e eu faço no Posto. Quando eu não quero esperar eu faço particular. Se for esperar o Posto de Saúde marcar demora. Se for esperar os funcionários do Posto marcar dar muito trabalho (Adamastor Silva).

A morosidade para a marcação de exames especializados é um obstáculo para acessar os serviços de saúde. Segundo Adamastor Silva, quando necessita de um exame especializado, por exemplo, ultrassonografia, endoscopia, paga por estes, pois a disponibilidade desse tipo de serviço no Sistema Municipal de Saúde de Campina Grande é demorada, situação na qual o retardamento no diagnóstico pode prejudicar a saúde do paciente, no caso específico de Adamastor Silva um homem de oitenta e três anos.

Ainda, quanto à saúde, para enfatizar, Aldenor Silva — filho do Senhor Adamastor — sofreu um acidente de motocicleta no ano de 2021, sendo socorrido e encaminhado ao Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, conhecido como Hospital de Trauma de Campina Grande. Para a recuperação dos traumas sofridos, necessitou de serviços de fisioterapia, ocasião em que pagou por esses serviços; se assim não procedesse, teria prejudicado a recuperação da saúde, uma vez que para essa especialidade existe grande demanda no Serviço Municipal de Saúde de Campina Grande, segundo narrou Aldenor Silva.

Prosseguindo com a discussão da saúde — direito social — na trajetória da família Silva, em 2023, Seu Adamastor Silva enfrentou um problema de saúde, tendo sido internado no Hospital Municipal Pedro I, pertencente ao Sistema de Saúde de Campina Grande (PB),

por não dispor de convênio privado de saúde, situação semelhante à da grande maioria das famílias de classes populares do Brasil, atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Aniêlda Silva, “Meu [Seu Adamastor] pai foi atendido no Hospital Pedro I [Hospital pertencente ao Sistema Municipal de Saúde de Campina Grande]. Passou quatorze dias internado para tratar de uma infecção urinária. Foi bem atendido. Recebeu alta, sendo encaminhado ao setor de triagem do Hospital da FAP para a continuação do tratamento”. Adamastor Silva voltou a ser internado no mesmo nosocômio municipal por mais dez dias, levando em consideração que a saúde do idoso não foi reestabelecida com a primeira internação. A situação de Adamastor Silva, enquanto beneficiário do Sistema Único de Saúde (SUS), faz parte da vida de milhões de brasileiros que não estão amparados por planos de saúde particulares, serviço caro e inacessível aos trabalhadores assalariados com baixa remuneração.

Retrocedendo na narrativa biográfica da família Silva para antes da migração, no Sítio Juazeiro, município de Passagem, a oferta de serviços de saúde, nos anos 1980, era escassa. Havia um Posto de Saúde na aludida localidade, que recebia um médico encaminhado pela Prefeitura do mencionado município mensalmente. As doenças que acometiam a família Silva eram tratadas com homeopatia, segundo narrativa do Senhor Adamastor Silva.

Dona Albanisa Silva relata que quando necessitava de um tratamento de saúde mais complexo se deslocava até a cidade de Patos (PB), conhecida como “a Morada do Sol”. Por exemplo, o nascimento dos filhos do casal se dava na “Morada do Sol”, onde havia maternidade, serviço de saúde minimamente capaz de realizar um parto.

Das narrativas do casal Adamastor e Albanisa Silva, é possível concluir que indivíduos pertencentes às classes populares, que não dispõem de convênios particulares de saúde, dependem de um sistema público de saúde, cujo funcionamento enfrenta dificuldades, como a falta de profissionais que atendam determinadas especialidades médicas: serviços de psicologia, fisioterapia e nutrição, bem como a realização de exames médicos mais complexos.

Ilustrando as dificuldades com as quais se deparam os usuários do SUS para acessar determinados serviços, Tertunila Silva — neta do casal raiz — passou por sofrimento psíquico durante a pandemia de Covid-19. Chegou a procurar atendimento psicológico no Sistema Municipal de Saúde de Campina Grande, porém não encontrou vagas. “Quando você passa por dificuldades, as pessoas normalizam que seja difícil” (Tertunila Silva).

Referindo-se aos serviços de psicologia oferecidos pelo SUS no Sistema Municipal de Saúde de Campina Grande, Tertunila Silva relata que “além de demorar, não tem vaga, tem gente que é mais urgente”. A situação vivenciada por Tertunila Silva é, provavelmente, a mesma pela qual passa a maioria das pessoas pobres do Brasil, que tem de esperar semanas e até meses por tratamentos especializados disponibilizados pelo SUS.

O Brasil é um dos únicos países do mundo a dispor de um sistema de saúde de cobertura universal destinado a atender indistintamente a todo brasileiro, independentemente de uma contribuição particular. O SUS tem mais de trinta anos, tendo sido criado pela Constituição Federal de 1988. Sabemos que aconteceram muitos avanços na área da saúde pública brasileira, no entanto muito ainda há de ser feito para que alcancemos condições satisfatórias de atendimento aos usuários do SUS, que tem nas pessoas das classes populares, a exemplo dos Silva, o principal público beneficiário.

5.2 MORADIA

O pobre abordado nesta tese é um trabalhador, que exerce ocupações de baixa remuneração, para as quais se exige baixa qualificação e escolaridade. São pobres, também, nesta perspectiva, os favorecidos com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujas entradas mensais de renda são iguais ou se aproximam de um salário mínimo, moram em residências populares, localizadas em bairros periféricos e usuários, por exemplo, dos sistemas públicos de saúde e de transporte.

A família Silva se enquadra nas características supramencionadas. Quanto ao aspecto moradia, a primeira habitação ocupada por Adamastor Silva e sua numerosa família — treze filhos — na cidade de Campina Grande, estava localizada às margens do Canal de Bodocongó, córrego que percorre os bairros de Bodocongó, Severino Cabral e o populoso bairro das Malvinas. A proximidade do canal referenciado fazia com que em tempos de inverno mais rigorosos a residência da família Silva fosse inundada pelas águas pluviais que, volumosas, transbordavam o canal que não possuía nenhuma infraestrutura de engenharia capaz de escoar as águas das chuvas.

As condições de moradia da família pesquisada corroboram os dados apresentados pelo Relatório da Cepal 2020, o qual sustenta que a pobreza em seus aspectos multidimensionais se caracteriza por moradias precárias, habitadas por famílias numerosas, revelando uma

grande concentração demográfica em um pequeno espaço residencial, situação que favorece o surgimento e a proliferação de doenças em face das delicadas condições de habitabilidade.

A relação entre a pobreza e condições precárias de moradia pode ser ilustrada com enfoque em textos ficcionais, em obras do período realista, a exemplo de “O cortiço”, de Aluísio Azevedo. A obra relata situação de pobreza que pessoas vivem na realidade urbana. “O cortiço” trata da narrativa ficcional da vida de João Romão e Bertoleza. João Romão constrói pequenas habitações no bairro de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro para alugá-las a pessoas pobres e, com a renda dos alugueres, conseguir sobreviver materialmente.

As moradias em que vivem os personagens de “O cortiço” não oferecem as condições mínimas de habitabilidade; não dispõem de instalações sanitárias adequadas, água potável, nem tampouco esgotamento sanitário, exemplo das condições precárias de moradia relatadas nas pesquisas e estudos apresentados na literatura sobre pobreza, conforme se lê em “Los hijos de Sánchez” (Óscar Lewis), “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (F. Engels), dentre outros. Dados cotejados de documentos de órgãos como a Cepal, IBGE e IPEA corroboram, na escritura da tese, a causalidade pobreza *versus* condições precárias de moradia. Quanto à situação de moradia dos Silva, Dona Albanisa explicita a precariedade do imóvel no qual moraram no bairro de Bodocongó: “Aí, depois, era a água entrando na casa [risos]”.

Segundo Schlindwein (2006, p. 1), em artigo publicado na Revista Desafios do Desenvolvimento, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), mais de quarenta por cento dos domicílios brasileiros apresentam condições precárias, situação que afeta negativamente a vida de aproximadamente dezesseis milhões de pessoas.

Embora os dados sejam de difícil mensuração, a pesquisa Perfil Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou a existência de 16.433 favelas no país. Nelas, moram cerca de 2,3 milhões de pessoas — a maioria nos 32 municípios com mais de 500 mil habitantes. É neles que se abrigam 70% da população favelada, em 1,6 milhão de domicílios. Estudiosos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), tomando por base a metodologia da agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para assentamentos humanos (UN-Habitat), estimam que 40,5% dos domicílios brasileiros apresentam condições precárias. Isso equivale a 16 milhões de famílias, entre as quais 12 milhões têm baixa renda — ganho mensal de até cinco salários mínimos. Sem recursos para arcar com as despesas de um imóvel digno, os mais pobres se ajeitam na periferia, em favelas que, comumente, oferecem condições insalubres, sem falar nos riscos de

desmoronamento de construções em encostas. Nessas áreas não há serviços públicos básicos, como água, luz, saneamento, escolas ou postos de saúde.

No que se refere às condições de habitabilidade da família pesquisada nesta tese, há integrantes da família Silva que habitam domicílios compostos de pequenos cômodos, a exemplo de Angelina Silva, que construiu sua habitação no mesmo terreno em que se encontram outros imóveis da família Silva. Apesar de dispor de uma infraestrutura mínima, a exemplo de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, o imóvel apresenta improvisações na construção, exemplificada com a escada para o pavimento superior da casa erigida na parte externa do imóvel. Ademais, a moradia de Angelina não possui acabamento externo, o que demonstra ser um imóvel de baixo custo de produção como a maioria das habitações das famílias pobres brasileiras.

Aldemir Silva, também integrante da família Silva, mora no Complexo Habitacional Aluísio Campos, localizado na periferia de Campina Grande (PB), às margens da BR-104, nos limites entre as cidades de Campina Grande e Queimadas (PB). O aludido Complexo Habitacional faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, destinado a famílias com renda de 1,8 mil reais mensais, ou seja, famílias pobres.

Constituído por 3.012 casas e 1.088 apartamentos, medindo, respectivamente, 43,34 m² e 48,52 m², apresenta imóveis de baixo custo de produção, destinados a atender pessoas pobres. Nesse Complexo Habitacional, que abriga quatro mil e cem famílias pobres de Campina Grande, encontramos membros da família Silva — outrora pobres no Sertão paraibano; hoje pobres em Campina Grande, situação que demonstra a dificuldade de mobilidade social nas classes populares brasileiras, levando-nos a inferir que na família Silva a pobreza insiste em permanecer por três gerações.

Pois bem. Como trabalhador nas plantações de hortifrutigranjeiros em Boqueirão, Adamastor Silva recebia uma remuneração baixa, situação que o levou a se deslocar com a família para Campina Grande, passando a residir, inicialmente, em uma moradia alugada no Bairro de Bodocongó, moradia essa que veio a adquirir posteriormente. O imóvel estava localizado, também, às margens do canal de Bodocongó. Em períodos de inverno mais intensos, o canal não suportava o volume de água recebido, vindo a transbordar, situação que afetava a casa da família Silva e de outras famílias que habitavam muito próximo do citado curso de água — que seguia um fluxo natural — uma vez que não havia nenhuma intervenção do poder público para minorar os efeitos danosos das enchentes.

Em Campina Grande, residindo em um imóvel alugado no bairro de Bodocongó, acreditava o narrador que havia oportunidades de emprego para os membros da família, situação que possibilitaria condições de vida mais favoráveis. Adamastor Silva relatou que, mesmo trabalhando na construção civil, como ajudante de pedreiro, e com alguns filhos empregados, os recursos financeiros ainda eram limitados para as despesas com aluguel, alimentação, taxas de água e energia elétrica.

Adamastor Silva contava com algum recurso financeiro, que trouxe do Sertão da Paraíba, pois para a migração havia vendido uma pequena propriedade em que desempenhava as atividades da agricultura no Sítio Juazeiro. A quantia que dispunha lhe permitiu adquirir uma casa no bairro de Bodocongó, imóvel que, em um futuro próximo, seria desapropriado para dar lugar à construção de um canal — o Canal de Bodocongó. A moradia é descrita por Dona Albanisa Silva da seguinte forma:

Comparamos uma casa. Aí depois era água entrando na casa [risos]... aí ele [Adamastor Silva] foi construiu outra casa. A gente morando na casa e construindo a casa. Num saímos não... Já pensou? [- Só saímos no dia de cobrir — fala de Adamastor Silva — [risos]. É, só saímos na hora de cobrir essa casa. Aí, descobrindo e desmanchando a outra casa, a gente [ininteligível].

Segundo relata Dona Albanisa Silva na entrevista narrativa biográfica, a casa era pequena para abrigar a numerosa família e, além disso, padecia com os transtornos advindos da falta de infraestrutura do local, que tinha no Canal de Bodocongó um fator potencializador de problemas — inundações, sujeira trazida pelas águas; risco de doenças. O Canal viria a ser construído. Para tanto, havia a necessidade iminente de desapropriar as residências edificadas às margens do aludido curso de água. Neste sentido, o domicílio da família Silva seria desapropriado para fins de interesse público, uma vez que deveria dar as condições indispensáveis ao início das obras de infraestrutura que seriam executadas na consecução do Canal. A primeira fase das obras do Canal de Bodocongó teve início em 1999. Em 2010, as obras foram paralisadas, sendo retomadas em 2016, conforme se constata em matéria jornalística da época.

O Canal de Bodocongó, que terá um importante papel no desenvolvimento de Campina Grande, passou por sérios problemas na gestão anterior. As obras foram retomadas em julho deste ano, quando o prefeito Romero Rodrigues conseguiu a liberação dos recursos para reinicia-la e concluir os 2600 metros restantes, que vai da Floriano Peixoto até a ponte do Cruzeiro [...] A primeira fase do Canal de Bodocongó, medindo 2600 metros, foi feita na gestão do ex-prefeito, hoje senador, Cássio Cunha

Lima, mas os serviços foram paralisados em 2010, na gestão de Veneziano Vital do Rego, quando já tinham sido liberados 65% dos recursos para finalização da obra (OBRAS DO CANAL..., Maispb, 5 set. 2022).

Neste contexto, surgiu um fato embaraçoso. O imóvel que pertencia à família Silva não possuía escritura pública e sim um documento privado de compra e venda. Nessa condição, a indenização a ser recebida, decorrente do processo de desapropriação por interesse público, seria menor, importando à época — anos de 1997,1998 — em R\$ 7.500,00, quantia insuficiente para a aquisição de outra habitação capaz de abrigar a prole numerosa dos Silva.

[– Essa casa era em Bodocongó?] Era em Bodocongó... perto de feirinha... ficava perto da feirinha. [– Foi a casa que seria desapropriada para a construção do canal de Bodocongó?] Foi. Aí... depois quando a gente terminou de aprontar essa casa; cerâmica, tudo... a casa bem arrumadinha... Aí chegou pra gente que tava sendo indenizada. Aí fui para acertar o preço. Era aqui assim... perto daqui. Aí quando eu cheguei em casa, mais o dinheiro era pouco e chorando... Aí eu disse: oh! meu pai, me perdoa, eu tô dizendo que esse dinheiro é pouco (Albanisa Silva).

Conforme se observa, a ausência de direitos à população pobre abrange, inclusive, a falta de regularização fundiária, que está ligada ao direito de propriedade insculpido na Constituição Federal de 1988. Por não dispor de um documento público, indicando a propriedade formal da casa em que residia, a família Silva foi penalizada no processo de desapropriação, cuja indenização não lhe permitia a aquisição de outra casa com dimensões suficientes para abrigar a família. Desta forma, há elementos plausíveis para se discutir a relação pobreza e questões de moradia.

Segundo Krause (2019, p. 187), “A irregularidade fundiária no Brasil tem, certamente, causas profundas nas transformações históricas que incidiram sobre a posse da terra”. As famílias pobres, geralmente, morando em bairros periféricos das cidades, têm dificuldades em regularizar a posse do imóvel em que vivem, situação que dificulta principalmente o acesso ao crédito imobiliário para melhorias nas residências, que agregaria valor de mercado e possibilitaria a venda dessas por valores monetários maiores.

Para Figueiredo (2022, p. 7), “a política de regularização fundiária urbana tem sido mencionada por programas ligados a organismos internacionais, tal como o Habitat da Organização das Nações Unidas (ONU), como um importante elemento para o combate à pobreza e à desigualdade”. Neste sentido, uma política pública de regularização fundiária de imóveis urbanos funcionaria com um instrumento de enfrentamento e superação da pobreza.

Ampliando a discussão da moradia para além da regularização fundiária, o déficit habitacional na Paraíba é de 111.895 residências, segundo pesquisa de 2012 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), última pesquisa nacional sobre o tema, que revela ser, em João Pessoa, esse número equivalente a aproximadamente 20,9 mil domicílios.

Para Pedro Rossi, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil na Paraíba (IAB/PB), o cenário no estado [da Paraíba] é um modelo que se repete no Nordeste e no Brasil. “É um problema que reflete nossa desigualdade social”, analisa (MÍDIA NACIONAL, Clickpb, 24 ago. 2022). A insuficiência de moradias para as famílias pobres força essas a viverem em ocupações clandestinas.

A moradora Lucilene dos Santos, 49 anos, da comunidade do Citex, em João Paulo II, é aposentada pelo INSS por ter epilepsia, mas o benefício não é suficiente para viver com dignidade, tendo em vista que possui custos com alimentação e despesas básicas. Sua filha de 8 anos também apresenta o mesmo problema de saúde. “Estou recebendo apenas R\$ 700, pois fiz um empréstimo no banco para comprar medicamentos. Decidi ocupar esse prédio porque o dinheiro não estava dando nem para alimentação” (MÍDIA NACIONAL, Clickpb, 24 ago. 2022).

Lucilene dos Santos diz que se inscreveu várias vezes em programas habitacionais, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida, e nunca foi contemplada, mas não perdeu a esperança de conquistar o sonho da casa própria. “Quero que minha filha cresça em um ambiente agradável e que tenha melhores condições de vida. É pedir muito?” (MÍDIA NACIONAL, Clickpb, 24 ago. 2022).

A história narrada por Dona Laíza Paulino, moradora do João Paulo II, 32 anos, é semelhante à de Lucilene dos Santos. Sobrevivendo do auxílio emergencial e recebendo R\$ 400 de faxinas esporádicas, afirma que “Minha luta é por uma moradia digna e melhores condições de vida. Ninguém escolhe ocupar um prédio público sem precisar. Só o aluguel era R\$ 250, mas e a alimentação? Queremos mudança!” (MÍDIA NACIONAL, Clickpb, 24 ago. 2022). As narrativas de Laíza Paulino e Lucilene dos Santos espelham a realidade de muitas famílias pobres alijadas do direito social fundamental à moradia, preconizada pela Carta Magna brasileira. A família Silva também enfrentou óbices para a aquisição de uma moradia, pois a casa do bairro de Bodocongó, adquirida e posteriormente desapropriada, não possuía a regularização fundiária que lhes assegurasse a propriedade.

Retomemos a questão moradia que envolve a família Silva. Desapropriado o imóvel em que residia a família, localizado às margens do Canal de Bodocongó, a tarefa urgente era

encontrar outra casa para a acomodação do grupo familiar. Mister difícil, pois os recursos recebidos da Prefeitura de Campina Grande, no processo de desapropriação, se mostraram insuficientes à aquisição de uma moradia com espaço e cômodos suficientes para abrigar a numerosa família Silva. Da busca pela nova habitação, Dona Albanisa Silva faz o seguinte relato narrativo:

...aí eu disse: tá certo, depois a gente aparece aqui pra conversar melhor... aí saímos. No caminho, eu disse: Adamastor não dá certo não... essa casa não dá certo. Eu não me agradei. Não dá certo não. Minha família do tamanho que é; grande. Aí ele disse: – Albanisa, pois agora eu vou apanhar um ônibus e vou pagar água e luz da casa de aluguel que a gente morava. Aí quando [ininteligível] pegue o ônibus aqui e vá pra casa. – Aí, eu; sim. Eu vou em Dona Branca. Aí quando a gente olhou essa casa, que deram informação a gente, a casa não tinha mais terreno nenhum, só tinha só uma... uma lateral, assim, até largazinha que dava só pra botar meu cachorro. E, oh, olha o monte de papel para eu pagar de... de... [água e luz] que estava atrasado dessas casas.

A narradora se refere às casas do Conjunto Habitacional chamado de Malvinas, construído nos anos 1980 em diversas cidades da Paraíba pela Companhia de Habitação do Estado da Paraíba (CEHAP). Depreende-se do relato de Dona Albanisa Silva, que, possivelmente, as pessoas que haviam sido contempladas com os imóveis se encontravam inadimplentes com as prestações que deveriam pagar pela posse da moradia.

Do relato apresentado por Dona Albanisa Silva, é possível inferir que o mutuário pretendia repassar o imóvel que ocupava. No entanto, o imóvel se encontrava com as prestações atrasadas, situação que dificultava a transação, uma vez que os recursos recebidos com a indenização, objeto da desapropriação da residência dos Silva, era insuficiente à aquisição da residência, bem como a quitação de financiamentos em mora.

A nova moradia dos Silva viria a ser construída em um terreno localizado no bairro Malvinas, adquirido por R\$ 2.500,00, de uma proprietária de nome Dona Ivete¹⁷, indicação de uma comadre de Dona Albanisa Silva.

Ela me entregou o número do telefone [de Dona Ivete]. Eu agradei a ela [...] Eu só chamava de Dona Chiquinha. Agora a gente é comadre [...] Segui pra casa. A gente morava ali perto da... da feirinha [de Bodocongó]. Adamastor já estava em casa... eu disse tá aqui o telefone da mulher... é Dona Ivete. Ele [Adamastor] foi à feirinha e telefonou... O esposo dela [de Dona Ivete] disse ela está em Roraima; eu vou

¹⁷ Nome alterado para manter a privacidade das pessoas

telefonar pra ela amanhã... O Senhor vem aqui tal hora, assim, assim, o Senhor fala com ela. Ele foi no outro dia... chegou lá e fechou o negócio do terreno com ela por R\$ 2.500,00. Ela pediu pra gente R\$ 3.000,00. Ele [Adamastor] pediu para fazer uma diferença, devido eu está meio apertado, o dinheiro pouco... ela disse eu vou deixar pelos R\$ 2.500,00 mesmo (Dona Albanisa).

A residência dos Silva — casal Adamastor e Albanisa Silva; Albertina e Almerinda Silva, filhas — está localizada em uma rua do bairro Malvinas, próxima ao Canal de Bodocongó. A casa possui três quartos, cozinha, banheiro, sala, um espaço na lateral da moradia onde está instalada a lavanderia e os varais para secagem das roupas. Na frente da casa, existe uma espécie de jardim, no qual é mantido o cultivo de plantas e ervas cuidadas por Dona Albanisa Silva. Há, também, um espaço do lado direito da casa que funciona como uma oficina improvisada de eletrônica onde um filho do casal — Aldemir Silva, desempregado — realiza consertos de equipamentos eletrônicos, recebendo pequenas quantias como pagamento pelos serviços realizados.

Nos fundos do terreno, no qual está erguida a casa do casal raiz, foram construídas, também, as residências de Aldenor Silva — filho — pedreiro, pintor de parede — e Angelina Silva, beneficiária de um BPC e que vende com o esposo churrasquinhos e picolés para o público de partidas de futebol realizadas em campos de várzea na periferia de Campina Grande aos finais de semana. Tanto a casa de Aldenor Silva quanto à casa de Angelina Silva e o imóvel de Adamastor e Albanisa Silva são unidades habitacionais com baixo custo de produção, característica das habitações das classes populares do Brasil.

A constatação da construção de vários imóveis no terreno em que está erguida a casa do casal Silva leva-nos a sustentar, com amparo em dados da Cepal (2001), bem como nos escritos de estudiosos como Engels (2010), Lewis (1961) e Agier (1990), que há um adensamento de pessoas em um mesmo espaço físico, circunstância, dentre outras, que caracteriza as famílias como sendo pobres.

5.3 PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sob o modo capitalista de produção, baseado na acumulação de riqueza, na divisão sociotécnica do trabalho, e, por isso, a exploração dos detentores dos meios de produção sobre os trabalhadores que possuem apenas a sua força de trabalho para vender, a desigualdade social é imperativa. As políticas sociais baseiam-se nas relações de produção e reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, do capital. Por este motivo, não são entendidas como

uma real redistribuição de renda e de riqueza, uma vez que a desigualdade e a pobreza no capitalismo não se extinguem, só aumentam (Fechine, Rocha e Cunha, 2014, p. 51).

A pobreza atua na manutenção e reprodução do capital e é usada por esse para um maior controle social, aumento da exploração e conseqüente obtenção de mais-valia, já que por existir um exército industrial de reserva em caráter permanente, a classe trabalhadora muitas vezes precisa permanecer na “defensiva” para garantir a sua permanência no mercado de trabalho (Fechine, Rocha e Cunha, *op. cit.*, p. 52). Quanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir cada vez mais bens e serviços, mais aumentava o número de seus membros que, não tinham acesso efetivo a tais bens e serviços e viam-se despossuídos das condições materiais de vida (Fechine, Rocha e Cunha, *ibidem*).

A família pesquisada pode ser apontada como um exemplo de vítimas deste sistema capitalista dependente, pois ao longo dos anos viveu e vive de empregos precários, sem o amparo dos direitos trabalhistas, exercendo atividades de baixa remuneração a exemplo de trabalhos como doméstico(a)s, pedreiros, ajudantes de pedreiros, executores de pequenos reparos, vendedores ambulantes, dentre outras ocupações que exigem baixa escolaridade, situação demonstrada e discutida na consecução da tese.

Seguindo adiante, introduzindo a discussão sobre previdência e assistência social na trajetória da família Silva — família pobre que vive sob o predomínio do modo de produção capitalista — Angelina Silva, que tem como atividade laboral a venda de espetinhos de carne, bebidas, caldinhos e picolés com o esposo — atividade desempenhada informalmente — durante partidas de futebol de várzea na periferia de Campina Grande, não conseguiu a aposentadoria, pois recebe um Benefício de Prestação Continuada (BPC), que totaliza um salário mínimo nominal R\$ 1.412,00, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dentro da política pública de atenção à assistência social no Brasil.

A entrevistada, para fazer valer o direito ao BPC, teve de demandar a justiça, constituindo advogado, situação que só se resolveu após um ano e cinco meses após ter protocolizado a ação judicial. O benefício, concedido judicialmente, é considerado por Angelina Silva um presente de aniversário, uma vez que se confirmou no dia 10 de agosto, dia de aniversário desta integrante da família Silva.

Eu lutei muito para conseguir meu benefício; saiu agora em 2022, eu consegui. O advogado... aí eu consegui o benefício... por conta de doença... problema de saúde...

que é o BPC... Benefício Previdencial Continuado [Benefício de Prestação Continuada]. É assim que está no meu cartão (Angelina Silva).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado pela Lei nº 8.742/1993, consiste na “garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (art. 20). O BPC é categorizado como pensão não contributiva. Segundo Mesa (2019, p. 189),

As pensões não contributivas são uma prestação pecuniária oferecida às pessoas em caso de riscos de velhice, incapacidade ou invalidez. Estão dissociados do histórico de emprego e das contribuições e são geralmente financiados por receitas públicas. O seu principal objectivo é reduzir a pobreza e a indigência e os benefícios concedidos tendem a ser modestos e uniformes¹⁸.

Discutindo sobre os impactos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na redução da pobreza no Brasil, Jaccoud, Mesquita e Paiva (2017, p. 9), sustentam com amparo em um amplo conjunto de estudos sobre o tema, destacando Soares (2006), que “Justamente por beneficiar idosos e deficientes dos estratos mais pobres da população com um benefício no valor de um salário mínimo, o BPC tem relevante impacto na redução da pobreza e da desigualdade social no país”.

Dentre os membros da família Silva, é possível constatar que três destes — Adamastor Silva, Albanisa Silva e Angelina Silva — recebem o Benefício de Prestação Continuada, uma vez que, sem contribuir ou contribuindo eventualmente para a previdência social, não conseguiram se aposentar. Conforme dados consolidados (junho de 2023) no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União (CGU), na situação dos aludidos membros da família Silva, encontram-se no Brasil um total de 5.458.067 de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada no valor de R\$ 1.320,00, um salário mínimo nacional.

Os dados expostos pela CGU, sobre o quantitativo de pessoas contempladas com Benefício de Prestação Continuada, nos levam a considerar que sem o BPC o número de pessoas na situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil seria muito maior do que as estatísticas atuais mostram. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual da população brasileira, vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, ou seja, com o valor de 5,50 dólares por dia, em 2022, era de 31,6%.

¹⁸ Tradução livre do autor da tese

No que se refere à Previdência e Assistência Social, embora tenha exercido atividades laborais como agricultor — na adolescência e vida adulta — bem como tenha se vinculado como contribuinte empregado de empresas do ramo da construção civil e indústria produtora de utensílios de plástico, o Senhor Adamastor Silva não conseguiu a sonhada aposentadoria financiada com recursos da Previdência Social — Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — pois o tempo de contribuição não atendeu aos requisitos mínimos determinados pelas normas atinentes à previdência para o recebimento de benefício previdenciário.

No mesmo sentido, Dona Albanisa Silva, que exerceu o trabalho como agricultora e empregada doméstica, também não atendeu aos critérios estabelecidos pelo órgão previdenciário brasileiro para ser beneficiária de aposentadoria. Assim, ambos, Adamastor Silva e Albanisa Silva recebem o BPC de um salário mínimo mensal pago pela Assistência Social, conforme previsão da Lei nº 8.742/1993, situação que não permite ao casal o recebimento de um décimo terceiro salário, benefício pago a quem é aposentado. Nessa compreensão, a renda de membros da família Silva vem, além de ocupações informais, também, de benefícios sociais do Governo Federal.

5.4 REDE DE APOIO NA TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA SILVA

A família Silva é oriunda da cidade de Passagem, localizada na região polarizada pela cidade Patos (PB), tendo migrado para o Cariri/Agreste da Paraíba nos anos 1980, período no qual a cultura do algodão foi atingida pela praga do bicudo, situação que afetou de forma negativa a vida daqueles que tinham na cotonicultura um meio de subsistência material. A família pesquisada veio do Sertão paraibano com doze filhos e o casal raiz.

Na região metropolitana, nasceu o décimo terceiro filho. Atualmente, a família ampliada é formada por onze filhos, uma vez que dois faleceram; um deles morreu durante a pandemia de Covid-19; onze netos e três bisnetos. Há, ainda, genros e noras. Dos netos adultos, quatro ingressaram no Ensino Superior e se graduaram. Um destes, uma neta, faz mestrado em Ciências Biológicas. Há uma neta graduanda em Engenharia de Materiais, duas que concluíram o Ensino Médio; os demais são crianças em idade escolar no Ensino Fundamental.

Adamastor Silva tem oitenta e três anos. Nasceu em 3 de maio de 1939, no sítio Bananeiras, município de Passagem, localizado no Sertão do Estado da Paraíba, mais precisamente na região polarizada pela cidade de Patos. Apesar dos traços característicos da velhice, continua realizando afazeres do cotidiano como ir à padaria, ao supermercado, à

pequena loja de material de construção do bairro, bem como executando atividades de pequenos reparos da moradia em que vive na companhia da esposa.

Como estratégias para driblar a pobreza, os membros da família realizam diversas atividades laborais, indo de poeta repentista — atividade exercida por Seu Adamastor na juventude — agente de limpeza, faxineiro, ajudante de pedreiro, armador, pedreiro, instalador de cabos de internet, embalador em loja de móveis, lavadeira, vendedores de bilhetes de sorteios. O ócio nunca se apresentou como regra na família Silva.

Seu Adamastor Silva reside no Bairro Malvinas, bairro populoso, localizado na periferia de Campina Grande. Nos contatos realizados inicialmente na residência foi possível encontrar no imóvel Seu Adamastor Silva; Dona Albanisa Silva; Albertina Silva, Aldenor Silva e Almerinda Silva, filhos do casal e uma neta, filha de Aldenor Silva. Aldenor Silva reside em um imóvel erguido no mesmo terreno em que foi edificada a casa dos pais.

No terreno em que se encontra a residência do casal raiz — Adamastor e Albanisa Silva — encontra-se, também, a residência de Angelina Silva, que mora com o esposo. Assim, no mesmo terreno foram construídos três imóveis nos quais habitam filhos e netos da família Silva. Para o pesquisador, ficou a impressão da necessidade de manter os vínculos próximos de forma física, situação que permite a ajuda mútua entre os membros da família estudada.

Tratando da rede de apoio existente entre os Silva, Oduvaldo Silva descreve os comportamentos da família, afirmando que os utiliza como exemplos em sala de aula, bem como em palestras que ministra em suas atividades laborais. Detalha a forma como a família conversa, o tom de voz que usa e como se ajudam, pois sustenta que sempre estão juntos.

Até quando eu falo, eu uso muito as questões de minha família. Por exemplo, quando eu estou em aula, quando estou dando palestras; de falar como minha família funciona. Falar muito alto, de todo mundo conversar, de todo mundo sabr de tudo... de todo mundo está na hora de ajudar. E aí diz assim: fulano está precisando disso, vemos ajudar. Ah... aconteceu isso aí, todo mundo se solidariza. Então é isso. É uma questão da forma como todo mundo foi criado. Tanto à geração dos filhos quanto à geração dos netos tem essa forma de agir. É tanto que a gente, os primos, a gente é bastante unido, de conversar, de um saber das coisas dos outros e está sempre próximo e de está assim... essa questão de ser divertido, está junto. Tem gente que não se frequente, a gente é todo dia se possível (Oduvaldo Silva).

Aos domingos, Dona Albanisa, Adamastor Silva e alguns netos, a exemplo de Oduvaldo e Capistrano Silva, vão a uma Igreja Católica do bairro em que residem, em uma demonstração da fé da família. Os membros da família Silva têm na afetividade uma rede de

apoio que fortalece os vínculos familiares. É comum encontrar aos domingos na residência do casal raiz quase a totalidade dos integrantes do grupo familiar, que se encontra para almoçar e colocar em dia as conversas e assuntos acumulados durante a semana.

Essa rede de apoio entre familiares se estende e é favorecida por vizinhos, amigos, ex-patrões, dentre outras pessoas que fazem parte das relações sociais da família Silva. Será, também, esta rede de apoio uma estratégia para driblar a pobreza? Pois bem. Quando a família Silva recebeu a indenização pela desapropriação do imóvel que possuía próximo ao Canal de Bodocongó, necessitava encontrar um terreno para construção de uma nova moradia. O dinheiro da indenização era pouco, quantia que se revelava como um obstáculo à aquisição de um terreno. Dentro desta rede de apoio, surgiu uma amiga de Dona Albanisa Silva, de nome Dona Chiquinha¹⁹, que indicou um terreno localizado no bairro Malvinas, terreno esse que se adequava aos recursos que a família Silva dispunha para construir uma nova residência.

A aquisição do terreno para construção da casa dos Silva é um exemplo que decorre também dessa rede apoio, pois, através de vizinhos da família Silva — particularmente Dona Chiquinha — foi identificado o lote, cujo valor monetário era possível pagar. Encontraram a proprietária, a qual frequentava a mesma igreja em que se congregava a família Silva, que realizou a venda do imóvel, inclusive fazendo um desconto generoso no preço, pois os recursos que a família dispunha, recebido de uma desapropriação, era insuficiente a uma aquisição mais onerosa.

A edificação da residência dos Silva se integra também nessa rede de apoio. De posse do terreno e dos materiais, era preciso, ainda, a mão de obra para a execução das obras de construção do imóvel. Surge, novamente, a rede de apoio. Vizinhos, amigos, genros e outros membros da família Silva assumiram a realização das obras para a feitura da casa. Cada pessoa, naquilo que sabia fazer na construção civil, começou a ajudar a erguer a nova moradia.

A gente com aquela vontade de ter o nosso cantinho quieto. Aí é abençoado viu. Vou dizer uma coisa a você: essa casa foi construída [...] por meu genro... o que faleceu [filho], Álvaro Silva, trabalhou muito, ajudando, entregando material [– O que não sabia fazer nada trazia água pra gente — Genro]. A família toda ajudando. Trabalhando [os vizinhos, amigos, genros] só pela água, café e alimentação, não cobrava nada [...] Meu filho [Aldenor Silva], que é pedreiro de mão cheia [...] o

¹⁹ Nome fictício para manter a privacidade das pessoas

outro genro não cobrava nada. Quando a gente deu fé, estava em ponto de laje (Dona Albanisa Silva).

Neste sentido, para driblar a pobreza se faz malabarismos. Havia na edificação da casa uma participação voluntária a custo zero de parentes e amigos. A construção de um imóvel demanda o material de construção e a mão de obra remunerada, ainda que a habitação seja de baixo custo de produção. Quando se dispõe do material, o que fazer pelos recursos financeiros para a remuneração da mão de obra? No caso da família Silva, havia entre seus componentes pedreiros, ajudantes de pedreiros, eletricitas, armadores, que com a colaboração de terceiros, ergueram a moradia atual da família.

A família pesquisada está inserida em um contexto social amplo, que tem relação com diversos contextos — político, econômico, social, renda, trabalho, programas sociais. Logo, constata-se que a família Silva tem uma rede de relações a qual recorre quando é necessário obter meios para sobreviver. A rede de relações/apoio é uma estratégia para driblar a pobreza? Segundo Jelin (1984, p. 29), as famílias pobres, para a sobrevivência material, “Trazem também um “capital social” constituído pela rede de relações sociais de parentesco e amizade baseadas na reciprocidade, a qual determinados serviços podem ser utilizados em troca da prestação de outros”.

Continuando os relatos e discussões sobre a rede de apoio dos Silva, Aldenor Silva, doente, após um acidente de motocicleta, por não recolher a contribuição à previdência social, não pode se beneficiar do seguro acidente previdenciário, passando a viver de auxílios financeiros de ex-patrões e da ajuda dos pais que são beneficiários de um BPC. O integrante dos Silva, que também não dispõe de seguro-saúde, foi tratado no SUS. Necessitando de fisioterapia, Aldenor Silva terá de esperar, uma vez que o aludido serviço não é disponibilizado pela Secretaria de Saúde de Campina Grande com a brevidade que o tratamento requer.

Ainda quanto à rede de apoio, Dona Albanisa narra o tratamento de saúde de um filho — Ailton Silva — acometido de uma hérnia abdominal, que se submeteu a uma cirurgia no Hospital Universitário Alcides Carneiro em Campina Grande, encaminhado ao Hospital por uma amiga da família. Na narração de Dona Albanisa, Ailton Silva foi

enviado por uma amiga da gente [...] Dona Catarina. Ela fez tudo, arrumou este médico muito bom, Doutor Paulo, para o meu filho. Eu ainda devo esse grande favor. O caso era de cirurgia; uma hérnia. E ele ficou bom né, mas teve outra agora.

Ele tava para se operar, operou-se e tudo, mas estava com o pulmão comprometido.

Ele teve a chikungunya. Acho que ele teve a Covid fraca... ele tomou a vacina, né.

Aldenor Silva, quando trata da rede de apoio para enfrentar dificuldades que se mostram no dia a dia da família, no que se refere à saúde, principalmente, fala da ajuda dos ex-patrões, fundamental para superar o problema de saúde que enfrentou. Lembra que trabalhou em imóveis de pessoas com alto poder aquisitivo — principalmente empresários — os quais, no momento em que tomaram conhecimento do problema de saúde enfrentado por Aldenor, passaram a colaborar financeiramente para a manutenção da família.

Sob esse olhar da discussão da rede de apoio nas classes populares, Menezes (1996, p. 153), discutindo as estratégias dos migrantes para sobreviverem longe de casa, sustenta que “A ajuda mútua tem sido observada em certas ocasiões, como compartilhar comida e fornecer remédios”. Nas entrevistas narrativas biográficas, constatamos que para o enfrentamento da pobreza se faz necessário, além do trabalho, da renda, dos programas governamentais, uma rede apoio de terceiros — vizinhos, patrões e amigos.

A rede de apoio familiar fica demonstrada quando Dona Albanisa Silva relata como a casa, residência hoje ocupada pela família, foi construída. Parentes — filhos, genros, amigos da família, que são pedreiros, pintores de paredes, armadores, carpinteiros, ajudantes de pedreiro, ocupações da construção civil — se encarregaram em fins de semana da construção do imóvel a ser ocupado pela numerosa família sertaneja, bem como do apoio financeiro entre membros da família Silva e de terceiros para enfrentar eventos que agravam a situação material de quem vive na pobreza. Nessa compreensão, podemos concluir que o driblar a pobreza depende, também, de uma rede de apoio no contexto social no qual as famílias pobres estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um fenômeno social atual que alcança milhões de pessoas no mundo e, também, no Brasil, o que justifica, pela relevância do tema, a realização de um trabalho de pesquisa. Nossa tese tem como objetivo discutir as estratégias utilizadas por uma família pobre — a família Silva — para driblar a pobreza.

Os dados empíricos foram coletados e analisados à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos propostos pela metodologia qualitativa entrevista narrativa biográfica, enunciada por autores tais como Schütze (2014), Rosenthal (2014, 2017), Bertaux (2014), Brandão (2007), dentre outros, que abraçam a entrevista narrativa biográfica para além de um método de obtenção de dados empíricos, considerando-a adequada à análise de dados para explicar fenômenos sociais a exemplo da pobreza.

A consecução desta tese envolve informações de três gerações da família Silva: avós, pais e netos. Os dados empíricos coletados da família — três gerações — período compreendido entre a década de 1960 e o ano de 2023 — foram triangulados com dados sobre pobreza coligidos por órgãos governamentais e não governamentais a exemplo do IBGE, IPEA, DIEESE, Oxfam Brasil e Cepal, dentre outros, objetivando demonstrar que, possivelmente, as vivências da família pesquisada descrevem a experiência social da maior parte da população pobre do Brasil.

Sob essa argumentação, realizamos uma análise da pobreza para além dos aspectos puramente econômicos, ou seja, discutimos a pobreza em relação com as causalidades construídas para a pesquisa, a exemplo da pobreza e baixa escolaridade, pobreza e condições precárias de moradia, pobreza e falta de acesso a serviços públicos básicos, ou seja, a pobreza representada como fenômeno social que dificulta o acesso a direitos fundamentais sociais e desrespeita o princípio da dignidade da pessoa humana.

Demonstramos que a família Silva buscou na migração, na educação e no trabalho estratégias para driblar a pobreza. Ademais, utilizou-se das redes de apoio de familiares, amigos, vizinhos e ex-patrões como uma estratégia para a provisão de meios indispensáveis à sobrevivência material, situação ilustrada, por exemplo, quando necessitava adquirir um terreno e, posteriormente, construir uma nova residência, posto que o antigo imóvel foi desapropriado para fins de interesse público. Nesse caso específico, uma amiga indicou um terreno que possivelmente caberia no orçamento dos Silva.

A partir dos anos 1980, ano no qual a família migrou da região de Patos no Sertão paraibano para o ano de 2023, houve avanços na vida material da família Silva. Porém, considerando principalmente o critério renda a família continua pobre, pois vive basicamente com renda mensal de um salário mínimo — hoje R\$ 1.412,00 — oriundo de Benefício de Prestação Continuada (BPC), trabalho informal, trabalho doméstico, alternando com períodos de desemprego.

Sabemos que renda é um dos fatores determinantes na caracterização da pobreza. Contudo, a pobreza está para além do elemento renda. Assim, para driblá-la a renda é fundamental, no entanto, para viabilizar a renda reduzida, as famílias pobres necessitam de apoio, seja esse apoio governamental ou de membros da comunidade e do contexto social em que está inserida. No caso específico da família Silva, os recursos insuficientes, os quais dispunham para comprar uma nova residência, foram potencializados pela rede de apoio encontrada em uma amiga da família que indicou um terreno adequado às condições financeiras dos Silva.

Quanto ao trabalho, podemos afirmar que só o emprego decente é capaz de tirar as pessoas da pobreza. Giddens constatou em pesquisa realizada na Inglaterra que os pobres trabalhavam e, no entanto, continuavam pobres, porque os rendimentos advindos do trabalho não eram suficientes a uma sobrevivência material favorável. Logo, o trabalho — qualquer trabalho, trabalho precário, informal — não é suficiente para que o indivíduo supere a pobreza. É possível driblá-la, convivendo com a pobreza, que em determinadas condições insiste em ficar, pois só o trabalho decente, definido como “um trabalho adequadamente remunerado e exercido em condições de liberdade, equidade, seguridade e dignidade humanas” (Cepal, 2022, p. 8), possivelmente, permitiria que as pessoas superassem a pobreza.

Na família Silva, que em uma longa trajetória envolvendo três gerações da família, cujos membros apresentam baixa escolaridade e vivem, em sua maioria, de trabalhos precários e ocupações informais, a pobreza insiste em ficar, pois a renda advinda do trabalho ainda é insuficiente à superação da pobreza e não permitiu à família deixar a periferia e acessar bens e serviços como plano privado de saúde, transporte próprio, dentre outras prestações usufruídas pelas famílias brasileiras de classe social economicamente favorecida. Sob essa argumentação, constatamos que não é uma questão simples superar a pobreza.

Os pobres vivem driblando a pobreza, utilizando diversas estratégias (migração, trabalho, educação, rede de apoio, dentre outras estratégias). A superação dessa depende do

planejamento governamental para viabilizar trabalho decente, acesso pleno a direitos sociais fundamentais, como educação, saúde, moradia e transporte público, empreitada que nos parece caber ao poder público, capaz de estabelecer uma agenda de políticas públicas voltadas ao combate dos fatores multicausais que informam a pobreza.

No decorrer da escritura desta tese, percebemos que a pobreza, fenômeno de causas multidimensionais, para ser driblada ou enfrentada requer um conjunto de esforços coletivos, pois, individualmente, o enfrentamento da pobreza se mostra uma tarefa complexa. Vimos também que a mobilidade social não virá apenas pelo esforço individual da família. A ação do poder público nos parece fundamental, pois o acesso dos netos de Adamastor Silva ao Ensino Superior veio acompanhado de programas de ações afirmativas e de transferência de renda, e a permanência na universidade contou com programas de auxílio estudantil que têm se revelado essenciais na manutenção dos filhos das classes populares na escola. O acesso dos netos de Adamastor Silva ao Ensino Superior se deu através do sistema de cotas de renda, previsto pela Lei nº 12.711/2012, conjuntura que demonstra ser a presença do Estado importante para apoiar ações que garantam às pessoas pobres condições para driblar e, não apenas driblar, superar a pobreza por meio de programas de distribuição de renda, financiados com recursos públicos.

A partir da ação do Estado brasileiro, constatamos que houve um progresso no campo educacional para alguns membros da família Silva: verificou-se que o patriarca da família, o Senhor Adamastor Silva estudou noventa dias (avô materno dos filhos de Anielda Silva); Anielda estudou até a oitava série do Ensino Fundamental I — atual nono ano —; seus filhos — netos de Adamastor Silva — acessaram o Ensino Superior e, por conseguinte, alcançaram diplomas universitários, realização pode ser um vetor na direção da mobilidade social.

Conforme apresentamos nas páginas desta tese, tivemos avanços consideráveis nas áreas de saúde, educação, moradia e outros direitos sociais nos últimos cinquenta, sessenta anos no Brasil e de forma mais perceptível durante os governos democráticos e progressistas. Contudo, muito ainda há a ser feito para que tenhamos mudanças na mobilidade social de famílias pobres brasileiras, a exemplo da família Silva. Por fim, as discussões sobre a pobreza não se exaurem nesta tese, havendo aspectos sobre essa temática a serem aprofundados em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

A ESPERANÇA de famílias que lutam por moradia na periferia de João Pessoa (PB). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/23/esperanca-de-familias-que-lutam-por-moradia-na-periferia-de-joao-pessoa-pb>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

ABRAMO, L.; CECCHINI, S.; MORALES, B. **Programas sociales, superación de la pobreza e inclusión laboral**: aprendizajes desde América Latina y el Caribe, Libros de la CEPAL, N°155 (LC/PUB.2019/5-P), Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2019.

ADISSI, Paula. A esperança de famílias que lutam por moradia na periferia de João Pessoa (PB). **Brasil de Fato**, 23 Jul 2018.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. **Tempo Social**. Vol. 2, nº 2, São Paulo, Jul/Dez. 1990

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

AMADO, Jorge. **Seara vermelha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARRUDA, Glair Alonso. **“Sempre haverá pobres na Terra”**: os desafios da pobreza na América Latina dentro do novo paradigma da missão cristã segundo o Pacto de Lausanne e a *Gaudium et Spes* (Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC). São Paulo: PUC, 2018.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**: o que pode ser feito? (Trad. Elisa Câmara). São Paulo: LeYa, 2015.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed., São Paulo: Ática, 1997.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Cidade do México. Ediciones Era, 1978.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas (Trad. José Gabriel). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade** (Trad. Eliana Aguiar). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Globalização**: as consequências humanas (Trad. Marcus Penchel). Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

_____. **Vida a crédito:** conversas com Citali Rovirosa-Madrado (Trad. Alexandre Werneck). Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vidas desperdiçadas.** (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Escritos de educação.** NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio (Orgs.) 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-misera-veis-que-ha-uma-decada.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 6 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp111.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14284.htm>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12711.htm>. Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1164.htm>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRAY, Renato Toller. **Os limites da cidadania e do direito**: Jürgen Habermas, entre a transformação e a conservação. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

BURCH, Thomas; LIRA, Luís Felipe e LOPES, Valdecir, F. **La família como unidade de estúdio demográfico**. San Jose, Costa Rica: CELADE, 1976.

CAETANO, A. O léxico das crises biográficas. **Análise Social**, [S. l.], v. 53, n. 226, p. 88–111, 2021. DOI: 10.31447/AS00032573.2018226.04. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22349>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 4.610, de 16 de setembro de 2020. Institui a Renda Mínima Universal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1930550&filename=PL+4610/2020>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CARNUT, L.; FAQUIM, J. P. S. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 62–70, 2014. DOI: 10.14295/jmphc.v5i1.198. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/198>. Acesso em: 10 maio. 2023.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Sete palmas e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2019**. Santiago do Chile: CEPAL, 2020.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2000-2001**. Santiago do Chile: CEPAL, 2001.

COELHO, G. B. A teoria do discurso como base epistemológica de compreensão para a sociologia da ciência: aportes sobre a (des)fundamentação e a desconstrução das verdades absolutas. **Sociologias** [S. l.], v. 23, n. 58, p. 326–358, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/106716>. Acesso em: 5 out. 2022.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.37, p. 5-16, maio, 1981.

COVID-19 pode levar mais 150 milhões de pessoas para a extrema pobreza até 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/10/07/covid-19-to-add-as-many-as-150-million-extreme-poor-by-2021>. Acesso em: 19 dez. 2021.

COVID-19 pode levar mais 150 milhões de pessoas para a extrema pobreza até 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/10/07/covid-19-to-add-as-many-as-150-million-extreme-poor-by-2021>. Acesso em: 19 dez 2021.

CUCOLO, Eduardo. Erradicar pobreza global requer R\$ 8,4 tri por ano, diz estudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/erradicar-pobreza-global-requer-r-84-tri-por-ano-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

DALLARI, Pedro. Relatório da ONU revela quadro de pobreza no mundo. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-onu-revela-quadro-de-pobreza-no-mundo/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

DECLARAÇÃO de Independência dos Estados Unidos da América. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/declaraindepeEUAHISJNeto.p df>. Acesso em: 13 set. 2021.

DECLARAÇÃO de Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL. Direção: Glauber Rocha. Brasil: Copacabana Filmes, 1964.

DIEESE. Em agosto, custo da cesta aumenta em 13 cidades. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202108cestabasica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

DIESE. Os trabalhadores e o transporte público urbano rodoviário. **Nota Técnica nº 157**. Abril de 2016. São Paulo: DIESE, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec157Mobilidade.html>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DIETERLEN, Paulette. **La pobreza: un estudio filosófico**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Caracas: CRESALC-UNESCO, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. (Trad. Fernando Dias Andrade). São Paulo: Martin Claret, 2009.

EDIFÍCIO NAÇÕES UNIDAS: famílias ocupam prédio na capital. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/edificio-nacoes-unidas-familias-ocupam-predio-na-capital>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. (Trad. B. A. Schumann). São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTENSSORO, Luís. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: USP, 2003.

FANTON, Marcos. Sujeito, sociedade e linguagem: uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas. **Civitas — Revista de Ciências Sociais** [online]. 2011, v. 11, n. 3 [Acessado 25 Outubro 2021], pp. 529-543. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.3.10064>>. Epub 19 Jun 2020. ISSN 1984-7289. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.3.10064>.

FECHINE, Ana Karine da Silva; ROCHA, Márcia Maria de Sá; CUNHA, Thanúsia Hensel da. O neoliberalismo e a formatação das políticas sociais: desafios contemporâneos. **Socializando**, ano 1, nº 2 · Dez 2014, p. 50-63.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 15. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de Figueiredo. **Os impactos da regularização fundiária urbana sobre a desigualdade de renda**. Brasília, IPEA, 2022.

FILHO, Fernando Pinheiro. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, n. 61, 2004.

FRANK, André Gunter. **Lumpen-burguesia: lumpen-desarrollo, dependencia, clase y política em Latinoamérica**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. Pobreza, previdência e exclusão social. In: _____. **Sociologia**. (Trad. Alexandra Figueiredo *et. al*). 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Zahar, 2008.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. **A trajetória da pobreza no Brasil, 1992-2004**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IBGE. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Indicadores Sociais: relatório 1979. Secretaria de Planejamento da Presidência da República: Brasília, 1979.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trabalho Infantil 2016. Atualizado em 09/01/2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP. O mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/mapa-do-analfabetismo-no-brasil>>. Acesso em: 17 set. 2022.

JELIN, Elizabeth. **Familia y unidad domestica: mundo público y vida privada**. Buenos Aires, AR: Estudios CEDES, 1984.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2001.

KRAUSE, Cleandro Henrique. Irregularidade fundiária e urbanística no Brasil: bases para um projeto de pesquisa. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 21, jul.-dez. Brasília: IPEA, 2019.

LABORDE, Antonieta. **La pobreza en América Latina alcanzará el 33% en 2022**. Disponível em: <<https://elpais.com/chile/2022-06-06/la-pobreza-en-america-latina-alcanzara-el-33-en-2022.html>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LACERDA, Lu. Maioria dos paraibanos sem dentes têm renda de R\$ 261 a R\$ 1.212. **Jornal da Paraíba**. Disponível em: <<https://jornaldaparaiba.com.br/saude/2022/07/31/maioria-dos-paraibanos-sem-dentes-tem-renda-de-r-261-a-r-1-212#:~:text=Mat%C3%A9ria%20por%20Luar%20Lacerda,%20respectivamente%20como%20renda%20mensal>>. Acesso em: 3 set. 2022.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 49, 2005, pp. 11-42

LEWIS, Oscar. **Antropología de la pobreza: cinco familias**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

_____. La cultura de la pobreza. **Pensamiento Crítico**, Habana, nº 7, agosto de 1967.

_____. **Los hijos de Sánchez**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

LOMNITZ, Larissa. **Como sobreviven los marginados**. México, MX: Siglo XXI Editores AS, 1975.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias**. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: _____. SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive Belo Horizonte**: Editora UFMG, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso** (Trad. Sírio Possenti). São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. (org. Emir Sader). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. La teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependencia. Tomo II. Cidade do México: Ediciones el Caballito, 1994.

Marx, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital - Livro I — crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Salário, preço e lucro**. Bauru: Edipro, 2004.

MENEZES, Maria Aparecida de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa;

BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MÍDIA nacional destaca o drama das 21 mil famílias que lutam por moradia em João Pessoa. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/paraiba/midia-nacional-destaca-o-drama-das-21-mil-familias-que-lutam-por-moradia-em-joao-pessoa-243633.html>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MORAIS, Maria da Piedade. Condições de vida e moradia nos assentamentos precários brasileiros. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Edição 63. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

MOTTA, R.; SCOTT, P (Orgs.). **Sobrevivência e fontes de renda; estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife: Sudene, Editora Massangana, 1983.

JOURDAIN, A.; NAULIN, S. **A teoria de Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis: Vozes, 2017.

NERY, Carmem. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

NÚMERO de brasileiros que vivem na pobreza quase triplicou em seis meses, diz FGV. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vive-m-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

NÚMERO de famílias em extrema pobreza salta 1,8 milhões em 2022. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2022-05-09/familias-extrema-pobreza-2022.html>>. Acesso em: 9 mai. 2022.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações Nordestinas no Século 21: um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

O PAÍS DE SÃO SARUÊ. Direção: Vladimir de Carvalho. Brasil: Labo Film, 1979.

OBRAS DO CANAL de Bodocongó garantem R\$ 65 milhões para Campina. Disponível em: <<https://www.maispb.com.br/198068/obras-do-canal-de-bodocongo-garantem-r-65-milhoes-para-campina.html>>. Acesso em: 5 set. 2022.

ONU. PNUD discute desafios para erradicação da pobreza no mundo até 2030. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/84315-pnud-discute-desafios-para-erradicacao-da-pobreza-no-mundo-ate-2030>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

PARAÍBA tem mais de 500 mil pessoas em situação de extrema pobreza. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/paraiba-tem-mais-de-500-mil-pessoas-em-situacao-de-extrma-pobreza/#:~:text=Domic%C3%ADlios%20inadequados,inadequa%C3%A7%C3%A3o%20nas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20moradia>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

PEREIRA, Maria de Fátima. **As representações da pobreza sob a ótica dos “pobres” do Programa Bolsa Família.** (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC). Fortaleza: UFC, 2007.

POBREZA extrema aumenta e atinge 14% da população na Paraíba, revela estudo. Disponível em: <<https://portalvalentina.com.br/site/pobreza-extrema-aumenta-e-atinge-14-da-populacao-na-parai-ba-revela-estudo-da-fgv/>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

POBREZA, desigualdade e trabalho informal aumentam letalidade da Covid-19, diz estudo da UFPB. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/03/pobreza-desigualdade-e-trabalho-informal-aumentam-letalidade-da-covid-19-diz-estudo-da-ufpb.ghml>>. Acesso em: 14 mai. 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época (Trad. Fanny Wrabel). 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITO viaja à região Sul. Jornal A União. 12 de abr de 1983.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RAMALHO, Catarina Sofia Casanova. **Da biografia à história de vida:** percurso de uma jovem. Porto: Univeridade do Porto, 2016.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** 76. ed. São Paulo: Record, 1998.

REZENDE, Maria José de. Regimes ditatoriais, belicosidades, controles autoritários e os seus reflexos negativos na construção de políticas de desenvolvimento humano. **Cuadernos de Marte.** Año 11, nº 18, Enero-Junio 2020, p. 317-352. Recuperado de <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/view/5662>.

RIVERA, María del Carmen del Valle; VILLAZUL, Sergio Javier Jasso (orgs). **Obras reunidas de Theotónio dos Santos.** [livro eletrônico]. Cidade do México. Universidad Autónoma de México, 2015.

ROCHA, Sonia. Crise, estabilização e pobreza: a evolução no período 1990 a 1995. *Conjuntura Econômica.* vol. 51, no. 1, jan. 1997. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Pobreza no Brasil — A Evolução de Longo Prazo (1970-2011). XXV Fórum Nacional — BNDES. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013. Disponível em: http://www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP04920

_____. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos? In: VELLOSO, J.P.R; ALBUQUERQUE, R.C. (Coord.). **Cinco Décadas de Questão Social e os Grandes Desafios do Crescimento Sustentado.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

_____. **Pobreza no Brasil? Afinal de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Renda e Pobreza: os Impactos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA/Dipes, 1996.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas.** (Trad. Tomás da Costa). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

_____. História de vida vivenciada e história de vida narrada A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014.

_____. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução.** (Trad. Tomás da Costa). 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SANÉ, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: Noletto, Marlova Jovchelovitch; Werthein, Jorge. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social.** Brasília: UNESCO, 2003.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHLINDWEIN, Manoel. Habitação — Sob o teto que não protege. **Revista Desafios do Desenvolvimento.** Ano 3, Edição 27. Brasília: IPEA, 2006.

SCHÜTZE, F. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas — Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. e11-e52, 24 jun. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** Ed. Augurius, 2004.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. **Dilemas — Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 1, núm. 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Edna Pereira da; SANTOS, Lucilene Vieira Gomes; AURÉLIO, Renato Pereira. **Dito e não dito, imagens de um sujeito e discursividade: significados possíveis em uma peça publicitária da Vivo.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/completo/dito%20e%20nao%20dito.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.

SIMMEL, Georg. **El pobre.** Madrid: Ediciones Sequitur, 2014.

SOARES, Rafael Barros. **Pobreza, segregação e redes sociais: um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle, Guarulhos/SP.** (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo — USP). São Paulo: USP, 2008.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: IUPERJ/UFMG, 2012.

SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez; GORDON, David. **Pobreza**: un glosario internacional. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

SPRANDEL, Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política (UFRJ), 2004.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre a pobreza**. (Trad. Juliana Lemos). Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

TORRADO, Susana. Sobre los conceptos de estrategias familiares de vida y proceso de reproducción de la fuerza de trabajo: Notas teórico-metodológicas. **Estudios Demográficos y Urbanos**. 15 (2), 204–233, 1981. Disponível em: <<https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/512>>. Acesso em: 10 out. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. Apelação Cível nº 0011039-21.2010.815.0011. Disponível em:<..>. Acesso em: 11 set. 2022.

UNICEF. Pobreza na infância e na adolescência. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias** [online]. 2003, n. 9 [Acessado em 24 Outubro 2021], pp. 174-214. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100007>>. Epub 13 Jan 2004. ISSN 1807-0337.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. (Trad. Augustin Wemet). 4. ed. vol. I. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.